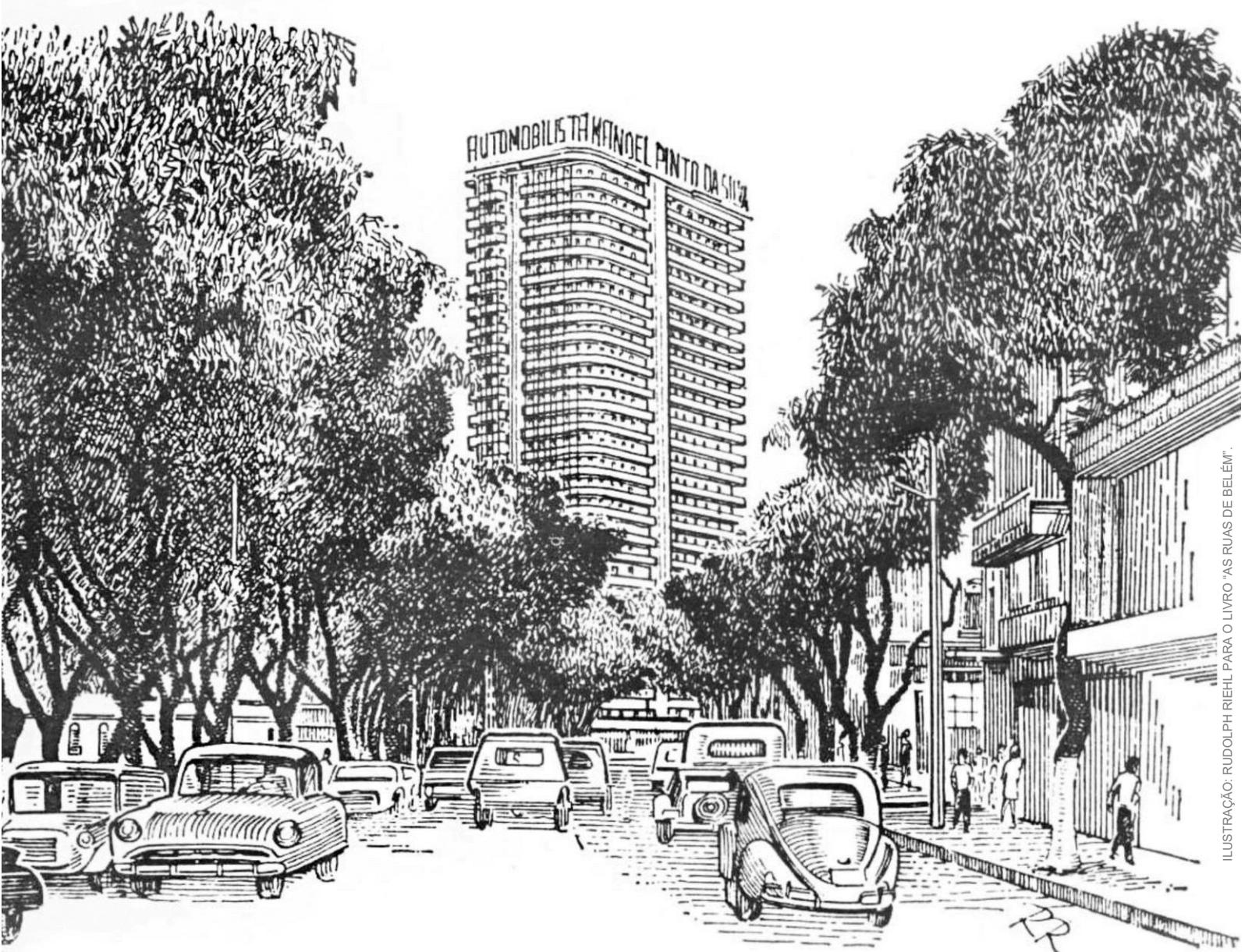


REBECA FERREIRA RIBEIRO

ARQUITETURA MODERNA E MODERNIZAÇÃO EM BELÉM:  
**UM ESTUDO DO EDIFÍCIO MANUEL PINTO DA SILVA**





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA**  
**INSTITUTO DE TECNOLOGIA - ITEC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO -**  
**PPGAU**

**REBECA FERREIRA RIBEIRO**

**ARQUITETURA MODERNA E MODERNIZAÇÃO EM BELÉM: UM**  
**ESTUDO DO EDIFÍCIO MANUEL PINTO DA SILVA**

**BELÉM – PARÁ**  
**2019**

**REBECA FERREIRA RIBEIRO**

**ARQUITETURA MODERNA E MODERNIZAÇÃO EM BELÉM: UM  
ESTUDO DO EDIFÍCIO MANUEL PINTO DA SILVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do título de Mestra em Arquitetura e Urbanismo. Área de Concentração: Análise e Concepção do Espaço construído na Amazônia. Linha de pesquisa: Tecnologia, Espaço e Desenho da Cidade.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Celma de Nazaré Chaves Pont Vidal

BELÉM – PARÁ

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

F383a FERREIRA RIBEIRO, REBECA  
Arquitetua moderna e modernização em Belém: um estudo do  
Edifício Manuel Pinto da Silva. / REBECA FERREIRA RIBEIRO.  
— 2019.  
150 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Celma de Nazaré Chaves Pont Vidal  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade  
Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Belém. 2. Modernidade. 3. Verticalização. 4. Edifício. 5.  
Aranha-céu. I. Título.

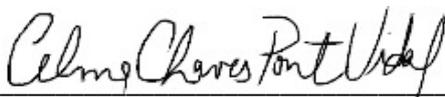
CDD 720.9

---

**REBECA FERREIRA RIBEIRO**

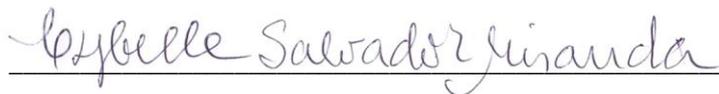
Defendido em: 05/07/2019

**BANCA EXAMINADORA:**



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celma Chaves Pont Vidal – Orientadora**  
Doutora em Arquitetura – UPC  
Universidade Federal do Pará – UFPA



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cybelle Salvador Miranda – Membro**  
Doutora em Antropologia – UFPA  
Universidade Federal do Pará – UFPA



---

**Prof.<sup>o</sup> Dr. Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves – Externo**  
Doutor em História Social da Amazônia – UFPA  
Universidade Federal do Pará – UFPA

BELÉM – PARÁ

2019

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar mais um dos meus sonhos. Obrigada por me permitir errar, aprender e crescer.

A minha orientadora, Professora Dr.<sup>a</sup> Celma Chaves, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho e em todos aqueles que realizei durante os seminários do mestrado. Muito obrigada por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar. Agradeço a todos os meus colegas do Mestrado, especialmente aos integrantes do Laboratório de Historiografia da Arquitetura e Cultura Arquitetônica - LAHCA.

Aos professores Haroldo Baleixe, Cybelle Salvador Miranda e José Maria Junior.

Agradeço imensamente a ajuda que obtive da Família Pinto da Silva, em especial a Maria Lucia Pinto da Silva Driscoll, seu esposo, James Driscoll e ao Camilo Pinto da Silva, por compartilharem comigo histórias, plantas, documentos e o álbum da família.

Aos funcionários do Edifício Manuel Pinto da Silva que sempre foram solícitos em minhas visitas.

Agradeço à minha família e amigos pelo apoio incondicional que me deram, especialmente aos meus pais, Arthur e Cristina, minha irmã Victória e meu companheiro Adriano.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

## RESUMO

Na cidade de Belém, as obras de modernização ocorreram na área central, mais precisamente na então Avenida 15 de Agosto (atual Presidente Vargas) que se tornou símbolo da modernização nos anos 1940, com a construção de edifícios verticalizados de uso institucional, comercial e misto. A modernidade estava incorporada às novas necessidades da sociedade, que buscava um novo modo de vida moderna. O objetivo deste trabalho é estudar a modernização na cidade de Belém observada entre as décadas de 1940 e 1960 a partir do estudo de caso do Edifício Manuel Pinto da Silva, localizado na confluência de quatro avenidas importantes para a cidade, sendo uma delas a antiga Avenida 15 de agosto. Como metodologia utilizada, adotou-se a estratégia combinada com abordagens histórico-interpretativa e da pesquisa qualitativa. Por meio de documentos de fontes primárias pôde-se compreender as tramas históricas que culminaram em sua construção e elaborar redesenhos que permitiram além da produção de documentação gráfica, a interpretação arquitetônica da obra. Ambas formas de pesquisa auxiliaram na compreensão dos processos de concepção das novas moradias verticalizadas que se iniciaria na década de 1940 em Belém. Por meio dos estudos e análises procurou-se evidenciar o contexto em que o Edifício foi construído, suas inovações e particularidades, como significativo patrimônio arquitetônico da cidade, a ser conhecido e protegido.

Palavras-chave: Belém; Edifício; Modernidade.

## **ABSTRACT**

In the city of Belém, the modernization works took place in the central area, more precisely at the then Avenida 15 de Agosto (current President Vargas), which became a symbol of modernization in the 1940s, with the construction of vertical buildings for institutional, commercial and mixed use. . Modernity was incorporated into the new needs of society, which sought a new modern way of life. The objective of this work is to study the modernization in the city of Belém observed between the 1940s and 1960s from the case study of the Manuel Pinto da Silva Building, located at the confluence of four important avenues for the city, one of them being the old avenue. August 15th. As a methodology, we adopted the strategy combined with historical-interpretative and qualitative research approaches. Through documents from primary sources it was possible to understand the historical plots that culminated in its construction and elaborate redesigns that allowed beyond the production of graphic documentation, the architectural interpretation of the work. Both forms of research helped to understand the design processes of the new vertical housing that would begin in the 1940s in Belém. Through studies and analysis, we sought to highlight the context in which the building was built, its innovations and particularities, such as significant architectural heritage of the city, to be known and protected.

Palavras-chave: Belém; Building; Modern.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura - 01</b>	A Praça da República antes das intervenções de Antônio Lemos.	16
<b>Figura - 02</b>	A Praça da República após as intervenções de Antônio Lemos.	17
<b>Figura - 03</b>	Posto 2, Copacabana, Rio de Janeiro em 1932.	31
<b>Figura - 04</b>	Avenida 15 de Agosto (Atual Avenida Presidente Vargas) na década de 1940.	35
<b>Figura - 05</b>	Avenida 15 de Agosto (Atual Avenida Presidente Vargas) na década de 1940.	35
<b>Figura - 06</b>	Grand Café e Hotel da Paz e o Edifício sede do Banco da Amazônia – BASA.	48
<b>Figura - 07</b>	Vista aérea do terreno do Grande Hotel.	49
<b>Figura - 08</b>	Grande Hotel e o Edifício do Hotel Hilton.	49
<b>Figura - 09</b>	O Rotisserie Suisse e o local atualmente.	50
<b>Figura - 10</b>	Edifício sede da Booth Line & Co e o Edifício da Receita Federal.	51
<b>Figura - 11</b>	Edifício sede da Booth Line & Co sendo demolido em 1986.	52
<b>Figura - 12</b>	A Casa Outeiro em obras, ainda sem a esfera na cobertura em 1911.	53
<b>Figura - 13</b>	A fachada principal voltada para a Avenida Serzedelo Corrêa.	54
<b>Figura - 14</b>	Postal da Avenida Serzedelo Corrêa com a Casa Outeiro no canto esquerdo.	54
<b>Figura - 15</b>	A fachada do edifício que abrigou a sede do Jornal A Província do Pará.	56
<b>Figura - 16</b>	A fachada da Casa Outeiro voltada para a Avenida Nazaré.	57
<b>Figura - 17</b>	A Casa Outeiro com o primeiro bloco do conjunto ao fundo.	57
<b>Figura - 18</b>	Convite para a inauguração do primeiro bloco do conjunto.	60
<b>Figura - 19</b>	Convite para a inauguração do primeiro bloco do conjunto.	60
<b>Figura - 20</b>	O Governador do Estado, Alexandre Zacarias de Assunção cortando a fita simbólica, acompanhado pelo seu lado esquerdo de Manuel Pinto da Silva.	62
<b>Figura - 21</b>	O Arcebispo Metropolitano de Belém iniciando a benção, a partir do terraço do Edifício, ao seu lado esquerdo, os senhores Feliciano Seixas e Manuel P. da Silva.	63
<b>Figura - 22</b>	Veículos em exposição em frente à loja “A automobilista” situada ainda no térreo do Grande Hotel na década de 1940. Ao fundo, no canto esquerdo da fotografia, o Sr. Manuel Pinto da Silva.	64
<b>Figura - 23</b>	Fachada da Loja “A automobilista” no início da década de 1950.	64
<b>Figura - 24</b>	O interior da Loja “A Automobilista” no início da década de 1950.	65
<b>Figura - 25</b>	O interior da Loja “A Automobilista” no início da década de 1950.	65
<b>Figura - 26</b>	Feliciano Seixas apresentando aos convidados a maquete física do conjunto.	66
<b>Figura - 27</b>	A população adentrando o térreo do Edifício.	67
<b>Figura - 28</b>	A população adentrando o térreo do Edifício.	67
<b>Figura - 29</b>	Adiamento da inauguração final do conjunto.	68
<b>Figura - 30</b>	O segundo bloco ainda em construção.	69
<b>Figura - 31</b>	O segundo bloco em fase de conclusão, respectivamente.	69
<b>Figura - 32</b>	Perspectiva original do projeto assinada por Feliciano Seixas.	70

<b>Figura - 33</b>	Convite de inauguração da segunda etapa da obra.	71
<b>Figura - 34</b>	Diante do edifício concluído, o Arcebispo de Belém, Dom Alberto G. Ramos, Manuel P. da Silva, Maria Moura P. da Silva, o filho do casal, Roberto.	72
<b>Figura - 35</b>	Dionísio Bentes, Maria Moura P. da Silva, Manuel P. da Silva e Dom Alberto G. Ramos.	73
<b>Figura - 36</b>	Dionísio Bentes, Maria Moura P. da Silva, Manuel P. da Silva e Dom Alberto G. Ramos.	73
<b>Figura - 37</b>	A comitiva circulando os pavimentos do Edifício durante a benção.	73
<b>Figura - 38</b>	A comitiva circulando os pavimentos do Edifício durante a benção.	73
<b>Figura - 39</b>	Convidados da alta sociedade posando para a foto em frente à mesa do coquetel.	74
<b>Figura - 40</b>	A grande mesa posta para a recepção dos convidados.	75
<b>Figura - 41</b>	Momento em que Manuel Pinto da Silva apresentou o seu discurso.	75
<b>Figura - 42</b>	Momento em que Manuel Pinto da Silva apresentou o seu discurso.	75
<b>Figura - 43</b>	Maria Moura, Manuel Pinto, Dionísio Bentes e o filho do casal, Roberto.	76
<b>Figura - 44</b>	Diante do Edifício concluído, o hasteamento das bandeiras.	77
<b>Figura - 45</b>	Diante do Edifício concluído, o hasteamento das bandeiras.	77
<b>Figura - 46</b>	Diante do Edifício concluído, o hasteamento das bandeiras.	77
<b>Figura - 47</b>	O coquetel oferecido pelo proprietário aos convidados.	78
<b>Figura - 48</b>	O Edifício iluminado durante a noite de inauguração.	78
<b>Figura - 49</b>	O conjunto iluminado durante a noite de inauguração em anúncio de jornal.	79
<b>Figura - 50</b>	O letreiro principal visto durante o dia.	80
<b>Figura - 51</b>	O letreiro principal visto durante a noite.	80

## **ARTIGO 01**

<b>Figura - 01</b>	Anúncio do Escritório Feliciano Seixas.	86
<b>Figura - 02</b>	Planta Baixa original do projeto (andar térreo).	90
<b>Figura - 03</b>	Anúncio de venda das garagens do Edifício.	91
<b>Figura - 04</b>	Planta Baixa original do projeto (1° ao 6° pavimento).	92
<b>Figura - 05</b>	Redesenho das plantas originais do conjunto.	96
<b>Figura - 06</b>	Redesenho das fachadas principais em 2D.	98
<b>Figura - 07</b>	Redesenho das fachadas principais em 3D.	99
<b>Figura - 08</b>	Anúncio publicado no Guia turístico do Pará no ano de 1967.	103
<b>Figura - 09</b>	Vista aérea do Edifício em 1959.	105

## **ARTIGO 02**

<b>Figura - 01</b>	Avenida 15 de Agosto (Atual Avenida Presidente Vargas) entre as décadas de 1940 e 1950.	116
--------------------	---	-----

<b>Figura - 02</b>	Cartões Postais da Cidade de Belém ao longo da antiga Avenida 15 de Agosto (Atual Avenida Presidente Vargas) entre as décadas de 1940 e 1950.	118
<b>Figura - 03</b>	Avenida 15 de Agosto (Atual Avenida Presidente Vargas) nas décadas de 1940 e 1960.	119
<b>Figura - 04</b>	Avenida 15 de Agosto (Atual Avenida Presidente Vargas) na década de 1950.	120
<b>Figura - 05</b>	Vista aérea de Belém na década de 1950.	121
<b>Figura - 06</b>	Postal da cidade com o primeiro bloco do Edifício Manuel Pinto da Silva na década de 50.	122
<b>Figura - 07</b>	Fachada da loja situada no térreo do Edifício “A automobilista”.	123
<b>Figura - 08</b>	Cartões postais da Praça da República em Belém.	125
<b>Figura - 09</b>	Fotografia da Praça da República em Belém com o Edifício ao fundo.	126
<b>Figura - 10</b>	Retrato de Manuel Pinto da Silva, Maria Moura Pinto da Silva e seu esposo, Manuel Pinto da Silva e Parte da Família Pinto da Silva respectivamente.	128
<b>Figura - 11</b>	Manuel Pinto em reunião no seu escritório.	129
<b>Figura - 12</b>	Momentos de inauguração do primeiro bloco do Edifício.	130
<b>Figura - 13</b>	Feliciano Seixas apresentando aos convidados a maquete física do conjunto.	132
<b>Figura - 14</b>	Diante do edifício concluído, o Arcebispo de Belém, Dom Alberto G. Ramos, Manuel P. da Silva, Maria Moura P. da Silva, Dionísio Bentes, Dom Alberto G. Ramos e familiares do empresário.	133
<b>Figura - 15</b>	Coquetel de inauguração do conjunto servido no terraço do bloco mais alto.	134
<b>Figura - 16</b>	Vista do Térreo do Edifício no dia de sua inauguração durante a noite.	135

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro - 01</b>	Estratégia Combinada de Pesquisa e suas Respectivas táticas.....	20
--------------------	--	----

## LISTA DE SIGLAS

<b>ACP</b>	Associação Comercial do Pará
<b>BASA</b>	Banco da Amazônia
<b>BACEN</b>	Banco Central do Brasil em Belém
<b>BANESPA</b>	Banco do Estado de São Paulo S/A
<b>CIAM</b>	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
<b>CODEM</b>	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
<b>CONFEA</b>	Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura
<b>CREA</b>	Conselho Regional de Engenharia
<b>EEP</b>	Escola de Engenharia do Pará
<b>ENBA</b>	Escola Nacional de Belas Artes
<b>IAPI</b>	Instituto de Aposentadorias e Pensões
<b>INAMPS</b>	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
<b>IEEP</b>	Instituto Estadual de Educação do Pará
<b>KW</b>	Quilowatt ou 1000 Watts
<b>MPS</b>	Manuel Pinto da Silva
<b>PPGAU</b>	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará
<b>RCP</b>	Rádio Clube do Pará
<b>UFPA</b>	Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>20</b>
<b>PARTE I .....</b>	<b>22</b>
<b>O LUGAR DA MODERNIDADE E DA MODERNIZAÇÃO EM BELÉM E O MORAR NAS ALTURAS .....</b>	<b>22</b>
<b>A HISTORIOGRAFIA ATRAVÉS DO OLHAR: O USO DE IMAGENS COMO EVIDÊNCIA HISTÓRICA .....</b>	<b>39</b>
<b>O EDIFÍCIO MANUEL PINTO DA SILVA ENTRE CONSTRUÇÃO E DESTRUÇÃO. A CASA OUTEIRO E A CRIAÇÃO DO “NOVO” .....</b>	<b>45</b>
<b>AS INAUGURAÇÕES MAJESTOSAS DE UM NOVO ÍCONE URBANO.....</b>	<b>59</b>
<b>PARTE II.....</b>	<b>81</b>
<b>A ARQUITETURA DO MANUEL PINTO DA SILVA E A EXPRESSÃO DO MODERNO EM BELÉM.....</b>	<b>81</b>
<b>NARRATIVAS FOTOGRÁFICAS DA MODERNIZAÇÃO: O ÁLBUM DA FAMÍLIA PINTO DA SILVA .....</b>	<b>110</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS GERAIS.....</b>	<b>142</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1930 com o início das administrações de Magalhães Barata e os intendentes nomeados por ele, a cidade retoma ações de modernização, já que a crise que se configurou após a debacle da economia da borracha atinge plenamente os serviços urbanos da capital.

A Lei Municipal nº 381, de 16 de janeiro de 1904, deu autorização ao intendente da capital para entrar em negociações com quaisquer empresas, visando a construção e exploração das então projetadas Avenidas 15 de Agosto, Ferreira Pena e Serzedelo Corrêa, bem como a edificação - "e relativa exploração da Travessa Gama e Abreu, desde o Largo da Trindade até a esquina da Avenida Serzedelo Corrêa". As larguras das avenidas e travessas estavam fixadas entre 20 a 30 metros - "conforme as conveniências locais" (CRUZ, 1992, p. 139).

A mesma Lei, em seu artigo segundo, autorizava a intendência de Belém a “expropriar os terrenos que se tornassem necessários para a regularização do alinhamento”. O engenheiro Augusto Mendes foi contratado para a construção das aludidas avenidas e alargamento da Travessa Gama e Abreu, de acordo com a Resolução nº 181, de 12 de março de 1908 (CRUZ, 1992, p. 140).

Estudos reportam a situação de crise que Belém experimentava durante a década de 1930 (PENTEADO, 1968; CHAVES, 2011; DIAS, CHAVES, 2015). A administração municipal não conseguia suprir as deficiências de infraestruturas e as consequências da restrita atividade econômica. Situação esta que se refletia na diminuição da população, que era obrigada a buscar trabalho fora da cidade. Contudo, a chegada de Getúlio Vargas ao poder federal e a força do populismo, foi marcada por mudanças fundamentais na maneira de se pensar a cultura brasileira e a própria identidade nacional (ORTIZ, 1985). Nesse sentido a chamada “Era Vargas” contribuiu para a formação da “ideia de que era tempo de replanejar e oferecer um novo ritmo à capital” (CHAVES, 2016, p. 103).

Nas gestões municipal e estadual era prioridade tornar a imagem da cidade de Belém mais civilizada e moderna, promoveriam então as primeiras iniciativas de transformações, com o objetivo de diferenciar a nova ordem política das gestões anteriores. Destaca-se nesse contexto, a Avenida 15 de Agosto (atual Avenida Presidente Vargas), cujo nome homenageou a data comemorativa da adesão do Pará à Independência do Brasil em 15 de agosto de 1823.

Anteriormente a Avenida também recebeu o nome de Travessa dos Mirandas, em referência a antigos moradores. Ernesto Cruz afirma que os sobrenomes das famílias de maior “destaque” dariam origem aos nomes das ruas em que residiam. A Travessa foi transformada em Avenida 15 de Agosto em 04 de setembro de 1877, segundo determinação da Câmara Municipal de Belém (CRUZ, 1992, p. 16, 94 e 95). Após a morte de Getúlio Vargas a Avenida teria seu nome alterado para Avenida Presidente Vargas, que permanece até os dias de hoje em homenagem póstuma.

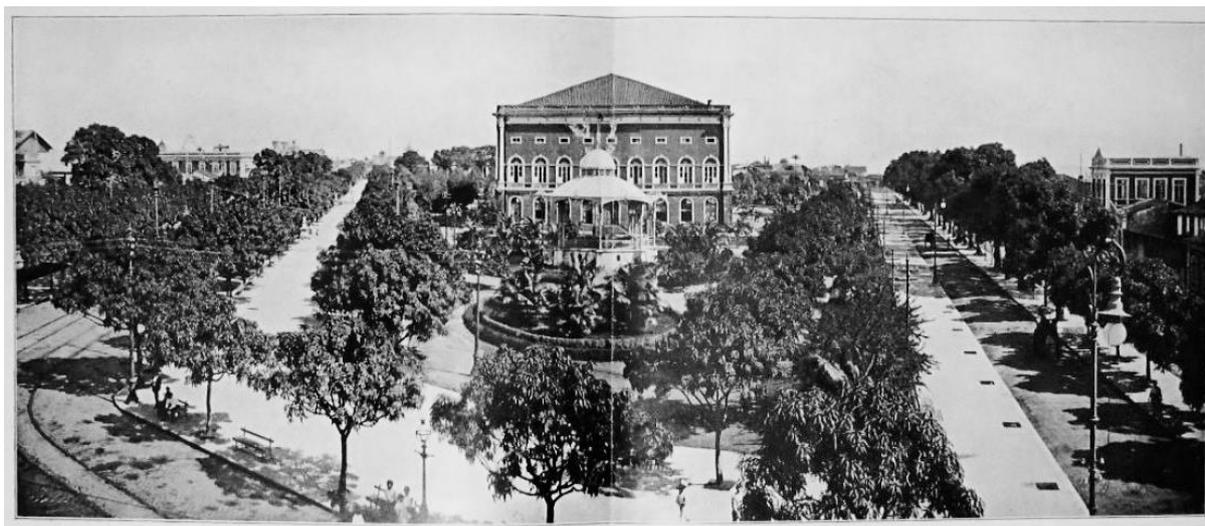
Obras de aterramento, calçamento e reordenação dão cada vez mais importância à área, dentre elas, destaca-se o processo de urbanização da Praça da República, onde é marcado profundamente a transformação paisagística da cidade. De um grande descampado proveniente do século XVIII, a região se tomara o símbolo de uma Belém erudita, civilizada seguindo o modelo das grandes praças europeias (CHAVES, 2011, p. 34).

**Figura 01: A Praça da República antes das intervenções de Antônio Lemos.**



Fonte: Antônio José de Lemos (Relatório apresentado ao Conselho Municipal. Belém, Arquivo da Intendência Municipal em 1902).

**Figura 02: A Praça da República após as intervenções de Antônio Lemos.**



Fonte: Álbum de Belém, Pará (1902).

Foi desde a então Avenida 15 de Agosto que a cidade passara a ser "vitrine das modernas tendências arquitetônicas" (CHAVES, 2008, p. 4, *online*). É em sua extensão que se pode observar a evolução de uma arquitetura intimamente ligada à nova diretriz política de modernização que o governo central estabelece em todo o país, através da construção das novas sedes das instituições públicas.

Foi também nessa Avenida, que empresários e comerciantes instalaram suas empresas, incentivados pelas medidas tomadas pelo poder público para torná-la mais atraente e adequada aos novos edifícios que ali surgiriam. O incentivo mais importante para que a Avenida fosse tomada de modernas tendências arquitetônicas foi dado pelo governo municipal, ao facilitar a aquisição de seus terrenos pelos comerciantes e instituições que pretendiam ali construir (CHAVES, 2008, p. 4, *online*).

Durante a década de 1940, sedes governamentais como consulados, agências bancárias e órgãos públicos ainda se instalavam nos edifícios construídos na fase da economia da borracha. A sede dos Correios e o Edifício dos Comerciários (uso misto) foram inaugurados em 1940 e a sede da empresa Booth Line em 1945. Posteriormente foram construídos na Avenida dois edifícios de uso misto e de grande porte, o Importadora em 1954, e Palácio do Rádio em 1956, dois anos mais tarde foi inaugurado o edifício do IAPI, hoje Edifício INAMPS (CHAVES, 2016, p. 8).

Chaves (2008) explica que havia um processo mercadológico nos meios de comunicação da época que exaltava as novas construções e os materiais de construção

utilizados, especialmente o cimento e o vidro. Mas também aconteceu o incentivo legal, através da Lei Estadual nº 3.450 de 6 de outubro de 1956, determinando que qualquer construção situada na Avenida 15 de Agosto obedeceria a altura mínima de 12 pavimentos e as situadas no entorno dela teriam no mínimo 10 pavimentos, estimulando então o conceito de verticalização na cidade.

A antiga Avenida reunia então uma série de condições especiais, possuindo altas cotas de nível, acesso ao porto e se interligava à Estrada de Nazareth (atual Avenida Nazaré) e à Estrada do Utinga (atual Avenida Magalhães Barata) por linhas de bonde que, por sua vez, tinham acesso à estação da Estrada de Ferro Belém-Bragança (PENTEADO, 1968).

Segundo Oliveira (1992), a verticalização de Belém, originada na década de 1940, na área central, obedeceu a lógica da produção e valorização do espaço da cidade, limitando-se, inicialmente as áreas mais altas e valorizadas.

Entretanto, não havia na comunidade total adesão ao novo modelo urbano, que resistiu a sair de suas casas térreas para morar em apartamentos pelo próprio desconhecimento desta nova condição (CHAVES, 2008, p. 147, *online*). O que os idealizadores deste novo conceito de urbanização da cidade de Belém não projetaram foi o custo do investimento para a modernização da cidade e a verticalização do centro não se efetivou como o esperado.

Ocorre em Belém a partir da década de 1940 a construção dos primeiros edifícios verticalizados, seguindo a tendência das principais cidades brasileiras. Os chamados arranha-céus foram construídos em Belém, inicialmente, com fins comerciais, em 1949 foi inaugurado o primeiro edifício residencial com mais de quatro pavimentos, o Edifício Piedade (CHAVES, 2008, p. 148, *online*).

O lançamento do Edifício Manuel Pinto da Silva ocorre no final da década de 1940, tornando-o um marco na construção e arquitetura, concluído com três blocos de apartamentos, sendo o principal, com 26 pavimentos, medindo aproximadamente 108 metros de altura. Foi por muitos anos o Edifício mais alto e com o maior número de apartamentos construído no norte do Brasil. Sua primeira inauguração foi divulgada nos meios de comunicação da época como um excepcional presente de natal à cidade, um símbolo da inovação e modernidade, projetando Belém nacionalmente.

Deste modo, considerando a importância e a ausência de estudos aprofundados no campo da arquitetura e historiografia sobre o Edifício, o objetivo geral deste trabalho é estudar e caracterizar o Edifício Manuel Pinto da Silva como objeto arquitetônico e histórico a fim de entender o seu papel como símbolo da modernidade na cidade de Belém. Para o alcance do objetivo geral determinou-se os seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar o surgimento dos edifícios verticalizados em Belém (PA);
- Interpretar as tramas históricas que culminaram com a construção do edifício;
- Caracterizar a arquitetura do edifício em seus aspectos formais, espaciais e técnicos;
- Contribuir para a construção da historiografia urbana e da arquitetura moderna em Belém;

Elaborada no formato de tópicos e artigos, esta dissertação está dividida em duas partes. Na primeira parte, aborda-se inicialmente as formas como a modernidade e a modernização foram idealizadas em Belém e como isso influenciou o processo de implantação dos edifícios verticalizados.

A seguir, o segundo tópico trata acerca do uso de imagens como forma de evidência histórica no ramo da historiografia, a imagem se torna, portanto, uma importante ferramenta quando fornece informações sobre os objetos, pessoas, determinada época ou acontecimento que possui fontes escassas de informação.

O terceiro tópico discorre sobre de que forma as expressões do moderno em Belém estariam associadas às transformações de destruição e construção, de substituição de tipologias de edificações muitas vezes ecléticas por construções modernas. Nesse contexto, apresenta-se o Edifício da Casa Outeiro, demolido na década de 1950 para dar lugar ao segundo bloco do Edifício Manuel Pinto da Silva.

Em seguida, aborda-se a respeito das majestosas cerimônias de inauguração do Edifício Manuel Pinto da Silva, apresentando alguns dos anúncios com convites veiculados nos jornais locais, o roteiro utilizado nas cerimônias, quem eram os convidados e fotografias que permitem compreender como esses eventos eram capazes de repercutir no cotidiano da cidade.

O artigo 1 tem o objetivo de analisar a arquitetura do Edifício, levando em consideração a implantação, os aspectos formais, funcionais e a espacialidade. Ao longo do texto são identificadas as características que fazem referência às propostas modernistas e aquelas se que aproximam da arquitetura tradicional vista ainda nas residências ecléticas.

O artigo 2 utiliza como fonte primária os álbuns de fotografias da Família Pinto da Silva, em conjunto com a pesquisa bibliográfica e documental, este artigo visa demonstrar que os elementos, detalhes, enquadramentos e personagens presentes nas cenas registradas, mais que simples capturas de um momento familiar e histórico, buscavam transmitir a imagem de uma cidade moderna e progressista.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos delineados, é proposta metodologia que envolve procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e redesenho.

Os percursos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa serão baseados na estratégia combinada da pesquisa qualitativa que, conforme Goldenberg (2004, p. 53) “consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos” e a pesquisa histórico-interpretativa que trata dos eventos passados no que diz respeito ao pesquisador, tendo a necessidade de reunir evidências.

Para Groat e Wang (2002), a estratégia combinada de pesquisa qualitativa, aborda os fenômenos físicos e sociais contemporâneos em relação ao pesquisador. A pesquisa histórico-interpretativa trata dos eventos passados, construindo a partir disso uma narrativa, também trabalham com a descrição do objeto a fim de explorá-lo com o propósito de produzir informações aprofundadas, iconográficas e reflexão crítica sobre o assunto.

**Quadro 01 - Estratégia Combinada de Pesquisa e suas respectivas táticas.**

ESTRATÉGIA	FONTES DE DADOS
HISTÓRICO - INTERPRETATIVA	Revisão de literatura
	Pesquisa documental
QUALITATIVA	Registros fotográficos da época
	Estudo arquitetônico (formal, técnico e espacial)
	Levantamento e redesenho

Fonte: GROAT e WANG (2002), adaptado pela autora.

Com o objetivo de estabelecer um planejamento para o desenvolvimento da pesquisa determinou-se a divisão deste trabalho em três etapas, seguindo os procedimentos metodológicos abaixo:

1ª Etapa: consistiu em ampliar o embasamento teórico acerca da modernização ao longo da Avenida Presidente Vargas entre as décadas de 1940 e 1960. Foi realizada a pesquisa teórica para conhecer o estado da arte por meio da bibliografia já publicada acerca do tema. Esses estudos são justificados por possibilitarem uma visão geral do que vem sendo

produzido na área e uma ordenação que permite a evolução de tais pesquisas bem como identificar as lacunas ainda existentes.

2ª Etapa: realizou-se uma extensa pesquisa documental que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. Foram analisados relatórios, reportagens de jornais, revistas, documentos, cadastros em empresas, filmes e cartões postais.

Nesta etapa foi realizado o contato com os familiares do idealizador da obra visando obter informações e documentações pertencentes ao acervo da família Pinto da Silva. Foi possível obter fotografias inéditas da obra e de suas inaugurações, cartões de visita, o caderno de encargos com as especificações de materiais utilizados e parte do projeto original do conjunto.

3ª Etapa: a pesquisa de campo se constituiu no levantamento físico da obra, através de visitas *in loco*, onde foram registradas fotografias do edifício, assim como de seu entorno e levantamento de medidas necessárias para a elaboração dos redesenhos. O redesenho permite a apropriação das decisões, ajustes e transgressões no desenvolvimento do projeto (GASTÓN; ROVIRA, 2007), revelando possíveis intenções do autor e a consistência de suas decisões projetuais. Assim, recorre-se ao que Pinõn (2005) chama de inversão do processo habitual. Os instrumentos utilizados para o redesenho em 2D e em 3D foram os softwares AutoCAD 2018, Sketchup Pro 2018, Vray 3.6 e o Adobe Photoshop.

O redesenho é uma ferramenta relevante para este estudo, pois possibilita a interpretação mais apurada das resoluções arquitetônicas da obra em estudo e a utilização de técnicas atuais de computação gráfica que enriquecem o processo, permitindo a criação de uma documentação que revela momentos históricos da arquitetura moderna e as decisões projetuais tomadas pelo arquiteto, assim como a investigação de supostas alterações do programa original, que permitirá ir além do reconhecimento do sistema e passar à exploração de suas capacidades operativas.

Vale ressaltar que no decorrer das três etapas acima foram feitas entrevistas formais e informais, pessoalmente ou através de redes sociais com familiares e pessoas envolvidas no processo de projeto e construção do Edifício Manuel Pinto da Silva que foram de grande importância para a elucidação dessas tramas históricas.

## PARTE I

### **O LUGAR DA MODERNIDADE E DA MODERNIZAÇÃO EM BELÉM E O MORAR NAS ALTURAS**

A América se caracteriza, segundo Gorelik (1999), como um território especialmente fértil para os conflitos modernos: porque se na Europa os conflitos de valores vão gerando e se adensando ao longo do tempo, muitas vezes notamos na história americana que as questões valorativas e conceituais aparecem no mesmo momento ou inclusive antecedendo os processos que as geraram em seus lugares de origem.

Waisman (2013) inicia a segunda parte de seu livro “O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. Parte 2” falando da necessidade de se formular, ou reformular, os instrumentos historiográficos adequados para a compreensão da realidade particular da América Latina. Com essa intenção, se propõe a desmontar os mecanismos da historiografia e remontá-la de forma a possibilitar uma leitura crítica de sua arquitetura.

Desde o surgimento da consciência histórica tentou-se distinguir períodos, dar-lhes um significado, descobrir um papel no devir histórico. Na história da arte e da arquitetura, esse afã de caracterizar períodos históricos torna-se aparente no Renascimento, juntamente com a consciência da modernidade da própria posição (WAISMAN, 2013, p. 57).

Essa relação dialética entre arquitetura e história ocorreu com suas particularidades em diversos países. Pode-se listar alguns fatores importantes capazes de direcionar essa produção como: a relação entre o Estado e os projetistas, os procedimentos projetuais, a cultura local, a economia, o clima, a disponibilidade de material e mão de obra e as diretrizes das escolas em que se formaram tais arquitetos.

A cidade deve ser colocada como objeto de investigação, por sua combinação intrínseca e constitutiva de processos materiais e representações culturais, leva a ver o funcionamento conjunto dessas categorias, obriga a tentar entender suas lógicas e assim se aproximar da realidade.

Nesse sentido, quando digo que na cidade latino-americana a modernidade foi um caminho para a modernização, tento apresentar a vontade ideológica de uma cultura

para produzir um determinado tipo de transformação estrutural. A América se caracteriza, assim, como um território especialmente fértil para os conflitos modernos (GORELIK, 1999, p. 59).

Especificamente no caso da Amazônia Oriental Brasileira, onde o desenvolvimento da arquitetura e da cidade sofreu o influxo de seus ciclos econômicos e de suas particularidades geográficas e socioculturais, essas questões adquirem matizes que não podem deixar de ser desconsideradas para uma análise historiográfica (CHAVES, 2016, p. 9).

A produção arquitetônica brasileira apresentou variadas manifestações, em diferentes regiões do país, como é o caso de Belém. Essa diversidade criou um conjunto de construções e projetos que traziam respostas próprias para as questões colocadas pela ideia da modernidade.

Entre eles está o fato de, nesse momento, Belém ainda encontrar-se quase que isolada do resto do Brasil, caracterizando-se como o que GORELIK *apud* MÜLLER (2011, p. 10) chamou de “duplamente provinciana”, pois além de estar localizada em um país do hemisfério sul, longe do continente europeu, faz parte da região Norte do país, longe mais uma vez do eixo sul-sudeste do país, onde se concentram o maior desempenho econômico e industrial.

Por isso se faz necessário esboçar uma interpretação que explore suas particularidades e que desvele os mecanismos mais além das materialidades das realizações, para “não correremos o risco de nos equivocarmos ou desconhecermos nossa realidade histórico arquitetônica e urbana” (WAISMAN, 2013).

A elaboração de uma resposta consistente sobre o que é a modernidade, no campo da arquitetura e do urbanismo é uma tarefa desafiadora para os historiadores. É preciso enfatizar que a modernidade, do ponto de vista de quem elabora seus princípios, é um discurso, que unifica movimentos ou processos.

No início do século XX, as obras de infraestrutura – energia, abastecimento de água, pavimentação e bondes – caracterizavam a modernização da cidade. A ideia de modernização é, naquela ocasião, essencialmente representada pelas obras de embelezamento das cidades.

Essa modernização em Belém não estava restrita a melhorias urbanas, incluía o “modo de vida” das pessoas, ou seja, a modernização era ao mesmo tempo concreta – aplicada na cidade – e abstrata – transformando a cultura da população (MORHY; LIMA; PONT VIDAL, 2017, p. 5).

A cidade refletia nos anos trinta a situação de uma economia débil, a carência e mau estado das infraestruturas, como a falta constante de energia elétrica e de água. O regime

político vigente das administrações do presidente Getúlio Vargas e do Governador do Pará, Magalhães Barata, defendiam a modernização como ideário e o governo entendia que o símbolo mais eficaz dessa modernidade que precisava ser empregado era o edifício em altura, disseminado pelo “Estilo Internacional” materializado nas grandes cidades em edifícios verticalizados a exemplo dos arranha-céus norte-americanos que se tornaram modelos de modernidade.

Magalhães Barata então decide dar à antiga Avenida 15 de agosto um novo alinhamento, oferecendo terrenos a empreendedores que substituíssem os antigos casarões coloniais de origem comercial por “prédios de boa apresentação” (OLIVEIRA, 1992, p. 153).

De uma maneira geral, ocorreram grandes alterações, conforme observado por Derenji (1987).

A maioria das casas velhas e desmanteladas cederam lugar a belos edifícios construídos acima do nível da rua, com extensas e elegantes sacadas no primeiro andar. (...) parecendo que os paraenses procuravam agora imitar os costumes das nações do norte da Europa, ao invés dos da mãe-pátria (BATES, 1979, p. 296, *apud* DERENJI, 1987, p. 150)

A associação da modernização, através da implementação de infraestruturas e construção de belos edifícios e a modernidade com a imitação de novos costumes europeus, presente no comentário de Derenji, é mais um exemplo das consequências que as transformações concretas realizadas na cidade influenciam na mudança dos hábitos sociais da população (MORHY; LIMA; PONT VIDAL, 2017, p. 7).

Somekh (2014, p. 54) corrobora acerca dessa ruptura com o passado, para a autor a modernidade vincula-se a uma implacável oposição com as condições históricas precedentes, e essa ruptura, implica, necessariamente, a uma “destruição criativa”. Para criar um mundo novo, era preciso destruir o que existe até então. O “destruidor criativo” é, nesse sentido, uma figura heroica.

No mesmo momento, as grandes capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, elaboravam seus planos de urbanismo, abrindo grandes avenidas em um período onde a circulação urbana através do automóvel destacava-se como um sinônimo de modernidade.

O governo federal, no período da administração de Vargas, pretendia construir um novo modelo de integração na Amazônia e nessa direção Magalhães Barata indica o novo

prefeito para a capital, o urbanista Jerônimo Cavalcanti, que veio a cidade com o objetivo de realizar um plano de desenvolvimento urbano.

Para Cavalcanti, a prioridade era enfrentar dois antigos problemas de Belém: o saneamento das grandes áreas alagadas e o abastecimento precário. Para o urbanista, eram estes os principais entraves ao desenvolvimento de Belém e que somente resolvidos tais problemas completar-se-iam as expectativas de desenvolvimento de cidade com ares modernos (CHAVES, 2016, p. 132).

O plano de urbanização de Belém foi entregue a Magalhães Barata em 1944, segundo o plano, o Estado não deveria permitir mais construções sem o gabarito mínimo previsto, de 10 andares para a antiga Avenida 15 de Agosto, 3 para as áreas comerciais e 2 para as ruas calçadas, tal como previsto pelo código de obras do Município.

Observando a antiga Avenida 15 de Agosto - atual Avenida Presidente Vargas - como uma das mais importantes da cidade, onde se localizavam os melhores hotéis, cinemas, teatros e estabelecimentos comerciais, Cavalcante entendeu esse espaço como o ideal para representar um microcosmo de cidade moderna.

A preocupação em ditar gabaritos mínimos buscava, de maneira lógica, incentivar a iniciativa de construir arranha-céus em Belém, o que encontrava sérias limitações executivas, devido a dificuldade de acesso à tecnologia e aos materiais necessários.

A tentativa de modernizar-se expressava nas notícias veiculadas nos jornais exaltando as novas construções e nos anúncios da imprensa que divulgavam os novos materiais de construção como o cimento e o vidro.

Nesse sentido, tudo era permitido, sempre e quando se construísse sob o conceito “moderno”, com as mais avançadas técnicas construtivas, para adequar-se às novas demandas dos usuários. A primeira tentativa de realizar uma regularização de caráter mais abrangente foi o plano do engenheiro Jerônimo Cavalcante, “Plano Urbanístico da Cidade” (CHAVES, 2008, p. 147, *online*).

Enquanto a modernização da era de Lemos foi inspirada pelas capitais europeias, a da era de Vargas teve origem nas principais cidades estadunidenses. Daí a relação de modernização com verticalização (MORHY; LIMA; PONT VIDAL, 2017, p. 10).

O edifício de apartamentos, nesse momento, veiculava uma imagem de progresso e avanço técnico, em que o crescimento vertical e a nova forma de morar criaram um

imaginário de modernidade. O público que passou a habitar os apartamentos modernos era elitizado e novas necessidades caracterizavam seu modo de morar. Tudo era novo, o espaço e a tecnologia, em um grupo social que tinha a intenção de acompanhar a modernidade.

Acomodar-se a essas alterações exigia esforços, tanto dos moradores como de quem projetava e construía os edifícios. Edifícios cênicos e luxuosos, aonde a beleza vinha associada à qualidade e a nobreza dos materiais, tornam-se sinônimos de modernidade.

Como já exposto, a verticalização na construção começara a se intensificar mostrando-se como o caminho do desenvolvimento e progresso, ao mesmo tempo em que condicionava a cidade a partir disso o estado de “moderna”. Assim, a difusão de práticas, materiais e tecnologias inovadoras, das quais o arranha-céu é exemplo, poderia ser considerada fenômeno efetivamente modernista.

Imponentes edifícios verticalizados e luxuosos foram construídos ao longo da então Avenida 15 de Agosto, aonde a beleza vinha associada à qualidade e a nobreza dos materiais, tornam-se “sinônimos de modernidade” (CHAVES, 2008, p. 147, *online*).

Somekh (2014) ao fazer sua interpretação sobre a urbanização de São Paulo chegou à conclusão de que em São Paulo o urbanismo desenvolvido no período do início da verticalização da cidade não pode ser caracterizado de moderno ou modernista, mas sim de modernizador.

A modernização corresponde a necessidade constante de o capitalismo buscar aumento de produtividade por meio de agostos tecnológicos e organizacionais. A modernidade e as conseqüentes ideias modernistas consistem no desenvolvimento do projeto iluminista de domínio da natureza baseada na racionalidade e na objetividade. Urbanismo moderno vai além, por surgir na cidade industrial especificamente para enfrentar os problemas sociais que se confundem com as questões urbanas (SOMEKH, 2014, p. 49)

Para o urbanismo moderno, a cidade é o objeto principal e de sua essência, as questões sociais. O urbanismo paulistano, segundo a autora, apesar de pautado em uma racionalidade influenciada pelo ideário internacional, não pode ser considerado moderno, pois a questão social não ocupa o centro do seu discurso, mas sim a eficiência e o desenvolvimento da cidade e do capital, uma vez que exclui a população mais pobre. A prática de favorecimento de empresários dos serviços urbanos, presente nas ações da administração pública, pode ser considerada apenas como uma ação modernizadora.

Assim pode-se então fazer uma analogia com o caso de Belém, se o urbanismo moderno tem como objetivo central a cidade, o plano de urbanização como instrumento principal e a questão social como discurso, as ações que ocorreram em Belém no início de sua verticalização também pode-se ser consideradas modernizadoras, visto que o Plano desenvolvido por Cavalcanti pode ser considerado desigual, onde as divisões de zoneamento projetadas pelo urbanista para a cidade institucionalizam segundo Chaves, (2016) “diferenças sociais”.

Mahfuz (1984, p. 1) alerta sobre a importância da discussão sobre como surge a produção arquitetônica, a maneira pelas quais os espaços e objetos ganham suas formas. Nesse momento em que cresce de importância a discussão sobre os valores essenciais da arquitetura moderna, tal como a entendemos e praticamos no Brasil, é oportuno discutir um assunto que diz respeito a todo aquele que se dedique a criar espaços nos quais atividades humanas possam ser exercidas.

A classificação de tipos é de fundamental importância para a história da arquitetura, pois é através dos estudos de tipo que os processos de repetições e mimeses arquitetônicas conjugam as formações tipológicas. Argan (2001) faz uma crítica quanto ao uso do conceito de tipologia, “a maior parte da crítica moderna fundada no pensamento idealista nega todo valor ao conceito de “tipologia arquitetônica”. Seria de fato um absurdo afirmar que o valor artístico de um templo redondo é tanto maior quanto mais ele se aproxima do “tipo” ideal do templo redondo.” (ARGAN, 2001, p. 65). Em suma, a partir do entendimento dos conceitos de tipo, tipologia e modelo na arquitetura, pode-se então preparar o olhar para iniciar a análise tipológica de uma determinada obra.

A industrialização possibilitou o progresso técnico, econômico e cultural da sociedade, além do desenvolvimento do capitalismo, da urbanização e de muitos problemas sociais para a população, dentre eles o problema habitacional (GALVAN, CARLOS, 2006, p. 1), gerado pelo deslocamento da população em busca de trabalho, onde as pessoas saíam do campo para encontrar trabalho na cidade, fazendo assim, da habitação coletiva o principal tema discussões sobre a cidade desde o final do século XIX.

A revolução industrial foi um importante marco para a ideia de arquitetura moderna, forneceu novos métodos construtivos, materiais e conseqüentemente novas formas de expressão. Novas tipologias advindas da necessidade de uma sociedade industrial como as

estações ferroviárias e edifícios altos tinham que ser construídos, o que intensificou a crise do uso da tradição.

A urbanização favorece ações de empreendedores imobiliários, proprietários fundiários e dos meios de produção, que buscam oportunidades de negócios imobiliários. O que acaba produzindo espaços de alto poder aquisitivo, cercados de infraestrutura e conforto, próximos aos espaços de extrema pobreza e falta de condições de habitabilidade, provocando a segregação social e espacial das camadas populares (GALVAN, CARLOS, 2006, p. 7).

A “nova arquitetura” que viria em seguida, com preceitos modernos, pretendia inserir-se entre as novas formas de produção industrial e assim solucionar os problemas decorrentes do novo contexto social. A ideia era desvincular a arquitetura de seu processo produtivo artesanal, diferente em cada localidade do planeta, dar a arquitetura um caráter universal. A nova relação entre o objeto e seu processo de produção o “incorporava as formas” mais progressistas da época e a missão da arquitetura, como agente do progresso, era aceitar e, talvez mesmo, dominar essas formas (VIDLER, 2006).

O I CIAM (*Congrès internationaux d'architecture moderne*), realizado na cidade de La Sarraz, Suíça, em 1928. Organizado por Le Corbusier, Siegfried Giedion e Helene de Mandrot e presidido por Karl Moser, foi idealizado como um instrumento de propagação do ideário da dita “nova arquitetura” em desenvolvimento e entre os objetivos estava o de apresentar a arquitetura como fator de influência econômica e social.

No Congresso o urbanismo foi definido como organização das funções da vida coletiva, que envolve a cidade e o campo, cuja essência é a ordem funcional, já se apontando as três “funções-chaves” da cidade - habitação, trabalho e lazer - a serem articulados pela circulação.

Nesse sentido, era de interesse do movimento moderno na arquitetura promover uma discussão sobre a cidade, baseada nos mesmos critérios de racionalização, economia padronização como vinha sendo discutido o tema da habitação social.

Configura-se então como campo tipológico para a arquitetura e próprio do movimento moderno, que se valia do modo de produção industrial e da natureza mecânica dos objetos produzidos em série como referências analógicas para as edificações. Pilotis, estrutura independente, fachadas e plantas livres, exemplos padrões sugeridos por Le Corbusier, presentes em sua obra e posteriormente convertidos em tipos (CARVALHO, 2008, p. 27).

A nova tipologia proposta pelos arquitetos modernos, “estava intimamente vinculada a um novo padrão urbanístico proposto por Le Corbusier, baseado no edifício autônomo, liberado dos limites impostos pela estrutura fundiária da cidade tradicional” (CARVALHO, 2008, p. 27).

Para Rossi *apud* Sampaio (2002) toda arquitetura pode ser enquadrada em uma análise tipológica, onde os edifícios projetados para o mercado imobiliário podem ser agrupados conforme a relação de uso e condição do edifício na cidade e ainda, as unidades individuais podem ser reunidas conforme os espaços de moradia identificando tipologias recorrentes.

Na primeira metade do século XX, com o advento do movimento moderno na arquitetura, as questões relativas à tipologia foram negadas e acabaram relegadas ao esquecimento. O pensamento geral dos arquitetos deste movimento era o de uma “arquitetura totalmente nova deveria surgir e vincular-se nova maneira de ver o mundo”, refletindo o progresso da era das máquinas e as novas condições de vida proporcionadas pela revolução tecnológica. Houve então uma tendência ao menosprezo pelas formas históricas da arquitetura, as referências relativas à tipologia foram negadas e seus novos ideais de originalidade entraram em conflito (CARVALHO, 2008, p. 25).

Para Le Corbusier somente uma nova arquitetura poderia exprimir o "espírito novo" da "civilização maquinista" e seria capaz de enfrentar os problemas decorrentes dos processos de industrialização e urbanização assistidos desde a virada do século (BARONE, 2002).

A história da moradia no século XIX no Brasil traz, como ponto de partida, as habitações populares coletivas e insalubres surgidas a partir do processo de urbanização e industrialização citados anteriormente.

A habitação multifamiliar verticalizada no Brasil era um desafio para uma sociedade que desconhecia esse modo de moradia, tido como promíscuo e normalmente associado às classes mais baixas da população, herança cultural das habitações proletárias do início do século, das pensões e dos cortiços.

Com a disseminação do uso do concreto, o prédio de apartamentos mostra-se definitivamente como uma solução de moradia coletiva até então altamente rejeitada pelo gosto popular e pela classe média que associava os edifícios multifamiliares com cortiço de pobres (LEME, 1979 *apud* SOMEKH, 2014, p. 201)

Somekh (2014) traz considerações sobre o que seria a cidade vertical e a verticalização.

A cidade vertical envolve a noção edifício alto, de arranha-céu. A verticalização foi definida como a multiplicação efetiva do solo bando, possibilitada pelo uso do elevador: a essa ideia associam-se a característica da verticalidade, o aproveitamento intensivo da terra urbana e o padrão de desenvolvimento tecnológico do século XX, demonstrando a relação entre verticalização e adensamento (SOMEKH, 2014, p. 28).

A verticalização no Brasil se confunde com o aparecimento dos edifícios residenciais e vice-versa. O edifício residencial somente surge na paisagem da maioria das grandes cidades brasileiras a partir de meados da década de 1940. No entanto, esse novo modelo de habitação tem origem cerca de duas décadas antes, entre 1910 e 1920 na antiga Capital Federal, o Rio de Janeiro (MELLO, 2007, p. 55).

Maricato (2001, p. 23) lembra que a introdução do apartamento como principal forma de moradia da classe média teve início na década de 1940 em Copacabana, no Rio de Janeiro.

Inicialmente aceita com relutância, a verticalização se multiplicaria nas décadas de 1930 e 1940 em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, constituindo-se em uma grande inovação no setor residencial com surgimento dos prédios de apartamentos (REIS FILHO, 1978, *apud* SOMEKH, 2014 p. 201).

Ao contrário do que ocorreu em outros países em que a verticalização surgia como solução técnica necessária para a questão da habitação social, o edifício de apartamentos surge no Brasil como a moradia das ascendentes classes médias, com o *status* da riqueza e da modernidade.

Foi a condição de modernidade que se impôs como principal característica da nova habitação coletiva local. Assim, a partir da década de 1920 a habitação coletiva, que havia nascido popular passou, na forma do prédio de apartamentos, a ser a moradia da elite da sociedade brasileira. Na figura abaixo (03) pode-se observar os edifícios em construção na ainda capital do País.

**Figura 03: Posto 2, Copacabana, Rio de Janeiro em 1932.**



Fonte: Revista Careta, 1932. (Acervo de Fernando de França Leite).

Segundo Souza (1994, p. 129) em nenhum outro lugar do planeta, a verticalização com destinação prioritária para habitação se apresenta no mesmo ritmo que em nosso país. “Essa função habitacional, ligada à verticalização, por si só dá uma identidade e uma especificidade ao processo de urbanização brasileiro”.

O edifício residencial é como um dos objetos da arquitetura e, portanto, um produto cultural adotado por nossa sociedade que se modificou ao longo das últimas décadas, adquirindo maturidade, características próprias, variando de cidade para cidade e de região para região do país. O edifício residencial veio aos poucos se adequando ao estilo de vida dos paraenses e ao clima equatorial (MELLO, 2007, p. 61).

A intenção de modernizar-se em Belém através dos edifícios residenciais altos segundo Chaves (2008) se expressava nas notícias veiculadas nos jornais exaltando as novas construções e nos anúncios da imprensa que divulgava os novos materiais de construção como o cimento e o vidro. Estes estímulos encontravam ainda alguns obstáculos: o desconhecimento do novo hábito de viver em altura e a consequente resistência em sair de suas casas ajardinadas e amplas que caracterizava o modo de viver da burguesia local.

A ausência de normativas mais amplas e reguladoras para a autora permitia uma definição sem muitos condicionantes tanto das formas do edifício quanto de sua inserção na cidade, visto que o código de obras da época apresentava dispositivos pouco atualizados e de pouco alcance para uma estruturação coordenada do espaço urbano. A ambiguidade das determinações do “Código de Administração Municipal” revelava contradições.

A partir do início do século XX o setor imobiliário se expandiu com a construção de prédios comerciais e residenciais no centro da cidade. A expansão dos sistemas de infraestrutura e dos serviços urbanos valorizaram e consolidaram as áreas residenciais. A busca de melhor aproveitamento do terreno fez aumentar a altura das construções e o número de unidades habitacionais.

No caso da cidade de Belém, a escolha de morar em apartamentos poderia inicialmente estar ligada a uma questão de *status*, resultado de influências das culturas europeia e norte-americana. Apesar do período histórico entre 1930 e 1960 ter sido marcado na cidade por uma variedade de tipologias, na maioria importadas da Europa, o arranha-céu de influência norte-americana apareceu a partir da década de 1940, sinônimo de modernidade, os apartamentos apresentavam formas racionalizadas sucedendo tendências *Art Déco* em prédios projetados e construído por engenheiros (COSTA, 2015, p. 18).

Meira Filho (1973, p. 181) relembra que os belenenses abastados ainda se concentravam, nos anos 1930, nas áreas vizinhas do Largo da Pólvora (atual Praça da República), tornando-se “o centro de todas as atenções, dos fuxicos, das realizações de caráter beneficente e social”. Diversas linhas de bondes passavam por lá, a vida social e urbana de Belém no início da década de 1930 era tranquila:

Não havia aviões, nem televisões. As viagens para o Sul e Nordeste traziam, ainda, aquele sabor de despedida no cais (...). As *matinéés* do Olímpia, a novidade do Iracema, os bancos corridos do Poeira, a Feira de Nazareth, o Dr. Beleza anunciando os produtos da Fábrica Palmeira’. O sorvete bolachinha, o “Charlotine” do Grande Hotel, que nos saciava a sede com água gelada de graça (...) e as meninas da terra dando bola aos cadetes que chegavam [sic] (Meira Filho, 1973, p. 180).

Magalhães Barata então decide dar à antiga Avenida 15 de agosto um novo alinhamento, oferecendo terrenos a empreendedores que substituíssem os antigos casarões coloniais de origem comercial por “prédios de boa apresentação” (OLIVEIRA, 1992). Pela avenida passava a linha de bonde que seguia pela estrada de Nazareth até o início da estrada de ferro Belém-Bragança, estruturando o referido eixo vetorial de crescimento no sentido Nordeste em direção ao continente, que permanece até os dias de hoje (MELLO, 2007, p. 67).

O livro “Belém – Estudo de Geografia Urbana” de Antônio Rocha Penteado, editado em 1968, trata-se de uma obra importante para a compreensão do cenário socioeconômico da cidade no período estudado. Parte da obra de Penteado dedica-se a apresentar as mudanças sofridas na cidade entre as décadas de 1940 e 1960, para demonstrar o crescimento marcado pela verticalização que, para o autor, era o símbolo maior de sua modernidade.

A verticalização em Belém surgiu, inicialmente, na Avenida Presidente Vargas (antiga Avenida 15 de agosto) porque a via pública, segundo o autor, nos anos 40, reunia uma série de condições especiais.

Além disto, nela estavam instalados escritórios de grandes companhias de navegação, os principais hotéis, bares, cafés e restaurantes e algumas casas comerciais mais requintadas de Belém. Ela era, de fato, o principal corredor econômico do novo centro comercial, por onde transcorria toda a vida social da cidade (PENTEADO, 1968).

Segundo Oliveira (1992), a verticalização de Belém, originada na década de 1940, na área central, obedeceu à lógica da produção e valorização do espaço da cidade, limitando-se, inicialmente, às áreas mais altas e valorizadas. Essas áreas estavam valorizadas pelas suas edificações associadas ao apogeu do ciclo da borracha, que promoveu a construção de prédios monumentais, assim como, pelo alinhamento da Avenida Presidente Vargas.

As obras de melhoria do antigo largo da Pólvora, ponto final da avenida, o processo de alargamento e alinhamento ocorrido entre as décadas de 1910 e 1930, e por último, mas não menos importante, o processo de aterramento da região litorânea e a construção do Boulevard da República, hoje Boulevard Castilhos França, contribuíram para a valorização imobiliária da região, incentivando o aparecimento de monumentais edificações ao longo da década de 1920, 1930, 1940 e 1950 (CHAVES, 2011, p. 43).

O novo regime político defendia a modernização como ideário e o governo entendia que o símbolo mais eficaz dessa modernidade que precisava ser empregado era o edifício em altura, novo conceito de moradia e ícone das ideologias divulgadas e disseminadas pelo Estilo Internacional materializado nas grandes cidades em edifícios verticalizados a exemplo dos arranha-céus norte-americanos que tornaram-se modelos de modernidade pela associação da qualidade a nobreza de seus materiais (CHAVES, 2008, p. 147, *online*).

Este processo passa a ter maior incentivo a partir da década de 1940, quando são lançados cerca de cinco projetos de edifícios na região, entre eles alguns dos primeiros de grande porte. Destaca-se nessa década a entrada de marcos regulamentadores, em especial o decreto-lei nº 166 de 03 de novembro de 1943, que regulamentava o Plano Urbanístico da Cidade, “uma espécie de plano diretor a disciplinar o crescimento de Belém e o adaptando as modernas concepções de arquitetura” (CHAVES, 2011, p. 46).

O “plano” que nortearia o crescimento da cidade que fora elaborado pelo engenheiro urbanista Jerônimo Cavalcanti, segundo Chaves (2008), tratava-se de um plano de

remodelação e trataria de definir zonas de usos distintos, circulação, saneamento, arquitetura, parques e jardins, centro cívico e um cinturão verde de circulação rápida.

Para demonstrar e garantir uma imagem de modernidade à cidade, Cavalcanti havia sugerido a ampliação do gabarito mínimo das principais avenidas do centro da cidade, em especial da Avenida 15 de agosto.

Como se sabe a remodelação de Belém, vem desde algum tempo obedecendo o plano traçado pelo arquiteto Jerônimo Cavalcanti, tendo adotado a prefeitura, diversas providências para sua execução, em especial ao centro urbano. Uma das medidas mais importantes adotadas pela prefeitura foi a fixação de alguns gabaritos mínimos, que são dez andares para a Avenida 15 de agosto e 3 para o centro comercial e dois para o centro residencial urbano de primeira classe, que compreende todas as ruas caçadas de Belém (A Província do Pará, 11 de abril de 1947, p. 8 *apud* CHAVES, 2011, p. 50)

O poder público incentivou a construção de arranha-céus buscando concentrar esse tipo de construção no entorno da atual Presidente Vargas. A prefeitura cederia os terrenos e isenções de impostos para construções naquela área. Essa concentração visava garantir, em um período de crise econômica, que a cidade encontrasse uma forma de “garantir sua imagem de metrópole regional” (CHAVES, 2011, p. 77).

O processo de verticalização sentido na década de 1940 mesmo que possa ser classificado como “reduzido”, por ter se concentrado em uma única Avenida, dava à região um ar de metrópole inspirado no já consagrado processo de verticalização norte-americano.

Nasce em Belém, um processo forçado de verticalização, seguindo lógicas contrárias ao que acontecia em São Paulo, por exemplo, onde, foram criadas políticas públicas que buscavam limitar o processo de verticalização (MARINS, 1998, p. 194 *apud* CHAVES, 2016, p. 185).

Além disso, em outras regiões, o processo de verticalização quando se estabelece é, em geral, acompanhado de significativo crescimento populacional e da própria malha urbana. Em Belém, nesse período, a média de crescimento urbano não chegava a uma casa por dia (A Província do Pará, 11 de abril de 1947).

Porém, para alguns autores como Chaves (2008) o principal incentivo dado à verticalização da Avenida foi obtido com a Lei Municipal nº 3.450 de 6 de outubro de 1956 que decretava que todas as construções localizadas na Avenida 15 de Agosto deveriam possuir no mínimo 12 pavimentos e as situadas próximas a esta via, 10 pavimentos.

Segundo Oliveira (1992), essa lei definia a altura mínima de 12 pavimentos para os edifícios localizados até a Praça da República e 10 pavimentos para os edifícios localizados nas Avenidas Portugal, Boulevard Castilhos França, Assis de Vasconcelos e João Alfredo.

Outro ponto importante sobre a construção de Edifícios Residenciais no período de amadurecimento da moraria vertical, era o uso misto. Foi muito comum a instalação de lojas, conjuntos de salas para escritórios e consultórios nos andares inferiores. Além disso, nota-se o refinamento e classe desses (CHAVES, 2016, p. 5).

No seio do problema se compreende a força simbólica de um processo aparentemente reduzido de verticalização, compreendido principalmente na Avenida 15 de Agosto.

**Figura 04: Avenida 15 de Agosto (Atual Avenida Presidente Vargas) na década de 1940.**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**Figura 05: Avenida 15 de Agosto (Atual Avenida Presidente Vargas) na década de 1940.**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Chaves (2010) corrobora que autores criticaram a implementação da verticalização em conjunto da remodelação da cidade. O caminho que o crescimento urbano deveria levar a cidade são sempre diversas. “O atrelamento um ideário de modernidade significa a entrada em um processo infinito de transformações, símbolos e simbolismos de modernidade”.

O engenheiro Judah Levy faz considerações ao processo de verticalização em Belém e discorre acerca da “estranheza” sentida inicialmente pela população ao escrever o artigo na Revista Amazônia, ano 1963, intitulado “Os arranha-céus de Belém”:

São freqüentes ainda as perguntas que me chegam de amigos e até de desconhecidos, pessoas evidentemente interessadas no desenvolvimento de Belém, sobre questões ligadas à nova arquitetura da cidade. Situam-se de preferência nos chamados “arranha-céus” que ainda hoje causam estranheza aos espíritos mais conservadores, fixados na fisionomia colonial da cidade. Suas restrições aos grandes prédios giram em torno da superfície de Belém, que ainda permitiria a expansão em milhares de metros quadrados de construções discretas de dois ou três andares (...) Mas devemos responder aos nossos interlocutores que a nova arquitetura é uma consequência inevitável do amadurecimento de todas as cidades (...) Quebradas todas as resistências iniciais, que se fundiram em última análise do sentimentalismo de uma frase que respondeu pelo nosso atraso – “isto não é para nós” – erguemos o prédio pioneiro com o sucesso desejado. (...) Belém Renovou a sua fisionomia. Resolveu ou está resolvendo um dos seus grandes problemas de crescimento (...). [sic] (Revista Amazônia, 1963, p. 2 *apud* CHAVES, 2010, p. 11)

Segundo o engenheiro a verticalização não se punha para resolver o problema da falta de espaço como visto em outras cidades do país, mas, sim como uma consequência “inevitável amadurecimento de todas as cidades”. O Arranha-céu aqui era um meio de aspiração por uma nova cidade e por um novo estilo de vida (CHAVES, 2010, p. 11).

Leandro Tocantins, em seu livro “Santa Maria de Belém do Grão Pará: instantes e evocações da cidade”, discorre críticas sobre a implementação dos arranha-céus, citando como exemplo o Edifício Manuel Pinto da Silva com 26 pavimentos:

Belém aderiu ao arranha céu, que para muita gente é o intruso, o destruidor das melhores tradições de casa, comida, hábitos e viver belemenses. Como renunciar ao debruço nas janelas, principalmente à tardinha, apreciando o movimento da rua, e para as moças o ritual faceiro de se mostrar aos rapazes? (...) O apartamento isola as pessoas no espaço vertical e acaba com aquela associação de porta e janela com rua,

que sempre foi um ponto de encontro de namorados, conhecidos, um foco de relações sociais. Mas a população está aprovando e a paisagem urbana se modifica com a impetuosa verticalidade de arranha-céus até com 26 andares: uma afronta para a arquitetura de excessos horizontais da Belém tradicional (TOCANTINS, 1987. p. 240, *apud* CHAVES, 2010, p. 12)

A expressão “afronta” aos excessos horizontais da Belém tradicional utilizada por Tocantins (1987), demonstra a divergência de opiniões acerca da verticalização quando comparada com as ideias defendidas por Judah Levy. Em outro ponto de seu livro Tocantins segue criticando a verticalização e afirma que Belém já não era mais “fotogênica aos olhos dos viajantes marítimos:

Belém, margeando o rio não se desdobra fotogênica ou pitorescamente aos vossos olhos de viajante marítimo. Só os altos edifícios – o Pinto da Silva, O Palácio do Rádio, o Renascença, o Fátima, o Antônio Velho, o Grão Pará, o Caixa Econômica, o Assembléia Paraense, rasgam em vertical o espaço e marcam nestes tempos, a fisionomia da cidade vista do rio, como outrora a Caixa d’água era o sinal peculiar de Belém. O Resto da cidade se esconde num pudor de mulher oriental (TOCANTINS, 1987. p. 81, *apud* CHAVES, 2010, p. 12)

É possível constatar então a importância da Avenida Presidente Vargas e os diversos fatores que favoreceram a sua influência na capital paraense, no contexto e ideário de cidade desenvolvida e próspera que se pretendeu estabelecer durante muitas décadas em Belém.

Pode-se assegurar ainda que, apesar de não ter sido possível alcançar todos os projetos que se queria implantar na Avenida, ela ainda apresenta considerável destaque nos dias atuais (CHAVES, 2013, p. 6).

A arquitetura que surge em Belém nos anos 30 e 40 do século XX compartilha com outros setores da sociedade uma ânsia de modernização, mas com uma orientação fragmentada, em virtude do sistema político - Era Vargas - e econômico vigente. Contudo, as limitações impostas incluíam a ausência do ensino de arquitetura e atuação de engenheiros e construtores que projetavam para superar as pautas estilísticas anteriores (CHAVES, 2008, p. 8, *online*).

Quando o curso de arquitetura foi criado, Belém era a oitava cidade brasileira em população, com 400 mil habitantes. Engenheiros e aprendizes faziam a arquitetura na cidade, apropriando-se do repertório modernista, criando uma arquitetura de fachada, muitas vezes aplicada a edificações de partido neoclássico.

Em Belém, os estudantes em formação adquiriam o seu repertório também por meio de revistas de arquitetura nacionais e estrangeiras, que desenvolviam projetos arquitetônicos e detalhes construtivos cujos padrões formais e estéticos eram apresentados de maneira geral, contrastando com a proposta de aplicar uma arquitetura mais voltada à integração das características locais.

Entre 1930 - época da criação da primeira escola de engenharia - e 1964 ano da fundação da Faculdade de Arquitetura na Universidade Federal do Pará - UFPA, a arquitetura local foi marcada pela convivência entre o ecletismo tardio, o neocolonial, o *Art Déco*, o racionalismo clássico, ecos do modernismo internacional e obras já filiadas aquela que seria conhecida como Arquitetura Moderna Brasileira (SARQUIS, 2003, p. 1).

Engenheiros como Camilo Porto de Oliveira e Judah Eliezer Levy foram responsáveis pela introdução de novas ideias para construção local: concreto armado, elementos vazados, panos de vidro e outros.

## **A HISTORIOGRAFIA ATRAVÉS DO OLHAR: O USO DE IMAGENS COMO EVIDÊNCIA HISTÓRICA**

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida (POLLAK, 1989).

Em síntese, podemos dizer que a memória coletiva marca a permanência das tradições e costumes de um determinado grupo social. A lembrança proporcionada pela memória permite aos agentes reencontrarem as imagens de seu passado, prolongando o seu passado no presente.

O lugar tem um significado diferente para cada indivíduo ou grupo de indivíduos. Na construção da nossa identidade, existem características do ambiente físico em que vivemos que são incorporadas por meio das relações. Cada sujeito se apropria de um lugar de forma diferenciada, dependendo, portanto, de algumas condições específicas como: sua cultura, meio social, padrão financeiro, entre outros.

Halbwachs (2003) explica que as imagens espaciais desempenham um importante papel na memória coletiva:

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. Como a imagem do quadro-negro poderia recordar o que nele traçamos, se o quadro-negro é indiferente aos números e se podemos reproduzir num mesmo quadro as figuras que bem entendemos? Não. Mas o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade (HALBWACHS, 2003, p. 159).

Compreende-se então que a ocupação de um determinado espaço, nesse caso um edifício, deixa marcas que se fixam na memória coletiva dos moradores e que vive nas

proximidades do local. A partir disso, Halbwachs faz o comparativo com a escrita registrada em um quadro negro. Tudo aquilo que foi escrito no quadro, poderá ser apagado, porém as marcas relacionadas à identidade do conteúdo ou da própria forma de escrita passa a compor a memória coletiva de um determinado grupo.

Relacionar arquitetura e memória nesse sentido implica em buscar métodos que auxiliem essa análise de interação entre o homem e o edifício, envolvendo fenômenos e acontecimentos passados como possibilidade de interpretação dessas tramas históricas.

Para Le Goff (2003), a história – forma científica da memória coletiva – é resultado de uma construção, sendo que os materiais que a imortalizam são o documento e o monumento. O autor escreve, ainda, sobre a importância de valorizarmos todos os tipos de materiais históricos como documento, independente do registro escrito.

A fotografia, portanto, foi se firmando como documento dentro de um contexto ao qual Le Goff (2003, p. 531) se refere como revolução documental. Esse alargamento do conteúdo do documento intensificou o interesse da história por temas que não mais se apoiavam nos grandes acontecimentos da humanidade, mas sim pela memória coletiva.

A ampliação do conceito de documento estendeu o campo de quem se dedica a pesquisar a história. A partir de então, passou-se a se estabelecer interfaces com outros campos do conhecimento em busca de conceituações teóricas e de procedimentos metodológicos que permitam a leitura de documentos imagéticos (AZEVEDO; MOURA FILHA, 2009, p. 10).

As imagens fotográficas possibilitam ampliar a visão do historiador, colocam em cena atores em diferentes situações e permitem que se conheçam os cenários em que as atividades cotidianas se desenvolvem. Pode servir como suporte para a memória coletiva desses atores, na medida que registram cenas de um tempo passado que foram “congeladas” no ato fotográfico, podendo ser transportadas para outras temporalidades, mediante uma mistura de passado e presente.

Enquanto documento, para Peter Burke (2017), as fotografias “são especialmente valiosas, como evidência da cultura material do passado, pois as imagens revelam ou implicam a respeito de ideias, atitudes e mentalidades em diferentes períodos”. Essas imagens são importantes na “reconstrução da cultura cotidiana de pessoas comuns, sua forma de habitação” e de vestir-se, além disso, é importante para visualizar as “paisagens” de cidades, pois desaparecidos os cenários, personagens e vestígios da cultura material, sobrevivem, quando possível, os documentos.

Segundo Kossoy (2012), a fotografia é uma fonte histórica, como um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente.

Se, por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/tempo retratado. O artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão (o registro visual nele contido), constitui uma fonte histórica (KOSSOY, 2012, p. 48)

As imagens ditas antigas ou de época vem conquistando o seu espaço, é comum hoje páginas na *web* e em mídias sociais que trabalham exclusivamente com esse sentido de nostalgia da população que viveu tal período ou que gostaria de ter vivido.

Esses fenômenos atestam a importância da imagem como forma de interpretação da história. Peter Burke (2017) atesta que as imagens, assim como textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica, elas registram atos de “testemunha ocular”.

George Francis recomendou a coleção sistemática de fotografias como "a melhor forma possível de retratar nossas terras, prédios e maneiras de viver". O problema para os historiadores é saber se, e até que ponto, pode-se confiar nessas imagens. Tem sido dito com frequência que "a câmera nunca mente". Permanece ainda uma tentação na nossa "cultura do instantâneo" na qual tantos de nós registramos nossas famílias e férias em filmes tratar pinturas como o equivalente dessas fotografias e, assim, esperar representações realistas tanto da parte de historiadores quanto de artistas (BURKE, 2017, p. 36)

Assim as imagens que contenham um reconhecido valor documentário são importantes para os estudos específicos nas áreas da arquitetura, antropologia, etnologia, arqueologia, história social e entre outros, pois representam um meio de conhecimento da cena passada portanto, uma possibilidade de resgate da memória do homem e do seu entorno sociocultural. Trata-se da fotografia enquanto instrumento de pesquisa, prestando-se descoberta, análise e interpretação da vida histórica (KOSSOY, 2012, p. 40).

O documento, seja ele escrito ou não, resulta de uma produção ou montagem, consciente ou inconsciente da história por uma determinada época e sociedade que o produziu. Segundo nos diz Le Goff (2003), é como uma roupa, uma montagem, que pode

ou não ter uma aparência enganadora, sendo assim é preciso analisar esses documentos a partir de uma reflexão crítica. Para o autor a fotografia está entre os grandes documentos para se fazer história, por consistir em provas de que algo aconteceu.

Sabendo assim que toda interpretação, seja ela textual ou visual traz consigo a subjetividade do autor, a fotografia não se torna uma verdade absoluta, ela também é passível de uma “roupagem” ou “montagem” que possa levar a uma aparência enganadora, o que Burke (2017) chama de uma “visão pintada”.

O autor afirma que ocasionalmente os fotógrafos foram muito além da mera seleção. Os profissionais compunham as cenas, dizendo às pessoas onde deveriam se posicionar e como se comportar, “Algumas vezes, eles construíam as cenas da vida social de acordo com as convenções familiares da pintura do gênero”. Ressalta ainda que o testemunho das imagens necessita ser colocado no contexto e deve, quando possível, analisar uma série de imagens, para assim a utilização desse método chegar o mais próximo possível da realidade vivida naquele momento.

Entretanto, esses "documentos" precisam ser contextualizados. Isso nem sempre é fácil no caso de fotografias, uma vez que a identidade dos fotografados e dos fotógrafos é muitas vezes desconhecida, e as próprias fotografias originalmente em muitos casos, ao menos são oriundas de uma série e foram separadas do projeto ou do álbum no qual eram inicialmente mostradas, para acabarem em arquivos ou museus (BURKE, 2017, p. 37)

O esforço nessa análise dos vários significados que uma fotografia antiga pode carregar amplia-se em uma dimensão epistemológica quando a interpretação se torna instrumento de conhecimento e pesquisa.

Antes de tentar ler imagens "entre as linhas" e de usá-las como evidência histórica, é prudente começar a compreendê-las pelo seu sentido. Panofsky insistia na ideia de que imagens são parte de toda uma cultura e não podem ser compreendidas sem um conhecimento daquela cultura. Para interpretar a mensagem, é necessário familiarizar-se com os códigos culturais, da mesma forma, sem um conhecimento razoável da cultura clássica nós não conseguimos ler um grande número de pinturas ocidentais, reconhecer referências a incidentes da mitologia grega ou, digamos, da história romana (BURKE, 2017, p. 59).

Leitores de imagens que vivem em uma cultura ou período diferentes daqueles no qual as imagens foram produzidas se deparam com problemas mais sérios do que leitores contemporâneos à época da produção. Entre os problemas está o da identificação das convenções narrativas ou "discursos seja o fato de figuras de

destaque poderem ser representadas mais de uma vez na mesma cena, por exemplo, ou o fato de a história ser contada da esquerda para a direita ou vice-versa (BURKE, 2017, p. 214)

No caso de imagens, como no de textos, o historiador necessita ler nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos, mas significativos, incluindo ausências relevantes usando-as como pistas para informações que os produtores de imagens não sabiam que eles sabiam, ou para suposições que eles não estavam conscientes de possuir (BURKE, 2017, p. 282).

Imagens oferecem evidências sobre a organização e o cenário de acontecimentos grandes ou pequenos, toda imagem conta uma história, montada ou não, cabe ao historiador interpretá-la. A imagem é, portanto, uma importante ferramenta quando fornece informações sobre os objetos, pessoas, determinada época ou acontecimento que possui fontes escassas de informação.

As fotografias, como todos os documentos, monumentos e objetos produzidos pelo homem, têm atrás de si uma história, como já foi dito antes. O que se propõe neste momento é utilizar as fotografias antigas como método para a construção desta historiografia, possibilitando assim uma aproximação maior com a realidade, pois as imagens e a memória de quem viveu no referido período de construção do edifício podem fornecer interpretações preciosas e únicas para o desenvolvimento da pesquisa.

Azevedo e Moura Filha (2009) relembram que um tema que mereceu a atenção dos fotógrafos foi o registro das etapas de construção de novos edifícios. Essas imagens eram encomendadas pelas administrações públicas para se fazer o acompanhamento das obras. Elas também tinham um caráter didático por documentarem a linguagem de arquitetura e o padrão de qualidade construtiva.

Ao mesmo tempo, esse tipo de foto era interessante aos arquitetos que montavam álbuns para divulgar o seu trabalho. Os dois casos mais conhecidos de acompanhamento de obras por fotógrafos foram a reconstrução do Cristal Palace fotografada por Philippe Delamotte em 1854 e os dez anos de construção da Ópera de Paris, documentados por Louis-Emille Durandelle e Hyacinthe-Cesar Delmaet (CARVALHO;WOLFF, 1991, p. 154 apud Azevedo; Moura Filha, 2009, p. 8)

É evidente que o desenvolvimento de pesquisas realizadas a partir de documentos fotográficos enaltece o seu papel na construção da memória, seja ela das cidades ou dos personagens e fatos da vida passada. Cabe, então, aos pesquisadores a tarefa de investigá-los, decifrando os seus significados, entendendo o seu processo de produção e desmontando as

construções ideológicas dentro das quais eles foram produzidos (AZEVEDO; MOURA FILHA, 2009).

Esta pesquisa seguirá os preceitos que segundo Kossoy (2012), devem se amparar na consulta às mais diversificadas fontes, de paciente organização e fichamento das informações obtidas do cruzamento dessas informações entre si e com aquelas que serão descobertas ao longo de futuras pesquisas.

Tal levantamento fornecerá subsídios para a determinação de datas aproximadas, local de origem, autoria e pistas para a identificação dos temas registrados nas fotografias que venham a ter em mãos e possibilitará o emprego da iconografia fotográfica como fonte histórica em pesquisas científicas (KOSSOY, 2012, p. 63).

## **O EDIFÍCIO MANUEL PINTO DA SILVA ENTRE CONSTRUÇÃO E DESTRUÇÃO. A CASA OUTEIRO E A CRIAÇÃO DO “NOVO”**

No início da década de 1940, a abertura de novas áreas entre o aeroporto e o centro de Belém, a militarização de parte da cidade, o aumento da circulação comercial, bem como a crise nos serviços públicos, contribuíam para a formação da ideia de que era tempo de replanejar e oferecer um novo ritmo à capital (CHAVES, 2016, p. 102).

A nomeação de Joaquim de Magalhães Cardoso Barata como o novo interventor federal no Pará em 1943 e o otimismo gerado pelos novos investimentos na região criaram novas perspectivas para o desenvolvimento.

O governo federal, no período da administração de Vargas, implementa um novo modelo de integração na Amazônia, Barata trazia consigo um novo prefeito à capital, o urbanista Jerônimo Cavalcanti, Engenheiro da Prefeitura do Rio de Janeiro, técnico especialista em urbanismo que vinha à capital com o objetivo de realizar um plano de desenvolvimento urbano para Belém (CHAVES, 2016, p. 104).

A nomeação de Cavalcanti foi alvo de elogios, O jornal “A Notícia”, do Rio de Janeiro, publicou matéria elogiando a nomeação de Cavalcanti, segundo a qual prevaleceu um critério técnico e não político (A Notícia, 18 de fevereiro de 1943, p. 1 *apud* CHAVES, 2016, p. 131).

Apesar do destaque dado à nomeação de Cavalcanti, sua vida política como prefeito da capital não chegou a seis meses, nomeado em fevereiro de 1943, no início de agosto do mesmo ano o prefeito pedia a sua exoneração do cargo, mas se comprometia a continuar como urbanista, construindo o plano de urbanização de Belém foi entregue a Barata em 1944 (CHAVES, 2016, p. 138).

É perceptível no plano um grande desprezo pela arquitetura tradicional do centro da cidade. Ao citar a demolição de grande parte desse patrimônio, Cavalcanti descrevia o Bairro da Campina como uma parte da cidade onde existem apenas “velhos pardieiros e construções anacrônicas” sem qualquer “higiotécnica” (CHAVES, 2016, p. 168).

Do século XIX à arquitetura do período da borracha, permaneceria a Praça da República e o Teatro da Paz, cujo entorno seria totalmente remodelado com a verticalização

da Avenida 15 de agosto, que deveria se tornar um dos maiores símbolos do progresso de Belém, com a presença de arranha-céus.

Nas áreas que não mais faziam parte dos projetos de remodelação do poder público prevaleceriam também o crivo do Estado a não permitir mais construções sem o gabarito mínimo previsto, de 10 andares para a Avenida 15 de Agosto, 3 para as áreas comerciais e 2 para as ruas calçadas, tal como previsto pelo código de obras do Município.

Observando a antiga Avenida 15 de Agosto - atual Avenida Presidente Vargas - como uma das mais importantes do centro da cidade, onde se localizavam os melhores hotéis, cinemas, teatros, estabelecimentos comerciais de médio e alto luxo, dentre outros, entendeu esse espaço como o ideal para representar um microcosmo de cidade moderna.

A preocupação em ditar gabaritos mínimos de construção buscava, de maneira lógica, incentivar a corajosa e cara iniciativa de construir arranha-céus em Belém, uma vez das sérias limitações de acesso à tecnologia e a materiais apropriados no norte do Brasil.

Com a saída de Cavalcanti, em 1943, percebe-se que a verticalização dessa via foi uma das mais importantes sugestões postas em prática de seu plano. Nesse contexto, o Estado aparece não apenas como ente executor de obras públicas, mas principalmente como aquele que da permissão e controla obras públicas e particulares (CHAVES, 2016, p. 184).

A época era de limitações financeiras para investir no melhoramento da cidade, mas existia um ponto comum que unia as intenções do governo e dos empresários: converter Belém em uma “cidade moderna”. Isso significava embelezar, construir edifícios altos e com linhas modernas, alargar de vias, edificar com os novos materiais e técnicas construtivas e se para isso fosse preciso, demolir os edifícios antigos.

Por um lado, essas se revelariam radicais não somente no intuito de ruptura, mas também na sua própria trajetória: construção do novo, recebido como linguagem de poder e de representação de determinados grupos, mas posteriormente destruído pelas mesmas razões. Nesse mecanismo também se revela as formas radicais de sua existência e de sua desaparecimento. Essas experiências, que passam de uma expansão e recepção em suas diversas particularidades, para apresentar (...) signos de destruição (VIDAL, 2016, p. 2).

Os gestores, engenheiros e construtores defendiam o ideário de modernidade numa Belém ainda nostálgica dos tempos da borracha. As novas obras, materializadas ou não, faziam parte do discurso defendido por todos os que passaram pelos governos municipal e estadual. Isso confirma que a Belém moderna era uma prioridade política.

“Os desejos radicais” contidos nessa experiência de modernidade não mais alinhada à cultura tradicional de uma cidade afrancesada, onde o eclétismo se aproximava da representação da natureza amazônica, são substituídos nas décadas aqui estudadas, por novos espaços, formas e estruturas nas quais a modernidade expressaria o lugar ocupado (...) (VIDAL, 2016, p. 19).

Os jornais locais noticiavam as novas construções exaltando sempre os novos materiais, tecnologias e as formas. Diversos anúncios apresentavam fotografias das obras, dos edifícios modernos e os melhoramentos urbanos defendendo “A modernização de Belém” [sic] (A província do Pará, 21 de fevereiro de 1948, p. 5). A modernidade tão almejada era comparada com o momento vivido na *Belle Époque*, onde as notícias anunciavam “Voltou ao esplendor de outrora, restaurada e modernizada, a bela Praça Batista Campos” (A Província do Pará, 03 de maio de 1951, p. 7)

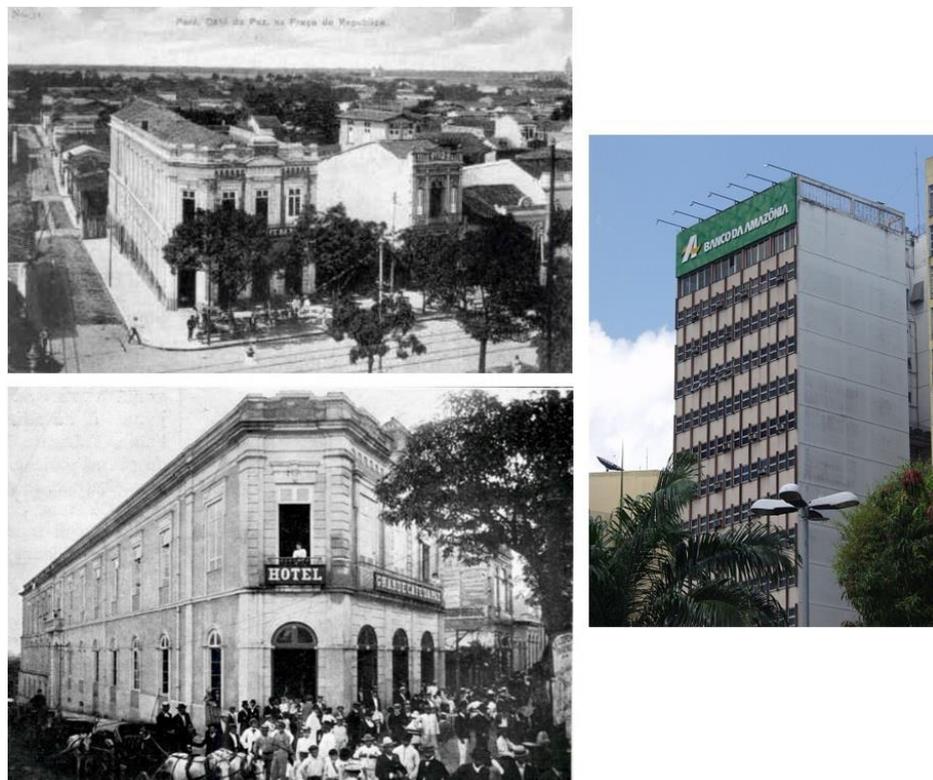
Diversas construções históricas vieram abaixo ao longo da Avenida Presidente Vargas, como foi o caso do Grand Café e Hotel da Paz, localizado na Rua Carlos Gomes. Um edifício eclético de dois pavimentos, em seu terraço, reunia-se a "nata" da sociedade local e alguns visitantes ilustres ficaram hospedados ali, um deles foi o sanitarista Osvaldo Cruz.

Entre as casas especialistas no gênero, pode-se notar o Café da Paz, com uma bella terrase, no ponto mais freqüentado pelo cruzamento de quase todas as linhas de tramways [sic] (Guia do Estado do Pará. Theodoro Braga. p. 102).

O Edifício foi demolido por volta de 1960 e anos mais tarde, em 1972 foi inaugurado um edifício de 21 pavimentos, sede do Banco da Amazônia – BASA, projeto do escritório Marinho & Konder, do Rio de Janeiro, vencedor de concorrência aberta publicada pela Administração do Banco. O Edifício moderno contava com 11 elevadores e sistema de

refrigeração central, características ainda incomuns nos edifícios construídos ao longo da Avenida Presidente Vargas (Livro Banco da Amazônia 70 Anos, 2012).

**Figura 06: Grand Café e Hotel da Paz e o Edifício sede do Banco da Amazônia – BASA.**



Fonte: Álbum de Belém (1898), Belém da Saudade 2ª Ed. (1998) e Blog “De Rocha”.

Ao lado do antigo Grand Café e Hotel da Paz, do outro lado da Rua Carlos Gomes estava situado o Grande Hotel. Foi a primeira instalação hoteleira de grande porte construída em Belém, era um exemplar da arquitetura eclética, com a fachada principal localizada na atual Avenida Presidente Vargas, em frente ao Teatro da Paz. O hotel foi endereço disputado para os grandes bailes de gala da sociedade, as festas de carnaval e de ano novo. A fotografia abaixo (07) tirada a partir do Edifício Manuel Pinto da Silva retrata o amplo terreno do Hotel já demolido e o Edifício da Sede do BASA construído ao lado.

**Figura 07: Vista aérea do terreno do Grande Hotel.**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

No Terrasse, um dos locais mais conhecidos do estabelecimento, se tornou costume da época saborear o “charlotine”, sorvete tradicional do hotel, após a sessão de cinema do Olympia (Blog da FAU, 2011). O Edifício foi demolido em 1974 para dar lugar ao Edifício do Hotel Hilton, inaugurado em 1984, com 16 pavimentos. Nessa avenida, se apostou, muitas vezes, em “construir destruindo” (VIDAL, 2016, p. 6).

**Figura 08: Grande Hotel e o Edifício do Hotel Hilton.**

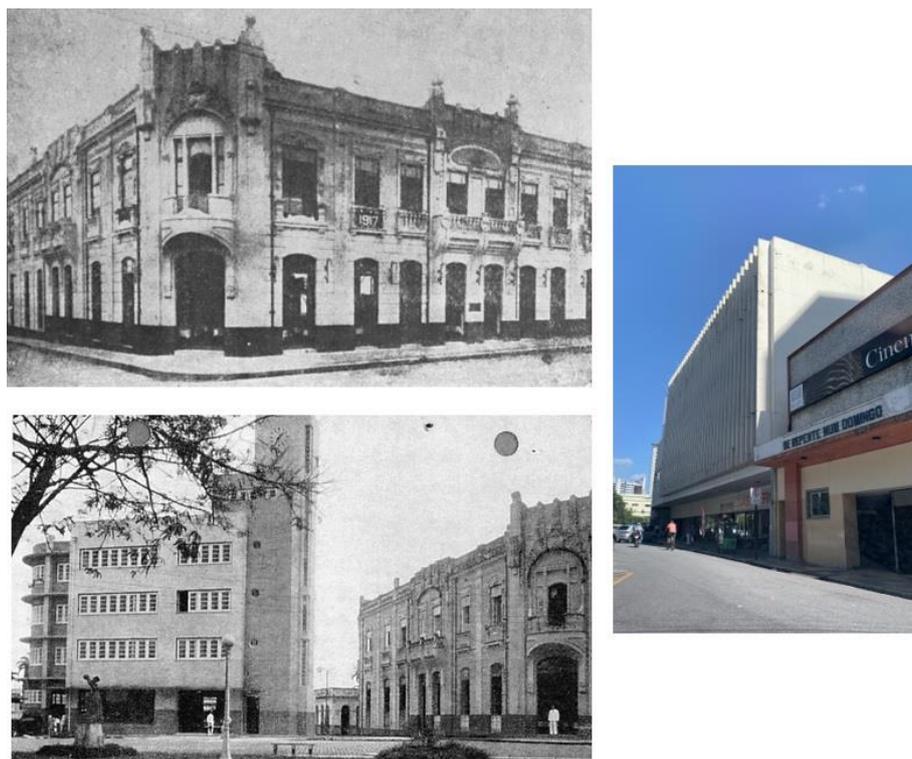


Fonte: UWM Libraries e Trip.com.

Na esquina oposta ao antigo Grande Hotel se encontra até hoje o Cinema Olympia, fundado em 1912 pelos empresários Carlos Teixeira e Antônio Martins, donos do Grande Hotel. Ao lado do Edifício Costa Leite esteve situado o Rotisserie Suisse, posteriormente denominado de Hotel Suíço ou Hotel Suisso, um Edifício eclético, construído por volta de 1910. No hotel além de acomodações que podiam ser utilizadas tanto por famílias quanto por viajantes, também havia um famoso restaurante com serviço “à La carte” (Estado do Pará, 30 de novembro de 1915, p. 5.), “aceitava encomendas para casamentos, batizados e outros tipos de festas” (Estado do Pará, 7 de fevereiro de 1916, p. 5).

Em anexo ao hotel existiu uma das principais salas de teatros da cidade, o Eden Teatro, com entrada independente pela Rua Caetano Rufino (Diário do Pará, 25 de outubro de 1987, A-5.). A tradicional loja paraense Y. Yamada foi fundada na sala de número 7 do Hotel, em 16 de agosto de 1950 (Diário do Pará, 16 de agosto de 1985, p. 5).

**Figura 09: O Rotisserie Suisse e o local atualmente.**



Fonte: Blog Belém Antiga, IBGE e acervo pessoal.

O Edifício foi demolido provavelmente na década de 1970. Atualmente existe no local uma agência do Banco Bradesco e uma unidade da Lojas Americanas. Ao lado do cinema foi demolido um casarão de dois pavimentos construído no século XIX, pertencente à família Martins, donos do Grande Hotel e do Cinema Olympia. Ao lado, mais dois edifícios térreos foram demolidos, um deles abrigou a

Sede do Cedro Sport Club, um clube que congregava os libaneses emigrantes radicalizados na cidade, anos mais tarde passou a se chamar Clube Monte Líbano. Os três casarões também fazem parte da área que hoje ocupa as Lojas Americanas.

O Edifício sede da Booth Line & Co, empresa de navegação de capital inglês (Londres) que operava na Amazônia desde 1888, é inaugurado em abril de 1940 no início da Avenida Presidente Vargas. Projeto do arquiteto alemão Albert Oswald Massler, um dos profissionais que estavam em atividade na cidade. O edifício expressava a robustez e as características do *Art Déco*, internamente contrastava com os “revestimentos de madeira nos detalhes das paredes, escadas e parquetes no piso, não se sabe se por opção regional ou por interesses de economia [sic]” (CHAVES, 2008, p. 4, *online*)

**Figura 10: Edifício sede da Booth Line & Co e o Edifício da Receita Federal.**



Fonte: Blog da FAU e Blog Nostalgia Belém.

Entre as décadas de 1970 e 1980 ali funcionou, em regime de aluguel, a sede da Delegacia Regional do Banco Central do Brasil em Belém – BACEN, assim como os escritórios da Shell. O prédio foi demolido em 1986 para a construção de uma agência do Banco do Estado de São Paulo S/A – BANESPA. Atualmente existe no local o Edifício sede da Receita Federal, com 18 pavimentos, desativado após um incêndio ocorrido em 2012.

Belém, que graças aos ideais capitalistas que viceja entre os seus filhos, vai pouco a pouco se descaracterizando, acaba de perder mais um de seus símbolos: o belo prédio que por várias décadas abrigou as instalações da empresa de navegação Booth line, uma das maiores e mais importantes de seu tempo, responsável pelo intercâmbio entre a Amazônia e a Europa, foi posto abaixo por a mais um desses modernos espigões que enfeiam o nosso panorama urbano [sic] (Diário do Pará, 10 de agosto de 1986, p. 6).

**Figura 11: Edifício sede da Booth Line & Co sendo demolido em 1986.**



Fonte: Acervo de Sebastião Piani Godinho.

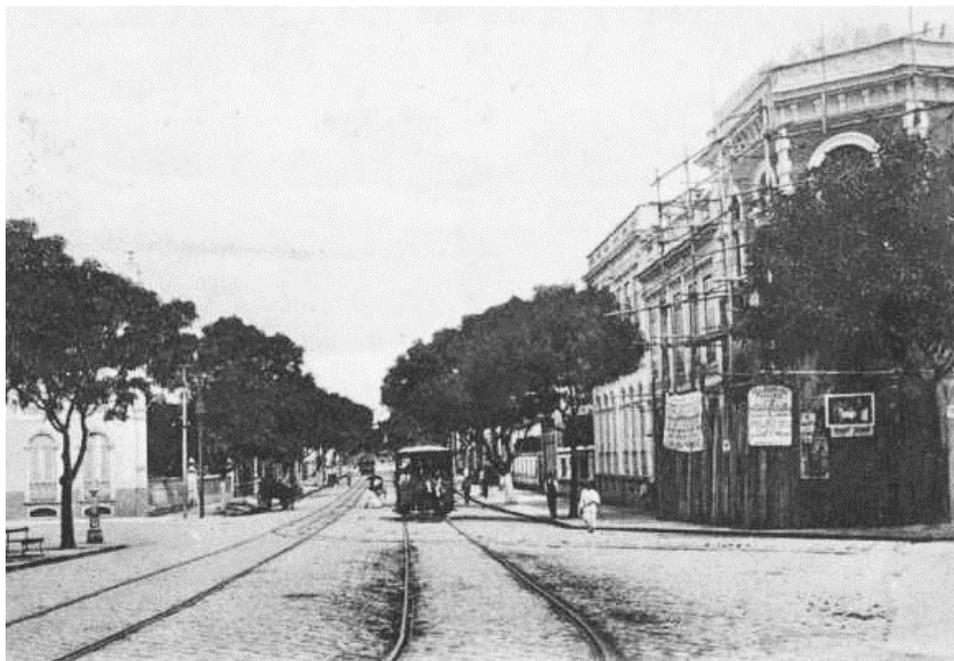
No cruzamento das Avenidas Presidente Vargas, Nazaré, Serzedelo Corrêa e Assis de Vasconcelos, em uma das esquinas mais privilegiadas da cidade, foi demolido na década de 1950 o Edifício da Casa Outeiro, que veio a dar lugar ao segundo bloco do Edifício Manuel Pinto da Silva.

## A CASA OUTEIRO

O Edifício assobradado onde funcionou uma mercearia conhecida na cidade, foi construído por volta de 1910, comercializava no andar térreo “secos e molhados” e em suas fachadas anunciava a venda de “vinhos finos e licores”, assim como de “gêneros alimentícios”. Ficou conhecida por vender produtos importados, como o leite “Duas Cruzes” importado da Normandia, na França. Durante os intervalos dos filmes passados no Cinema Olympia, a Casa Outeiro recebia tantos espectadores que filas se formavam para comprar

bombons, “no intervalo dos atos olhávamos para o piso do cinema onde estávamos sentados, e o víamos coalhado de papéis de invólucro de bombons” (O Liberal, 19 de março de 1989, caderno 2, p. 5).

**Figura 12: A Casa Outeiro em obras, ainda sem a esfera na cobertura em 1911.**



Fonte: Blog Fragmentos de Belém.

Esteticamente diferente dos demais edifícios da Avenida, onde quase sempre as portas e janelas apresentavam formas retas a Casa Outeiro possuía arcos chamados de “ferradura”. Havia duas portas pela Avenida Nazaré, uma na esquina chanfrada e treze pela Avenida Serzedelo Corrêa, o que demonstra sua grandiosidade para a época. Ainda sobre as portas é possível identificar a diferença de cores utilizadas, escuras no térreo e claras no pavimento superior, o que caracterizava as funções diferentes entre os pavimentos.

No pavimento térreo funcionava a mercearia e no pavimento superior a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Pará, onde eram feitas reuniões, transmissões através de autofalantes, torneios de dama, dominó, tênis de mesa e outros.

**Figura 13: A fachada principal voltada para a Avenida Serzedelo Corrêa.**



Fonte: Álbum do Pará – 1939.

**Figura 14: Postal da Avenida Serzedelo Corrêa com a Casa Outeiro no canto esquerdo.**



Fonte: Acervo pessoal.

Nas figuras acima (13 e 14) é possível notar que em relação aos transeuntes as portas possuíam grandes dimensões, trabalhadas ou esculpidas em madeira, com destaque principal para a porta localizada na esquina. Observa-se o pé direito mais elevado que os edifícios vizinhos, outro fator que o destacava na paisagem urbana. Os ornamentos utilizados nas platibandas foram mais empregados em mausoléus, mas no Ecletismo foram

trazidos para os palacetes, por representarem riqueza e poder. Pode-se afirmar que o Edifício foi construído baseado em uma das soluções dos edifícios haussmannianos em Paris, com dois segmentos de fachada que convergem para a esquina chanfrada e abrigam a cúpula metálica na cobertura.

Clóvis Meira em um de seus artigos para o jornal O Liberal publicado no ano de 1987, relata as transformações pela qual a Avenida Nazaré passou principalmente em nível arquitetônico.

O primeiro prédio, tão antigo como me possa recordar, teria sido construído pelo engenheiro Palma Muniz, no final do século passado. Era diferente dos demais. Assobradado, com duas portas pela Nazaré e seis ou sete pela Serzedelo Corrêa, possuía, no telhado, uma enorme esfera preta, que nada mais era do que a caixa d'água elevada e que diziam ter em cima um para-raios. (...). Recentemente, para dar lugar à construção do edifício Manuel Pinto da Silva, na época o mais alto do norte do país, o prédio foi demolido, isso por volta de 1953. (...). Em seguimento existiam dois sobrados grandes, também ocupados pelo edifício Manuel Pinto da Silva. (...). Nesse sobrado funcionava a Pensão Amazônia, (...). No outro, o cônsul de Portugal, com seus quatro filhos... (O Liberal, 7 de junho de 1987, p. 16).

Pretensamente “afrancesada”, Belém era a cidade do *flanêur*, dos *habitués das matinées* no Cine Olympia, do Teatro da Paz, dos cafés chics que serviam de palco para o “ritual de reconhecimento” entre os membros da elite. A Praça da República era um polo gerador de atratividade, além dos comércios, cafés e hotéis, diversas linhas de bonde passavam por lá, o que representava importante vantagem locacional. A estética, a vida culta, os refinados produtos estrangeiros, seguiriam nutrindo a memória coletiva local, por um longo período (LIMA, 2011, p. 395)

O hoje Bar do Parque era um bistrô, minúsculo e bem frequentado. Havia também o Grande Hotel, o Hotel da Paz, o Café Chic e a Casa Outeiro, onde a gente ia tomar umas e outras antes de ir para à festa. Por tudo isso, senti talvez maior a beleza da Praça do que os outros [sic] (Diário do Pará, 30 de junho de 1985. p. 2).

Voltada para a fachada principal do Edifício da Casa Outeiro ainda se encontra edifício que abrigou a sede do Jornal A Província do Pará (figura 15), um edifício de características ecléticas projetado pelo Arquiteto Filinto Santoro, engenheiro italiano, construído em 1904 para sediar o jornal. O Edifício foi comprado pelo Governo do Estado

posteriormente para abrigar a Escola Normal. Atualmente abriga o Instituto Estadual de Educação do Pará - IEEP.

**Figura 15: A fachada do edifício que abrigou a sede do Jornal A Província do Pará.**

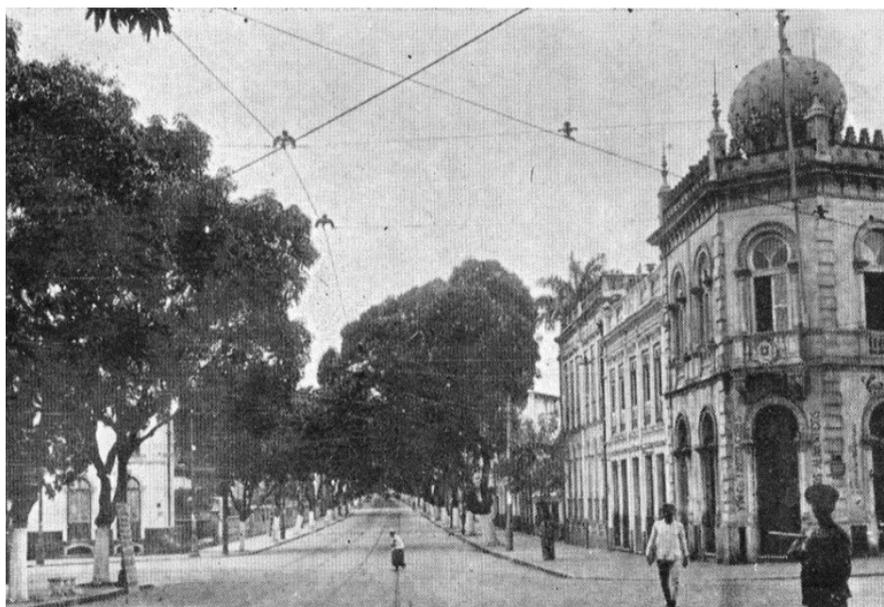


Fonte: Acervo de Haroldo Baleixe.

A mercearia possuía ainda outro diferencial, no telhado, uma esfera de ferro que chamava a atenção dos transeuntes, que nada mais era do que o reservatório elevado. O telhado escondido pela platibanda decorada não é possível de ser identificado, mas provavelmente era coberto por telhas de barro do tipo francesa.

No canto da foto abaixo, à esquerda, atrás das árvores, está a casa onde Francisco Bolonha nasceu e cresceu. No local, atualmente, funciona a Casa da Linguagem, Órgão do Governo do Estado do Pará.

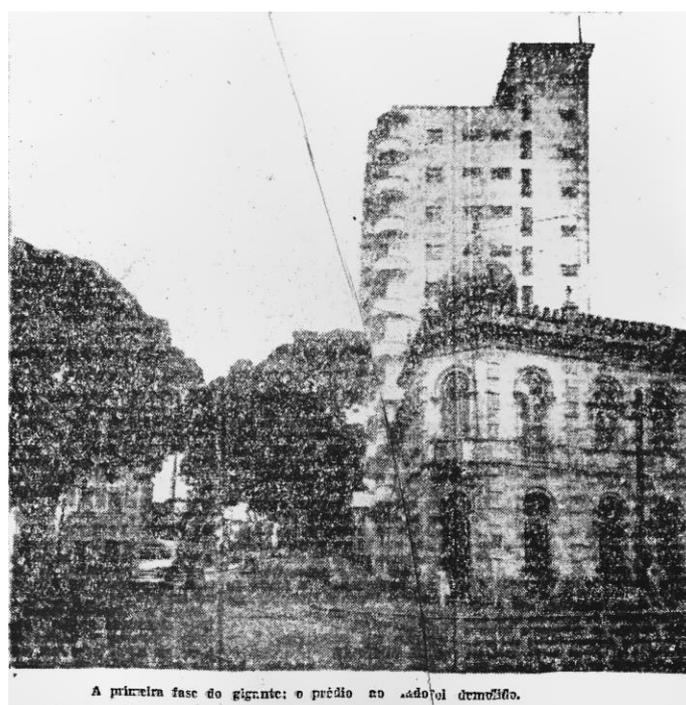
**Figura 16: A fachada da Casa Outeiro voltada para a Avenida Nazaré.**



Fonte: Álbum do Pará – 1939

O Edifício foi demolido durante a construção do segundo bloco do Edifício Manuel Pinto da Silva, entre os anos de 1952 e 1953. Pode-se perceber no recorte de jornal abaixo, o primeiro bloco do conjunto já erguido e a Casa Outeiro ainda ao lado. Outros dois edifícios em seguimento pela Avenida Nazaré também foram demolidos para dar lugar ao conjunto.

**Figura 17: A Casa Outeiro com o primeiro bloco do conjunto ao fundo.**



Fonte: Jornal Folha do Norte, 17 de abril de 1960, p. 24.

O início da verticalização na Avenida se deu pelo anseio ao progresso e não pela necessidade de abrigar o adensamento populacional pois ainda existiam inúmeros terrenos vazios que poderiam ser edificadas, tanto no centro quando nos bairros mais distantes. “Entre os anos de 1940 e 1960 foram construídos na Avenida Presidente Vargas quatorze edifícios de 5 a 25 pavimentos, entre os quais, nove contemplavam o uso residencial” (CHAVES, 2011, *apud* MORHY; LIMA, 2018, p. 9).

As informações sobre os edifícios ecléticos demolidos entre as décadas de 1940 e 1960 são escassas e dificultam a evolução da historiografia local sobre o período. Os discursos e as práticas políticas que promoveram a substituição do “antigo” pelo “novo” ambiente urbano, era o mesmo discurso que, de certa maneira defendia, ou ao menos se omitia, quando se confrontava com a destruição desses mesmos edifícios ou estruturas. Esse processo construção-destruição já vinha de longa data. Iniciou com a demolição dos antigos quiosques construídos pelo engenheiro Francisco Bolonha, na primeira etapa dessa modernização dos anos 1930 (VIDAL, 2016, p. 21).

A demolição do precedente no centro urbano de Belém do Pará iniciou-se com a substituição de edificações ecléticas ao longo da antiga Avenida 15 de agosto, posteriormente, avançou para o interior do bairro da Campina com a construção de edifícios altos seguidos pela degradação arquitetônica das edificações comerciais e o avanço do comércio informal nas ruas (MORHY; LIMA, 2018, p. 24).

Atualmente ao longo da Avenida Presidente Vargas existem diversos edifícios sem conservação, com mudanças de uso e abandonados. O avanço desse processo de degradação arquitetônica contribui para o desaparecimento de construções históricas.

## AS INAUGURAÇÕES MAJESTOSAS DE UM NOVO ÍCONE URBANO

As cerimônias de inauguração de edifícios e pontos comerciais entre as décadas de 1930 e 1960 tinham algumas características similares: a presença de representantes ou autoridades estaduais, municipais e eclesiásticas, a fita simbólica cortada por um representante do Estado, a bênção da edificação por servidores oficiais da igreja e em alguns casos a recepção aos convidados com comes e bebes. Tais cerimônias eram noticiadas nos jornais locais, como pode-se observar na nota abaixo sobre a inauguração das novas “Lojas Mundial”.

Na presença de autoridades estaduais, municipais e eclesiásticas, realizou-se na manhã de ontem a cerimônia de inauguração das três novas "Lojas Mundial", localizadas na Galeria do Cine Teatro "Palácio", especializadas na venda de refrigeradores, fogões, material doméstico, artigos para presente etc. A fita simbólica foi cortada pelo Dr. Pádua representante do governo do Estado, logo em seguida à bênção dos prédios onde estão instaladas as casas comerciais dada pelo Mons., Américo Leal. Posteriormente, Sr. Antônio Mattos, diretor gerente da conceituada firma, recepcionou os seus convidados nos salões de vendas de uma das três lojas. Entre as pessoas que compareceram à solenidade encontravam-se o prefeito Lopo Alvares de Castro, deputados, políticos, e o Dr. Augusto Meira Filho, agente consular da França em nosso Estado (Folha do Norte, 1 de maio de 1950, p. 26).

Em 1951 foi concluída a obra do “Edifício mais alto da capital do Estado do Pará” (A Província do Pará, 24 de fevereiro de 1949, p. 8), o Edifício Manuel Pinto da Silva, com 12 pavimentos. Essa grandiosidade não era expressa apenas nos dados divulgados da construção, os anúncios de jornais revelavam o quão grandioso viria a ser esse empreendimento. Foram vinculados através dos jornais locais e emissoras de rádio diversos anúncios convidando as “Autoridades constituídas, Imprensa, Rádio, Amigos e Fregueses e suas Exmas. Famílias” para a cerimônia de inauguração do primeiro bloco do conjunto, ocorrida em 25 de dezembro de 1951.

**Figura 18: Convite para a inauguração do primeiro bloco do conjunto.**

Domingo, 23 de dezembro de 1951

A PROVÍNCIA DO PARÁ

Edifício MANOEL PINTO DA SILVA

**CONVITE**

Tenho a satisfação de convidar as Autoridades Constituídas, Imprensa, Bânis, Amigos e Fregueses e suas Exmas. Famílias para, com suas presenças, abrihantarem as cerimônias de inauguração do

**Edifício Manoel Pinto da Silva**  
que terá lugar a 25 do corrente, "DIA DO NATAL", às 11 horas oficiais, e a abertura da  
**Loja AUTOMOBILISTA (Filial) e POSTO STUDEBAKER**

Manoel Pinto da Silva

**Elegância... Facilidade de manejo... Economia...**





**Caminhões STUDEBAKER — 1951**  
ON PROVEDOR DAS ESTRADAS DO BRASIL  
São Paulo Indústria de São Paulo, SP

**Caminhões STUDEBAKER**  
SAO DE PROVEDOR

Distribuidores: AUTOMOBILISTA — Manoel P. da Silva



UNIDADES PARA ENTREGAS RÁPIDAS — CUSTO BAIXÍSSIMO

O comodismo e a proficiência por motor, automobilística. No veículo, ve-se a característica STUDEBAKER "Mais Confortável", com sua ampla capota, espaço, liberdade de escolha de taxa de marcha e outras especificações. Além de "Comodidade" STUDEBAKER há a segurança, ponto de equilíbrio baixo de 4 eixos, que estabiliza o veículo sobre qualquer terreno, em descida e hábil manuseio de manobras.

**CONVITE**

Tenho a satisfação de convidar as Autoridades Constituídas, Imprensa, Bânis, Amigos e Fregueses e suas Exmas. Famílias para, com suas presenças, abrihantarem as cerimônias de inauguração do

**Edifício Manoel Pinto da Silva**  
que terá lugar a 25 do corrente, "DIA DO NATAL", às 11 horas oficiais, e a abertura da  
**Loja AUTOMOBILISTA (Filial) e POSTO STUDEBAKER**

estabelecimentos estes que funcionarão na parte terra do referido edifício.  
Grato pela afeição deste,

Agradece  
**Manoel Pinto da Silva**

Fonte: A Província do Pará, 23 de dezembro de 1951, p. 11.

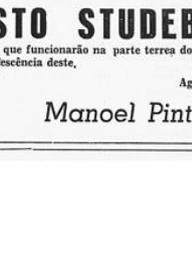
Figura 19: Convite para a inauguração do primeiro bloco do conjunto.

D. LIBERAL

Ed. Manoel P. da Silva

Será inaugurada amanhã a moderna construção — Orgulho da arquitetura paraense — No andar térreo "A Automobilista" e o "Posto Studebaker" — 15 andares possui o majestoso edifício

Para a inauguração do moderno edifício o sr. Manoel Pinto da Silva convida, por meio intermédio, as exmas. autoridades federais, estaduais, municipais e eclesiásticas, seus amigos e fregueses e o comércio em geral, para com suas presenças abrihantarem a cerimônia de inauguração que terá lugar no dia acima referido, às 11 horas oficiais, bem como a abertura do "Posto Studebaker" e de "A Automobilista" (filial), estabelecimentos estes que funcionarão na parte térrea do edifício.



**STUDEBAKER**  
O Carro PRECISO  
Que Você PRECISA...

Use a força econômica deste potente CAMINHÃO STUDEBAKER

Comprimimentos de Boas Festas

STUDEBAKER

Para a inauguração do moderno edifício o sr. Manoel Pinto da Silva convida, por nosso intermédio, as exmas. autoridades federais, estaduais, municipais e eclesiásticas, seus amigos e fregueses e o comércio em geral, para com suas presenças abrihantarem a cerimônia de inauguração que terá lugar no dia acima referido, às 11 horas oficiais, bem como a abertura do "Posto Studebaker" e de "A Automobilista" (filial), estabelecimentos estes que funcionarão na parte térrea do edifício.

Fonte: O Liberal, 24 de dezembro de 1951, p. 5.

A entrega da obra foi divulgada para todos os bairros da cidade através da emissora de rádio local, no qual “figuras representativas de nossa sociedade” (A Província do Pará, 27 de dezembro de 1951, p. 6) transmitiram as suas impressões ao vivo. A primeira inauguração do “monumental Edifício” (A Província do Pará, 27 de dezembro de 1951, p. 6-7) foi notícia também nos jornais e revistas de fora do Estado. O Edifício inaugurado seria futuramente uma das menores partes do conjunto.

O grande edifício “Manuel Pinto da Silva” é dotado de todas as exigências de conforto e segurança. Foi iniciado em 1949, portanto há três anos, sendo que a locação do prédio é destinada exclusivamente para fins residenciais, o que lhe dará o privilégio de um edifício de apartamentos, excetuando-se os salões térreos, que serão ocupados pela firma Manoel P. da Silva, com as modernas e impecáveis instalações da filial de A “Automobilista” (Revista Ilustração Brasileira, Ano XLIII, nº 201, janeiro de 1952 – Rio de Janeiro, p. 4.)

A cerimônia de inauguração foi marcada pelo corte da fita simbólica pelas mãos do então Governador do Estado, Alexandre Zacarias de Assunção, acompanhado de uma comitiva composta por Manuel Pinto da Silva, o Arcebispo Metropolitano de Belém, Dom Mário de Miranda Vilas-Boas, o Prefeito da cidade, Lopo Alvarez de Castro, o Senador Prisco dos Santos e sua família, o Deputado Silvio Meira e esposa, Major Daltro da Silveira, chefe de polícia, o Sr. Belisário Dias, Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, acompanhado de sua família, Dr. Otávio Melo, Procurador da República, Ernestino Souza Filho, Procurador Geral do Estado, Edgar Mendonça, Otavio Meira, José Tomaz Maroja, advogado da empresa, Edgar Pena de Carvalho, Feliciano Seixas, arquiteto e engenheiro da obra e outros nomes conhecidos na sociedade.

**Figura 20: O Governador do Estado, Alexandre Zacarias de Assunção cortando a fita simbólica, acompanhado pelo seu lado esquerdo de Manuel Pinto da Silva.**



Fonte: Acervo do Condomínio do Edifício Manuel Pinto da Silva.

Após o corte da fita simbólica a comitiva e seus convidados entraram para iniciar a demonstração da obra e as bênçãos pelo Arcebispo Metropolitano de Belém, usando o elevador, subiram até o pavimento mais alto, chegando até o terraço, de onde se tinha uma vista panorâmica da cidade.

O Arcebispo Metropolitano de Belém iniciou a bênção do majestoso Edifício, começando do alto e, descendo as escadarias, uma por uma, passando por todas as dependências internas, até o rés-do-chão. Enquanto o senhor Arcebispo procedia a bênção, o senhor Governador do Estado, em companhia do Prefeito e do construtor, engenheiro Feliciano Seixas, percorria admirado todas as dependências do imponente e bem acabado edifício, dando a sua opinião pessoal pelo que observava. O senhor governador nessa oportunidade declarou aos presentes que o arquiteto e engenheiro construtor, senhor Feliciano Seixas é seu conhecido de Campo Grande em Mato Grosso, onde o general servia com o militar a época em que o arquiteto Seixas supervisionava as obras do Cine Teatro Vera Cruz (O Liberal, dia 26 de dezembro de 1951, p. 3).

**Figura 21: O Arcebispo Metropolitano de Belém iniciando a bênção, a partir do terraço do Edifício, ao seu lado esquerdo, os senhores Feliciano Seixas e Manuel P. da Silva.**



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Retornando ao térreo do Edifício, foi o momento de inaugurar a loja matriz da “A Automobilista”, dessa vez, a fita simbólica foi cortada pelas mãos do Prefeito de Belém, Lopo Alvarez de Castro. A loja comercializava veículos da marca Studebaker, Simca e Mack, peças e acessórios para carros, caminhões e ônibus, maquinários e ferramentas para oficinas mecânicas, materiais elétricos, eletrodomésticos e afins. Realizava também serviços de montagem e manutenção dos veículos em oficina própria.

O salão principal da “A Automobilista” apresenta aspecto indiscutivelmente monumental, com grandes pórticos e colunas, iluminação indireta, pé-direito de 10 m de altura, o teto inteiramente trabalhado em estuque, sendo por assim dizer, uma grande vitrine comercial, em seu todo. Ali estavam armadas em extensões, várias mesas com que o senhor Manuel Pinto da Silva e sua digna esposa dona Maria Moura da Silva, receberam as altas autoridades, a imprensa e rádio desta capital, sociedade local e finalmente o povo em geral, que com sua presença deu uma tácita demonstração de apoio ao senhor Manuel Pinto da Silva pelo grande melhoramento com que brindou a cidade (O Liberal, dia 26 de dezembro de 1951, p. 3).

A empresa de propriedade de Manuel Pinto da Silva chegou a possuir filiais no térreo do Edifício Hotel da Paz e do Edifício Grande Hotel, ambos situados na imediação da Praça da República, assim como o Posto Studebaker localizado na antiga Avenida Tito Franco, atual Avenida Almirante Barroso, esquina com a Travessa Antônio Baena, onde eram realizados os serviços de manutenção e montagem.

**Figura 22: Veículos em exposição em frente à loja “A automobilista” situada ainda no térreo do Grande Hotel na década de 1940. Ao fundo, no canto esquerdo da fotografia, o Sr. Manuel Pinto da Silva.**



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Com o passar dos anos, a loja da A Automobilista passou a funcionar exclusivamente no grande salão térreo do primeiro bloco do Edifício Manuel Pinto da Silva, voltado para a Avenida Nazaré.

**Figura 23: Fachada da Loja “A automobilista” no início da década de 1950.**



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

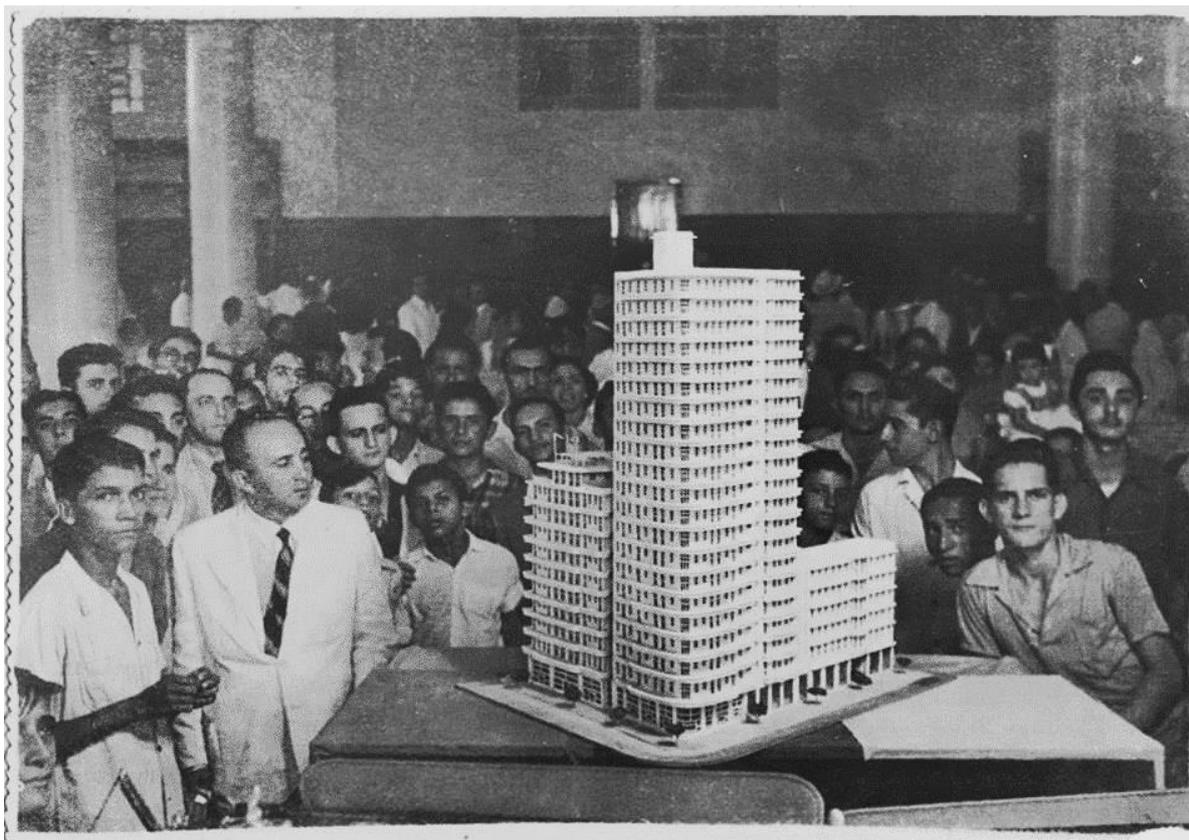
Figuras 24 e 25: O interior da Loja “A Automobilista” no início da década de 1950.



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

A seguir, o senhor Manuel Pinto discursou em poucas palavras, disse de sua satisfação de entregar ao povo o novo Edifício, presente de Natal da “A Automobilista” à cidade de Belém, erguendo sua taça, no brinde de honra, acompanhado pelas demais autoridades presentes. Faz a seguir o uso da palavra o senhor Feliciano Seixas, projetista e engenheiro da obra, que em vibrantes palavras disse o que representava a construção do majestoso Edifício, revelando os dados técnicos, diante da maquete física do conjunto e concluindo por anunciar que dentro de seis meses iniciaria o novo bloco, na esquina das Avenidas Nazaré e Serzedelo Correa, cuja construção duraria no máximo quatro anos.

**Figura 26: Feliciano Seixas apresentando aos convidados a maquete física do conjunto.**



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Ao final da cerimônia algumas das autoridades e dos convidados presentes concederam entrevistas aos jornalistas pronunciando suas considerações sobre o mais novo Edifício da cidade.

Governador Zacarias de Assunção – Ótima, a minha impressão! Que esse exemplo seja seguido por todos os capitalistas da cidade, para que assim esta formosa Belém seja uma grande capital. São os meus votos.

Prefeito Dr. Lopo Alvarez de Castro – Estou satisfeito e aplaudo calorosamente a iniciativa do Sr. Manuel Pinto da Silva, que merece a gratidão do povo e serve de paradigma aos capitalistas de nossa terra.

Uma senhorita da sociedade de Belém, assim o definiu – É um pedaço do céu! Este castelo de açúcar é de dar água na boca!

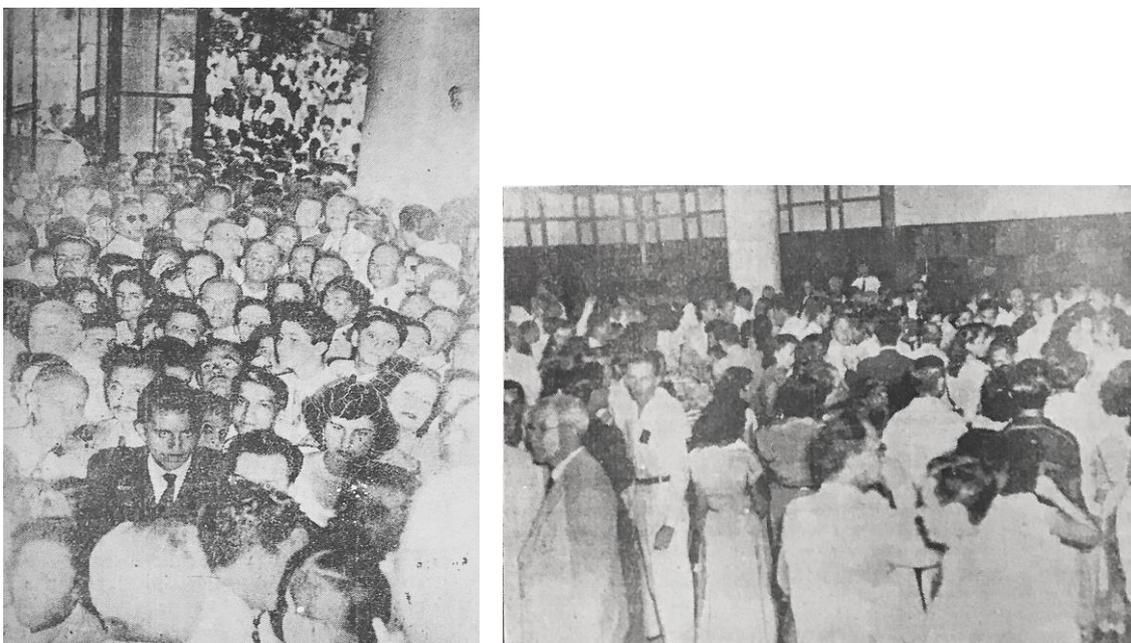
(Revista Ilustração Brasileira, Ano XLIII, nº 201, janeiro de 1952 – Rio de Janeiro, p. 4).

Em entrevista para o Jornal A Província do Pará, Feliciano deu suas considerações sobre a iniciativa de construção do Edifício - ainda em obras - e o orgulho de estar cooperando com o progresso de Belém:

Penso, e disso me orgulho, estar cooperando para o progresso de Belém, graças a magnífica iniciativa do Sr. Manuel Pinto da Silva que, como já disse, não vacilou em levar avante uma obra de vulto tão amplo quanto a que está realizando. O Edifício Manuel Pinto da Silva contribuirá para que nossa cidade tome um novo impulso em sua fase de renovação e servirá de exemplo a todos aqueles que, até este momento, não sentiram a necessária coragem, muito embora tenham as maiores possibilidades para tal, de levar adiante uma ideia tão magnífica, tornando-a uma realidade, invertendo seus capitais de maneira tão digna de elogios e, ao mesmo tempo, colaborando no sentido de dar mais progresso e beleza a nossa terra [sic] (A Província do Pará, 24 de fevereiro de 1949, p. 8).

Ao final da cerimônia oficial foram servidos aos convidados “frios e gelados” em mesas disposta no salão térreo, contando com cerca de “800 talheres”. A população atendeu aos convites para a inauguração do Edifício e compareceu em massa para assistir ao evento. Observa-se nas figuras abaixo (27 e 28) o grande número de pessoas “no auge do entusiasmo de que estavam possuídas” (A Província do Pará, 27 de dezembro de 1951, p. 7) presentes para a grande inauguração.

**Figura 27 e 28 : A população adentrando o térreo do Edifício.**



Fonte: A Província do Pará, 27 de dezembro de 1951, p. 7.

A construção do segundo bloco, o mais alto do conjunto, iniciou logo em seguida, no ano de 1953, conforme consta no caderno de registro de obras do Conselho Regional de Engenharia - CREA.

Nesse intervalo foi feita de forma intensiva a captação de recursos para a construção, com intensa comercialização dos apartamentos e muita publicidade na imprensa local, para atração de venda de apartamentos, aluguel e sublocação de imóveis. A imprensa as vésperas da inauguração calculavam em torno de 1200 pessoas envolvidas na comercialização e incorporação das moradias (SILVA, 2010, p. 18).

Novamente a sua disposição hoje magníficos apartamentos do Edifício Manuel Pinto da Silva – 2º bloco. Aproveite a oportunidade, adquirindo o seu apartamento no suntuoso Edifício Manuel Pinto da Silva, já em fase de acabamento, o mais alto edifício do Norte do Brasil, com 26 andares e com cinco tipos de apartamentos diferentes para sua escolha, lindas sacadas de concreto armado cobertas, localizado na mais linda Praça de Belém, a Praça da República, e na confluência das quatro principais avenidas, circundado pelos melhores colégios primários, secundários e superiores, cinemas, teatros e hotéis (A Província do Pará, dia 30 de fevereiro de 1957, p. 4).

A segunda etapa da obra tinha previsão para ser entregue no dia 25 de dezembro de 1959, mesmo dia e mês da primeira inauguração, dia em que seria novamente entregue ao povo paraense um “presente de Natal” (A Província do Pará, 27 de dezembro de 1951, p. 6). Entretanto, na véspera desta data a empresa comunicou através da nota de jornal abaixo o adiamento da inauguração para o ano seguinte, alegando atraso no fornecimento dos elevadores.

**Figura 29: Adiamento da inauguração final do conjunto.**



Fonte: A província do Pará, 20 de dezembro de 1959, p. 6.

O conjunto final foi inaugurado na manhã do dia 17 de abril de 1960. Nessa data foram entregues o bloco mais alto e o terceiro e último bloco. No andar térreo do segundo bloco foram construídas lojas e escritórios.

**Figuras 30 e 31: O segundo bloco ainda em construção e em fase de conclusão, respectivamente.**

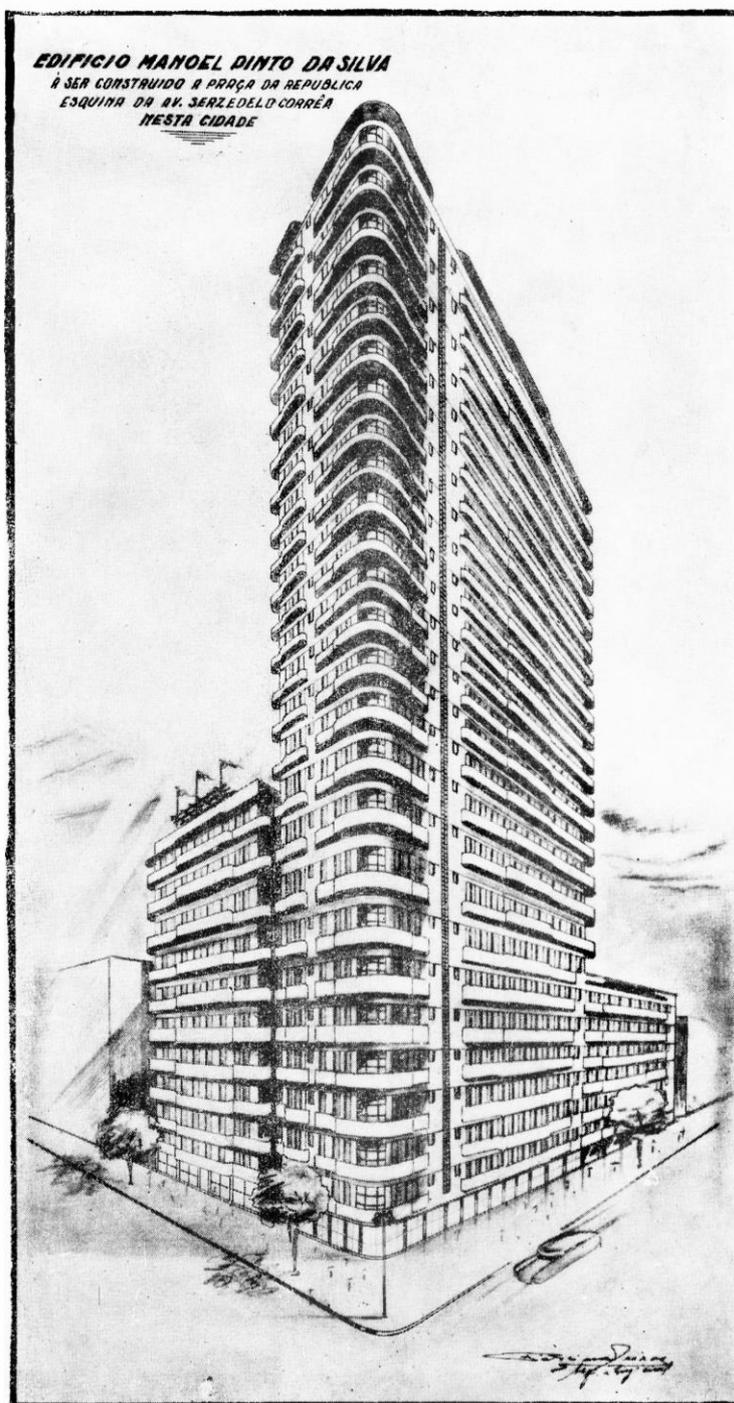


Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

A conclusão do conjunto se deu nove anos após a inauguração do primeiro bloco. Exatamente quatro dias antes da conclusão de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960. O terceiro e último bloco foi projetado inicialmente para ter 7 pavimentos, mas após modificações foi entregue com 12, como pode-se observar na perspectiva original do projeto abaixo e na maquete física apresentada por Feliciano Seixas (figura 26) no dia da primeira inauguração.

Figura 32: Perspectiva original do projeto assinada por Feliciano Seixas.

**EDIFÍCIO  
MANOEL PINTO DA SILVA  
PRAÇA DA REPÚBLICA  
ESQUINA AV. SERZEDELO CORRÊA**



FACHADA DO EDIFÍCIO

**PROPRIEDADE E INCORPORAÇÃO:  
MANOEL PINTO DA SILVA  
PRAÇA DA REPÚBLICA EDF. MANOEL PINTO DA SILVA**

Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.



A comitiva de autoridades dessa vez foi formada pelo então Governador Interino do Estado do Pará, Dionísio Bentes de Carvalho que foi quem cortou a fita simbólica na entrada principal do Edifício, o Arcebispo de Belém, Dom Alberto G. Ramos, Idalvo Toscano, presidente da Associação Comercial do Pará, o Tenente Luiz Leomil, representando a Primeira Zona Aérea, Flávio Maroja, advogado e acionista da empresa, entre outros.

**Figura 34: Diante do edifício concluído, o Arcebispo de Belém, Dom Alberto G. Ramos, Manuel P. da Silva, Maria Moura P. da Silva, o filho do casal, Roberto.**



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Nota-se ao fundo das figuras 35 e 36 a população presenciando o acontecimento histórico e o edifício que abrigou a sede do Jornal A Província do Pará, que abriga atualmente o Instituto Estadual de Educação do Pará - IEEP.

**Figuras 35 e 36: Dionísio Bentes, Maria Moura P. da Silva, Manuel P. da Silva e Dom Alberto G. Ramos.**



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

A inauguração se iniciou pela bênção do andar térreo onde o Arcebispo de Belém pronunciou palavras de congratulações ao proprietário, engenheiros e operários responsáveis “pelo levantamento do majestoso conjunto residencial” (A província do Pará, 19 de abril de 1960, p. 6), terminando por pedir para todos eles as bênçãos de Deus.

A comitiva passou térreo e pelos corredores do 25º e 26º pavimento, para a bênção oficial.

**Figuras 37 e 38: A comitiva circulando os pavimentos do Edifício durante a bênção.**



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Um coquetel farto de comidas e bebidas foi servido aos convidados e autoridades no terraço, onde o proprietário discursou em transmissão ao vivo pela PRC-5 (atual Rádio Clube do Pará - RCP) e pela ZYE - 20 (atual Super Rádio Marajoara), tornando do conhecimento da população que não estava alí presente a inauguração final da obra.

Manuel Pinto, em seu discurso dotado do sentimento cristão, deixou clara a importância para ele da benção dada pelo Arcebispo “para através dela, melhor agradecermos a Deus ter-nos dado animo para levar avante, até o seu término, esta jornada afanosa do nosso labor”.

A conclusão do Edifício Manuel Pinto da Silva, com 26 andares e acabamento de que sem falsa modéstia, podemos nos orgulhar e parte do esfargo que temos empreendido para a execução do plano que temos em vista. Com a consciência de estarmos cumprindo o nosso dever de cidadão não pretendemos estacionar aqui. O Brasil é um país que cresce, hodiernamente impulsionado pelas suas incomensuráveis riquezas, a maior parte delas ainda em potencial está no nosso temperamento acompanhar a marcha evolutiva do progresso, que levará esta grande nação aos seus verdadeiros destinos [sic] (Trecho do discurso do Senhor Manuel Pinto da Silva na inauguração final do edifício em 17 de abril de 1960).

**Figura 39: Convidados da alta sociedade posando para a foto em frente à mesa do coquetel.**

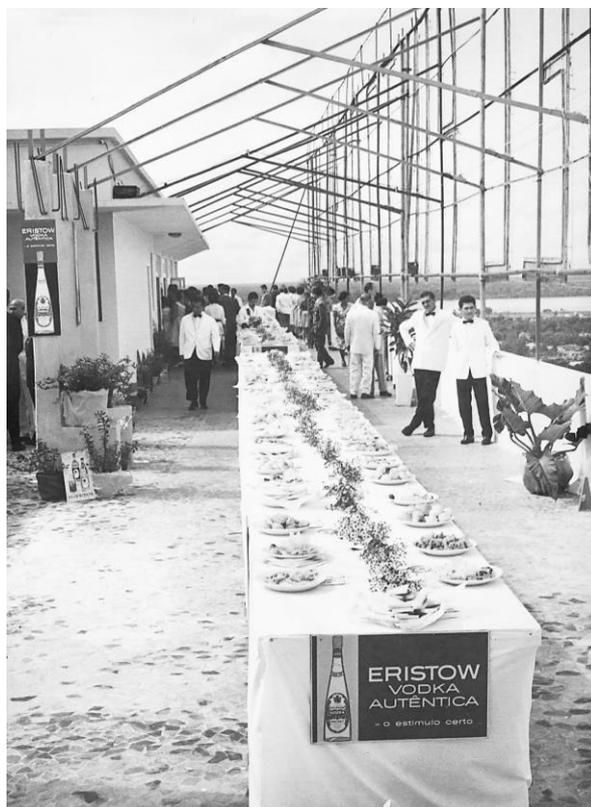


Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Na figura acima (39) diante da mesa posta é possível notar que as roupas, acessórios e cabelos arrumados são elementos distintivos de membros de uma posição social elevada e demonstra que se vestiram a caráter para um evento importante. Observa-se ao fundo da

figura abaixo (40) a edificação que viria a dar lugar ao Restaurante Terrace na década de setenta e a estrutura dos letreiros luminosos de gás neon já instalada.

**Figura 40: A grande mesa posta para a recepção dos convidados.**



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

**Figura 41 e 42: Momento em que Manuel Pinto da Silva apresentou o seu discurso.**



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Manuel Pinto apresentou seu discurso de agradecimento aos convidados presentes e falou sobre o seu contentamento de entregar o conjunto a cidade, é notável ao analisar as fotografias realizadas durante a cerimônia o seu semblante de felicidade ao concluir os edifícios.

Agradecemos as Exmas. autoridades federais, estaduais, municipais e eclesiásticas as classes conservadoras aos nossos particulares amigos e a quantos nos honraram com suas presenças abrilhantando sobremodo esta solenidade que não é motivo de júbilo pessoal, mas de contentamento coletivo por que serve para demonstrar o que representa o Estado do Pará, como uma das unidades de grande significação na federação brasileira (Trecho do discurso do Senhor Manuel Pinto da Silva na inauguração final do edifício em 17 de abril de 1960).

**Figura 43: Maria Moura, Manuel Pinto, Dionísio Bentes e o filho do casal, Roberto.**



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

No topo do terraço dos três blocos e ao longo das sacadas de esquina do edifício mais alto foram hasteadas um conjunto bandeiras, homenageando o Brasil, Portugal e o Pará.

No programa elaborado para esta solenidade, tocou-nos o coração homenagear as nações irmãs, Brasil e Portugal um como já frisei meu berço natal, o pequeno, mas grandioso Portugal a outra, abençoada e feliz terra de minha esposa e de meus estimados filhos. Não poderia deixar também, de tributar minha mais justa homenagem ao Estado do Pará, que é o rincão do Brasil que trago no coração, como minha segunda pátria, ao qual tenho ligado todos os interesses da minha vida, minha família e meu patrimônio (Trecho do discurso do Senhor Manuel Pinto da Silva na inauguração final do edifício em 17 de abril de 1960).

O governador interino do Estado, Dionísio Bentes hasteou a bandeira do Brasil, o Presidente da Associação Comercial, Idalvo Toscano hasteou a bandeira de Portugal, e por último, o Tenente Luiz Leomil, hasteou a bandeira do Estado do Pará.

**Figuras 44, 45 e 46: Diante do Edifício concluído, o hasteamento das bandeiras.**



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Após a cerimônia oficial e dos discursos proferidos foi oferecido um coquetel aos convidados presentes no terraço. Na figura abaixo (47) observa-se a quantidade de pessoas presentes para testemunhar a inauguração do conjunto.

**Figura 47: O coquetel oferecido pelo proprietário aos convidados.**



Fonte: A Vanguarda, 18 de abril de 1960, n ° 6.507.

No período da noite foi mantida a visitação do público, o fato de anoitecer não afastou os curiosos que ainda passavam por lá. Em uma cidade provinciana como Belém, a inauguração do edifício seria uma festividade. As luzes dos apartamentos, das sacadas e dos salões foram acesas, fazendo ver, mesmo a noite o espigão de longe. Palacetes, teatros, estátuas, mangueiras e luzes da cidade agora tinham que competir o olhar com o grandioso conjunto.

**Figura 48: O Edifício iluminado durante a noite de inauguração.**



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

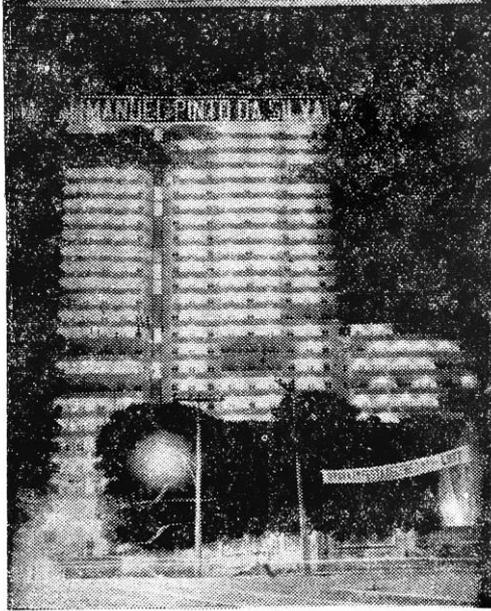
Em reportagem publicada sobre a inauguração no Jornal Folha do Norte, comenta-se acerca das filas longas de curiosos que se formaram para conhecer o conjunto.

Á noite, o belo edifício, todo iluminado e ornamentado com as bandeiras brasileira e portuguesa foi aberto à visitação pública, sendo muito longas as filas de pessoas que desejavam percorrer o prédio que é o símbolo do esforço de um homem trabalhador, dinâmico e dedicado a esta terra que lhe tem servido como segunda Pátria (Jornal Folha do Norte, 19 de abril de 1960, p. 8)

**Figura 49: O conjunto iluminado durante a noite de inauguração em anúncio de jornal.**

**Edifício Manoel Pinto da Silva**  
HONRA E ORGULHO DO PARA'

Uma obra idealizada e auspiciosamente realizada, como os grandes feitos do passado.

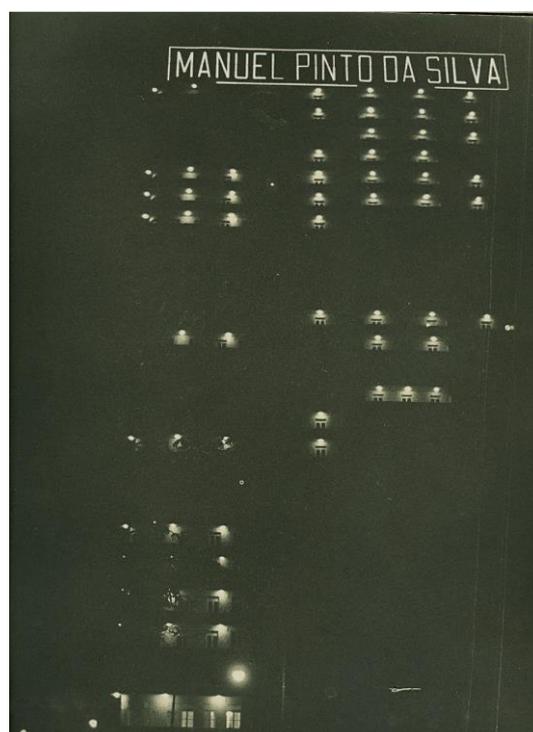


**A AUTOMOBILISTA**  
— de —  
MANOEL PINTO DA SILVA  
Praça da República, 140

Fonte: A Província do Pará, 10 de junho de 1960, p. 2.

Na ocasião, os letreiros luminosos e vermelhos de gás neon com as escritas “A automobilista”, uma das empresas do proprietário e o outro com o nome do Edifício “Manuel Pinto da Silva” já estavam instalados no terraço do bloco mais alto. Durante a noite foram acesos, chamando mais atenção para o espigão, que reinava absoluto no centro da cidade. De longe, durante a noite, ele indicava a cidade, “transformando-se em farol para navegantes e aviadores” (Última hora, 8 de julho de 1961 p. 4, Rio de Janeiro)

**Figuras 50 e 51: O letreiro principal visto durante o dia e durante a noite.**



Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

A ideia da instalação do letreiro foi um sucesso, anos mais tarde foi substituído pela propaganda do refrigerante GuaraSuco, “O legítimo guaraná da Amazônia”. A instalação de letreiros luminosos no topo de edifícios já era comum em capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, onde a verticalização surgiu antes e de forma mais incisiva.

## PARTE II

### **A ARQUITETURA DO MANUEL PINTO DA SILVA E A EXPRESSÃO DO MODERNO EM BELÉM.**

**RIBEIRO, REBECA. (1); CHAVES, CELMA (2).**

1. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Pará (PPGAU-UFPA) (2019), Especialista em Gerenciamento de Obras, Qualidade e Desempenho da Construção (IPOG) (2018) e Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade da Amazônia (2015).
2. Doutora em Teoria e História da Arquitetura pela Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona/Universidade Politécnica da Cataluña (2005), Docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA.

#### **RESUMO**

Este artigo tem o objetivo de analisar a arquitetura do Edifício Manuel Pinto da Silva, projetado pelo arquiteto e engenheiro Feliciano Seixas no final da década de 1940 e concluído em 1961, levando em consideração a implantação, os aspectos formais, funcionais e a espacialidade. Ao longo do texto, são identificadas as características que fazem referência às propostas modernistas e é verificado sobre quais aspectos das características da arquitetura moderna não se aplicam. Por meio de documentos de fontes primárias, fotografias, levantamentos fotográficos e físicos foi possível realizar o redesenho de parte do conjunto. O redesenho permite a apropriação das decisões, ajustes e transgressões no desenvolvimento do projeto (GASTÓN; ROVIRA, 2007), revelando as intenções do autor e a consistência de suas decisões projetuais.

**Palavras-chave:** Belém; Modernidade; Edifício.

## INTRODUÇÃO

Durante as décadas de 1930 e 1940 as administrações municipal e estadual se empenhavam em dotar a cidade de Belém de melhorias que pudesse transformar sua imagem de cidade eclética em cidade moderna, promovendo as primeiras iniciativas de transformações, com o objetivo de diferenciar a nova ordem política das gestões anteriores.

Destacam-se nesse contexto, as iniciativas que se apresentam na então Avenida 15 de Agosto (atual Avenida Presidente Vargas), cujo nome homenageou a data comemorativa da adesão do Pará à Independência do Brasil em 15 de agosto de 1823. Obras de aterramento, calçamento e reordenação vão cada vez mais dando importância à área, dentre elas, destaca-se o processo de urbanização da Praça da República, onde é marcada profundamente a transformação paisagística da cidade. De um grande descampado proveniente do século XVIII, a região se tomara o grande símbolo de uma Belém erudita, civilizada seguindo o modelo das grandes praças europeias (CHAVES, 2011, p. 34).

Foi desde a então Avenida 15 de Agosto que a cidade passara a ser "vitrine das modernas tendências arquitetônicas" (CHAVES, 2008, p. 4 *online*). É em sua extensão que se pode observar a evolução de uma arquitetura intimamente ligada à nova diretriz política de modernização que o governo central estabelece em todo o país, através da construção das novas sedes das instituições públicas. Durante a década de 1940, sedes governamentais como consulados, agências bancárias e órgãos públicos ainda se instalavam nos edifícios construídos na fase da economia da borracha (CHAVES, 2008, p. 4 *online*).

A antiga Avenida reunia então uma série de condições especiais, possuindo altas cotas de nível, acesso ao porto e se interligava à Estrada de Nazareth (atual Avenida Nazaré) e à Estrada do Utinga (atual Avenida Magalhães Barata) por linhas de bonde que, por sua vez, tinham acesso à estação da Estrada de Ferro Belém-Bragança (PENTEADO, 1968). Segundo Oliveira (1992), a verticalização de Belém, originada na década de 1940, na área central, obedeceu a lógica da produção e valorização do espaço da cidade, limitando-se, inicialmente as áreas mais altas e valorizadas.

Entretanto, não havia na comunidade total adesão a nova forma de morar, de uma

arquitetura nova, que resistiu a sair de suas casas térreas para morar em apartamentos pelo próprio desconhecimento dessa nova condição (CHAVES, 2008, p. 147, *online*). O que os idealizadores desse novo conceito de urbanização da cidade de Belém não projetaram foi o custo do investimento para a modernização da cidade e a verticalização do centro não se efetivou como o esperado.

Após essa primeira tentativa de implementar o ideário modernista, equivocadamente divulgado e disseminado nos meios de comunicação, sem que houvesse recursos para levar adiante, ocorre em Belém a partir da década de 1940 a construção dos primeiros edifícios com estilo norte-americano, seguindo a tendência das principais cidades brasileiras. Os chamados arranha-céus foram construídos em Belém, inicialmente, com fins comerciais, em 1949 foi inaugurado o primeiro edifício residencial com mais de quatro pavimentos, o Edifício Piedade (CHAVES, 2008, p. 148, *online*).

O lançamento do Edifício Manuel Pinto da Silva ocorreu no final da década de 1940 e sua construção se tornou um marco na arquitetura local ao serem concluídos os três blocos de apartamentos, sendo o principal, com 26 pavimentos. Divulgado nos meios de comunicação na época como um excepcional “presente de natal à cidade” (A Província do Pará, 27 de dezembro de 1951, p. 6), símbolo da inovação e modernidade projetando a cidade nacional e internacionalmente, merecendo estudo e registro detalhado da sua história.

## **O EDIFÍCIO E SEUS ARTÍFICES**

O arquiteto responsável pelo projeto do conjunto foi Feliciano Corrêa Seixas (1913-1971) paraense, arquiteto e engenheiro civil. Coimbra (2011) relembra que Seixas foi “um viajante compulsivo, conheceu cerca de 23 países” e a partir dessas viagens construiu seu repertório arquitetônico principalmente influenciado pelos grandes nomes da Arquitetura, como o Arquiteto Le Corbusier. Recebeu uma educação refinada. Seus estudos foram iniciados no conceituado Colégio Paes de Carvalho, depois prosseguiram no Rio de Janeiro. Lá estudou, sucessivamente, no Lycée Francais, no Colégio Dom Pedro II, considerada na época a escola modelo do Brasil e na Escola Nacional de Belas Artes, onde se formou como arquiteto em 1938.

Após formar-se como arquiteto retornou a Belém e transferiu-se para a EEP - Escola

de Engenharia do Pará, onde se formou engenheiro civil e depois lecionou as disciplinas de Desenho a Mão livre, Desenho Técnico e Arquitetura. Nesse período em que não existia o curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Pará, os únicos arquitetos presentes possuíam formação fora do Estado, como relembra Jaime Bibas, arquiteto formado pela Universidade em uma das primeiras turmas do curso. Em entrevista afirmou que antes da criação do curso de Arquitetura e Urbanismo em 1964, “só haviam dois arquitetos: Paul Albuquerque e Feliciano Seixas” (MIRANDA et.al, 2016, p. 8).

Outros arquitetos passaram por aqui nos anos 40 e 50, o alemão Albert Oswald Massler, que projetou o edifícios como a sede da “Booth Line” e o Edifício da Associação Comercial do Pará e o português David Ferreira Lopes, que “já participava ativamente das atividades construtivas na cidade” (CHAVES, 2008, p. 4 *online*), onde projetou o Conservatório Carlos Gomes, a sede da “Ação Católica”, uma nova sede para a Prefeitura de Belém, residências e entre outros (CHAVES; SILVA, 2011).

Na concepção de Feliciano, a forma arquitetônica é a consequência de um uso bem-sucedido e atualizado de técnicas e os materiais, limitando o objeto arquitetônico, portanto, como uma simples evolução lógica do progresso material (CHAVES, 2004). Diferentemente de engenheiro Judah Levy, Feliciano declarava sua gratidão à arquitetura e a “filosofia” de Le Corbusier e Oscar Niemeyer (A Província do Pará. 23 de dezembro de 1949, p. 4.), esse último seu contemporâneo na ENBA - Escola de Nacional de Belas Artes no Rio do Janeiro, formado em 1934, e Seixas quatro anos mais tarde, em 1938 (Jornal do Commercio, 4 de janeiro de 1938, p. 8).

Foi presidente do Clube de Engenharia do Pará em 1949. Ao realizar palestra intitulada “A filosofia na evolução da Arquitetura” durante a “Semana do Engenheiro” de 1949 Feliciano discursou sobre a arte de Le Corbusier e a construção racional:

A arte de Corbusier, tão aprendida pela nova geração de artistas do Brasil, criou idealistas como Niemeyer, Reydi, Warcha-wisky, Lotufo, Lucio Costa e tantos outros, que aprendendo sabiamente a lição do mestre, pensam, sentem, criam e fazem. Hoje, na arquitetura moderna, a forma deve sempre ligar-se à função interior, pois é partindo desse princípio que se equilibra toda a construção racional. A obediência, a simetria e a gravidade já é uma lenda antiga que o arquiteto acabou. A moderna beleza ornamental, é o produto de soluções racionais, pois a simplificação funcional da estrutura determina-nos um fator econômico, de variação proporcional e crescente (A Província do Pará, 23 de dezembro de 1949, p. 4)

O arquiteto e engenheiro assimilou as “lições mais relacionadas às questões da economia e da funcionalidade” (CHAVES, 2008, p. 153, *online*), onde a forma deve sempre ligar-se à função interior, partindo do princípio da construção racional. Tornou-se membro da Academia Paraense de Letras, ocupando a cadeira de número 18, por publicar um livro de crônicas em 1959, intitulado "Um brasileiro na Europa" no qual havia capítulos com títulos como “Versalhes, esplendor da França”, “Pisa e a torre inclinada”, “Veneza e a Ponte dos Suspiros”, “Florença, a dos Museus”, e “Ouçam as catedrais da Europa”. As questões abordadas no livro revelam um antagonismo com o discurso do autor apresentado acima, ao parecer que nessas viagens o arquiteto se sentia mais atraído por arquiteturas históricas que por obras modernas.

Além do projeto do Edifício Manuel Pinto da Silva Feliciano havia projetado outros edifícios em Belém e fora do estado: O “Cine-teatro Santa Cruz” com capacidade para dois mil espectadores, inaugurado em 1941 na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul. O Edifício Elmira, que faz homenagem ao nome de sua mãe, de propriedade do Arquiteto e Engenheiro, construído em 1947 com cinco pavimentos, localizado na Avenida Senador Lemos esquina com a Travessa Manoel Evaristo. Em anexo ao Edifício também foram construídas residências térreas. Participou na década de 1950 da concorrência pública para a elaboração do projeto do novo Edifício Sede da Caixa Econômica Federal do Pará, localizado na Avenida Presidente Vargas, entretanto o projeto vencedor foi o do arquiteto Antônio Paul de Albuquerque. O Estádio José Maria Marques, inexecutado. Edifício Fernando Augusto, projetado e construído por Seixas, em local desconhecido. Edifício Tamer Filho, construído na Rua Manoel Barata esquina com a Rua Frutuoso Guimaraes, Bairro Campina, com três pavimentos. O nome faz homenagem ao proprietário do Edifício, o Dentista e cronista Victor Tamer. O projeto de reforma do Edifício sede da A Província do Pará localizado a época na Travessa Campos Sales. O Grupo Escolar Ruy Barbosa, que ainda possui a mesma função de origem, hoje se chama Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa, localizada na Travessa Joaquim Távora, Bairro Cidade Velha. O Palacete do Dr. Darcy Oliveira, com características neocoloniais, localizado na esquina da Rua Gama Abreu com a Travessa Presidente Pernambuco, Bairro Campina, atualmente funciona uma clínica médica, assim como mais residências, palacetes e escolas.

O arquiteto e engenheiro civil tinha 38 anos quando foi inaugurado o primeiro bloco do

Manuel Pinto da Silva, projetava, calculava e construía. Nome conhecido no meio da construção civil local, seu escritório publicava anúncios regularmente nos jornais de maior circulação da cidade, apresentando suas novas obras e serviços.



Figura 01: Anúncio do Escritório Feliciano Seixas.  
Fonte: Folha do Norte, 7 de abril de 1960, p. 5.

O autor do projeto também foi o responsável pela execução do primeiro bloco do conjunto, atuando com Amyntas de Lemos Junior, engenheiro civil, paraense, formado pela Escola de Engenharia do Pará em 16 de agosto de 1941.

Sem desmerecer de quantos outros valiosos colaboradores ajudaram no empreendimento, deixo expresso, ainda o meu agradecimento a Amyntas de Lemos Junior, e Alfredo Rodrigues o primeiro engenheiro fiscal, o segundo mestre de obras destacando-lhes os nomes porque foram companheiros que nele operaram desde o início até a sua conclusão. (Trecho do discurso do Senhor Manuel Pinto da Silva na inauguração final do edifício 17 de abril de 1960).

O calculista responsável pelo primeiro bloco foi João Maria Lima Paes (1915-2003), engenheiro civil e paraense, foi professor da disciplina de “Estabilidade das Construções” na EEP - Escola de Engenharia do Pará. Foi o primeiro diretor sob a denominação de Centro Tecnológico da Universidade Federal do Pará entre os anos de 1967 e 1975. Homenageado pelo Clube de Engenharia do Pará no ano de 1997 na categoria “Velhos mestres” pelas suas valorosas contribuições, um ano após a homenagem ser concedida ao arquiteto Camilo Porto de Oliveira.

No ano de 2006, três anos após o seu falecimento, foi instituído o “Prêmio Prof. João de Lima Paes”, uma homenagem concedida anualmente, pelo Clube de Engenharia do Pará ao formando do curso de Engenharia Civil com melhor desempenho entre

aqueles que estão concluindo o referido curso dentre todas as instituições de ensino superior do estado.

A construção do segundo bloco, o mais alto do conjunto, iniciou no ano de 1953, conforme consta no caderno de registro de obras do Conselho Regional de Engenharia - CREA. Nove anos após a inauguração do primeiro bloco e os outros dois blocos foram concluídos. O engenheiro Antônio Alves de Noronha (1904-1962), foi contratado depois da dispensa do Engenheiro Feliciano Seixas, depois de divergências de ordem financeira com o proprietário do Edifício em construção, conforme declarações assinadas pelo proprietário do prédio e do engenheiro responsável pelo projeto arquitetônico, publicados em “declaração”, em dias diversos de janeiro de 1955, em edições do jornal Folha do Norte (SILVA, 2010, p. 13). Conforme o arquivo dos projetos realizados no Estado do Pará pela empresa Noronha Engenharia S.A fornecido via e-mail pelo responsável técnico Sr. Bernardo Golebiowski, o projeto estrutural do segundo bloco foi contratado em 26 de março de 1953, pelo então engenheiro Feliciano Seixas.

Noronha era natural do Piauí, foi responsável por grandes obras no País. Formado pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro em 1925, foi professor de Pontes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, publicou livros e recebeu diversas homenagens em nível nacional, como a inscrição no Livro de Mérito do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura - CONFEA em 1962, ano de seu falecimento.

A Noronha Engenharia S.A. fundada em 1932 projetou e supervisionou a construção de empreendimentos incluindo o complexo da Ponte Rio-Niterói, o Estádio do Maracanã, ferrovias de norte a sul do Brasil, sistemas de transporte em massa e para a indústria de petróleo, “atuando em vários níveis com uma equipe altamente especializada, sendo capaz de prestar serviços de consultoria em engenharia no Brasil e no exterior”, informa o site da a empresa hoje administrada pelo filho.

No Pará prestou Assessoria e Consultoria Técnica das Obras de Conclusão do Estádio Olímpico do Pará (Edgar Proença), Projeto e Supervisão da Construção da Ponte Belém - Mosqueiro sobre o Rio Tauarié, Projeto da Ponte sobre o Rio Guamá, na Rodovia PA - 82, entre outras.

Em seu discurso de inauguração o proprietário do Edifício, Manuel Pinto da Silva tornou público seu agradecimento ao engenheiro e sua admiração.

Quero num preito de gratidão merecido e justo, tornar público o nosso agradecimento a quantos colaboraram na construção deste edifício, desde o mais humilde operário até ao seu calculista engenheiro de renome internacional que é o senhor doutor Antônio Alves de Noronha. A dedicação deste grande brasileiro vindo até nós, para ratificar os cálculos e assegurar execução com pleno êxito, do grandioso trabalho que realizou para nós, fizeram-no credor da nossa admiração. Justo é ressaltar também que a maior parte dos edifícios construídos nesta cidade obedecem a orientação da sua capacidade incontestável (Trecho do discurso do Senhor Manuel Pinto da Silva na inauguração final do edifício em 17 de abril de 1960).

Estava tão ligado a nosso Estado, havia tanto tempo, que, três meses após a inauguração do prédio recebeu o título de “Cidadão Paraense”, dado a ele pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará no ano de 1961 (COIMBRA, 2011).

## **UMA OBRA IDEALIZADA PARA SER O MAIS MODERNO MODO DE MORAR**

Foi no final da década de 1940 o lançamento oficial do projeto, um conjunto arquitetônico de três edifícios, construído em duas etapas. A primeira etapa consistiu na construção do primeiro bloco localizado na Avenida Nazaré, executado com 12 pavimentos, possuindo dois apartamentos por andar, com exceção dos dois últimos, onde apenas um apartamento foi construído, contando com um diferencial dos demais, um terraço com ampla área livre e com vista privilegiada da cidade (RIBEIRO, CHAVES, 2018).

A inauguração da “mais alta construção de nossa capital” (A Província do Pará, 27 de dezembro de 1951, p. 6-7), ocorrida em 25 de dezembro de 1951 foi divulgada como um excepcional presente de natal à Cidade de Belém. O bloco contava com cerca de 20 apartamentos e uma loja térrea, onde funcionou por décadas a matriz da loja “A Automobilista”, com mais de 700 metros quadrados.

A construção do segundo bloco, o mais alto do conjunto, se iniciou logo em seguida, no ano de 1953. No edifício mais alto foram construídas no andar térreo lojas, escritórios e salões. Os apartamentos residenciais eram divididos em plantas de pavimento tipo que se modificavam do 1º ao 6º, do 7º ao 11º e do 12º ao 25º andar. Construído inicialmente com aproximadamente 100 apartamentos variando em três

tipos de plantas, entre apartamentos de dois e três quartos.

O terceiro e último bloco foi construído no decorrer da conclusão do bloco mais alto, projetado inicialmente para ter 7 pavimentos e entregue com 12. Nesse bloco estavam localizados os apartamentos menores, do tipo *kitchenette* e de dois quartos, foi projetado com 2 apartamentos por andar e entregue com 5. Inicialmente totalizariam 22 apartamentos mais lojas no térreo, sendo executados 69 apartamentos. A segunda e última etapa da obra foi inaugurada no dia 17 de abril de 1960, exatamente quatro dias antes da conclusão de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960. A cerimônia de inauguração dos dois últimos blocos ocorreu às 9 horas da manhã daquele domingo, dia de páscoa.

Os três amplos terrenos onde se construiu o Edifício somam 2.539,69 m<sup>2</sup> segundo dados fornecidos pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – CODEM. Os edifícios dessa década geralmente se caracterizavam pelo uso total do terreno, sem recuos, além de não possuírem recuos frontais, como é o caso do Edifício Manuel Pinto da Silva. O conjunto chega a contabilizar aproximadamente 30.000 m<sup>2</sup> de área construída, segundo dados publicados pela empresa nos jornais locais (Folha do Norte, 17 de abril de 1960, p. 12).

O conjunto localizado estrategicamente na confluência de quatro Avenidas importantes para a cidade, sendo uma delas a antiga Avenida 15 de agosto (atual Presidente Vargas) lhe proporciona uma situação privilegiada, aos fundos da mais tradicional praça da cidade, a Praça da República, ao fundo de um dos mais importantes teatros do País, o Teatro da Paz. Situado na esquina das Avenidas Nazaré e Serzedelo Correa, possui duas fachadas igualmente importantes. Os blocos foram dispostos no terreno em forma de “L” com uma torre central mais elevada que as duas laterais.

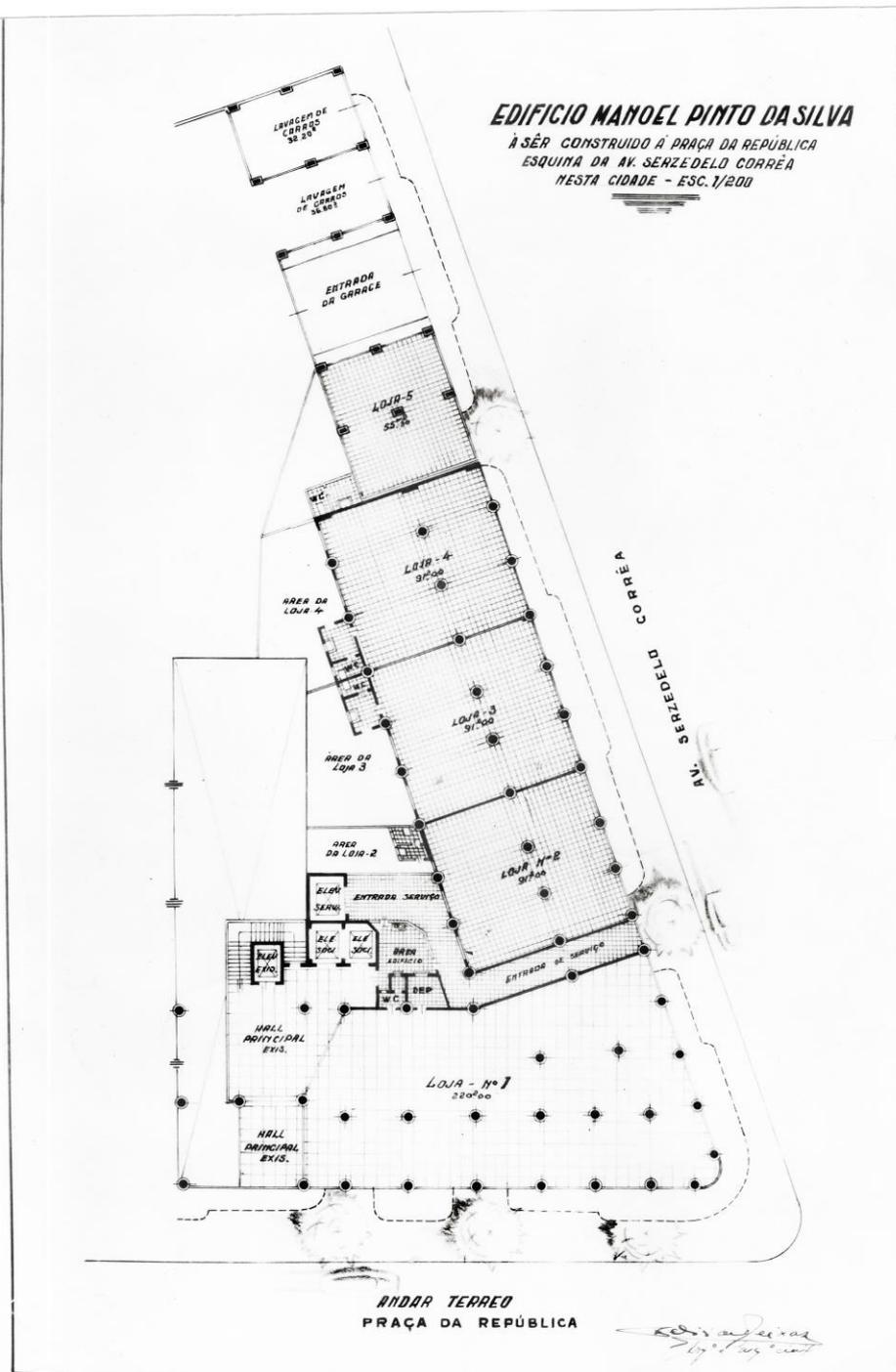


Figura 02: Planta Baixa original do projeto (andar térreo).  
 Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Pode-se observar na planta baixa acima (figura 02) que o primeiro bloco nesse momento já havia sido construído e foi representado por este retângulo cruzado por um X. As plantas originais do projeto não representam fielmente o que foi construído, é possível identificar algumas alterações como nas circulações, tanto horizontais quanto verticais, o conjunto possui um maior número de elevadores, escadas e corredores,

assim como as portarias foram alteradas, a portaria representada acima, voltada para a Avenida Nazaré foi suprimida, passando a existir três acessos pela Avenida Serzedelo Corrêa, o primeiro acesso restrito a Família Pinto da Silva, fazia ligação do térreo com o apartamento da Família no primeiro pavimento. O segundo acesso sendo a portaria social, revestida com mármore, pedras e espelhos, decorada com lustres e móveis elegantes. O terceiro e último acesso sendo a portaria de serviço.

Nunca houve portaria mais bonita, muitos o dizem -, com a praticidade, com o moderno das lojas comerciais no térreo, incluindo uma revendedora de Studbakers (LEAL, *apud* SILVA, 2010 e CHAVES, 2011).

O pavimento térreo de ambos os blocos foi totalmente construído para abrigar lojas e portarias, com exceção de parte do terceiro bloco. Este pavimento conta com um pé direito duplo de aproximadamente 6 metros de altura, possibilitando que as lojas possuíssem mezaninos de escritórios ou sobrelojas, por ali passaram tradicionais supermercados, farmácias, órgãos públicos, escritórios, lojas de carros e afins.

Um dos diferenciais do conjunto foi a presença da garagem, foi o primeiro edifício verticalizado e de uso residencial projetado com garagem própria em Belém. Entretanto, o número de vagas disponíveis era muito inferior ao número de apartamentos do Edifício. As vagas localizadas em parte do térreo do terceiro e último bloco, com acesso pela Avenida Serzedelo Corrêa, foram comercializadas separadamente após a entrega final.

**GARAGE DO EDIFÍCIO  
"MANUEL PINTO DA SILVA"**

Atenção senhores proprietários de apartamentos deste edifício e pessoas interessados, de um modo geral.

Já se iniciaram as vendas de vagas da GARAGE do prédio. Preço acessível, FINANCIAMENTO AO ALCANCE DE TODOS, ENTREGA IMEDIATA.

Informações e vendas, exclusivamente, no escritório de advocacia Manoel Pinto da Silva Jr., edifício Manuel Pinto da Silva, conjunto 208.

13274—2.<sup>a</sup> ord.

Figura 03: Anúncio de venda das garagens do Edifício.  
Fonte: A província do Pará, 23 de dezembro de 1969.

Observa-se no anúncio acima que a venda e a utilização das garagens do Edifício não seriam restritas aos moradores, mas para as “pessoas interessadas, de um modo geral”, visto que os poucos edifícios construídos até então não possuíam garagem, ampliando assim uma possível clientela. Mello (2007, p. 79) ressalta que ainda na década de 1970 a presença da garagem em edifícios era rara.

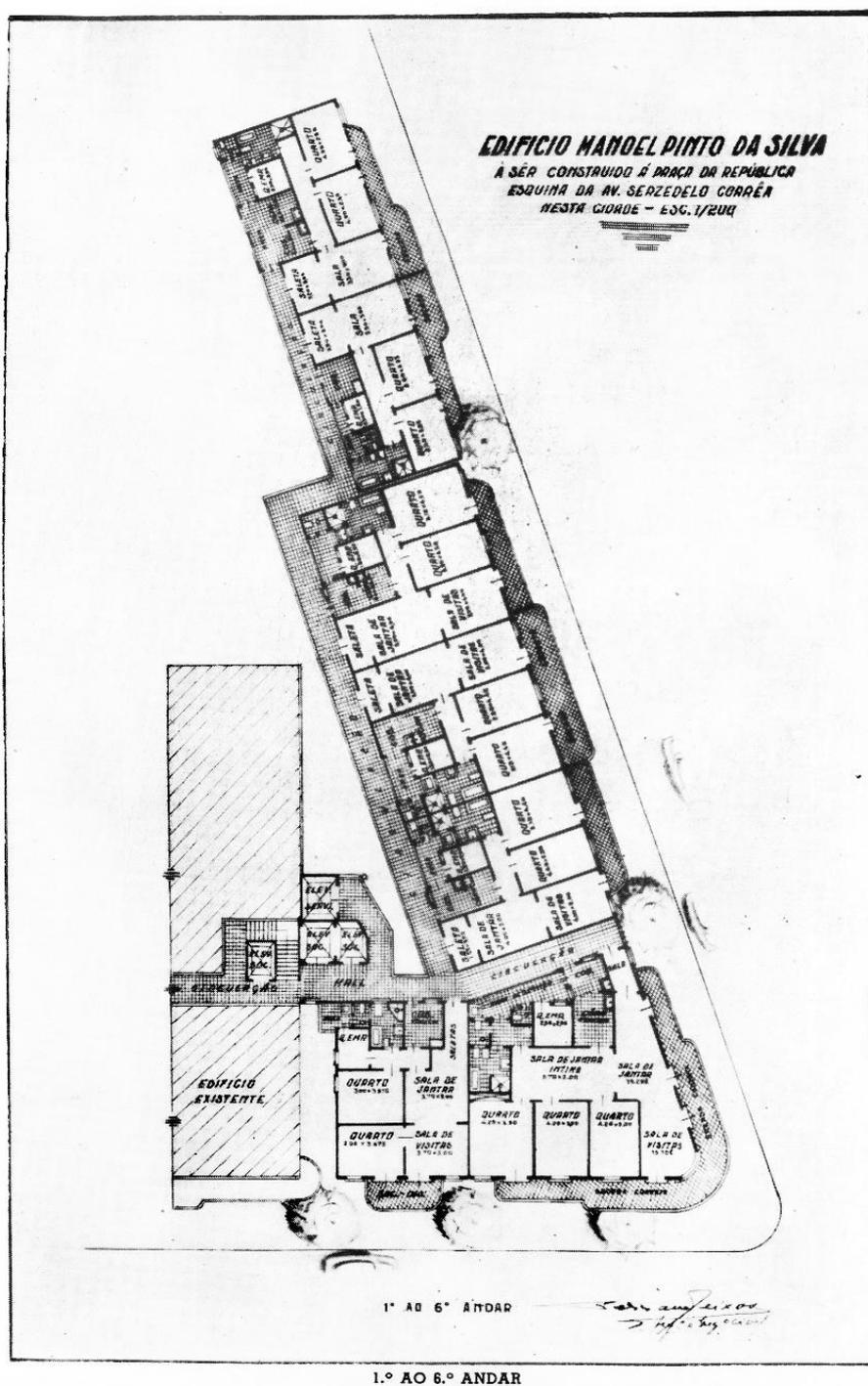


Figura 04: Planta Baixa original do projeto (1º ao 6º pavimento).

Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Nos pavimentos superiores é possível identificar que ambos os blocos se interligam por meio de circulações internas, assim como os setores de serviço dos apartamentos estão voltados para essas circulações. O primeiro pavimento do conjunto possui dois diferenciais dos demais, o pé direito é mais alto que o do restante do conjunto, mede 4 metros de altura, assim como foi construído um apêndice no último bloco com mais 9 apartamentos que não consta no projeto original. No canto inferior direito das plantas originais é possível identificar a assinatura do autor do projeto, o arquiteto e engenheiro civil, Feliciano Seixas.

As fachadas voltadas para a Avenida Serzedelo Corrêa, ou seja, para o sentido O (oeste) recebem maior incidência solar no período da tarde, talvez esse seja um dos motivos pelo qual o arquiteto projetou amplas sacadas que percorrem quase toda a extensão de suas fachadas principais. As fachadas voltadas para o sentido do Bairro de São Brás, sentido NE (nordeste), ou seja, voltadas para a direção da ventilação predominante em Belém possuem mais aberturas, possibilitando assim que a ventilação cruze o Edifício.

Conforme análise das plantas originais e levantamentos físicos feitos no Edifício constatou-se que originalmente havia 5 variações de plantas no conjunto, predominantemente com a mesma configuração de ambientes, variando entre quantidade e/ou tamanho: saleta, sala íntima, salas de estar (visitas) e jantar, quarto, banheiro, sacada, copa/cozinha, área de serviço e dependência de empregada completa.

Os apartamentos foram projetados em grande parte para atender a uma classe de poder aquisitivo alto na época, surgindo assim elementos novos, quando comparado aos exemplares anteriores, como o estar íntimo, servindo como ambiente interligação e apoio aos quartos.

O primeiro bloco, situado na Avenida Nossa Senhora de Nazaré possui dois apartamentos de aproximadamente 141.10 m<sup>2</sup> por andar, com exceção dos dois últimos, onde apenas um apartamento foi construído por pavimento, centralizado no Edifício, contando com um diferencial dos demais edifícios construídos na cidade, um terraço com ampla área livre e com vista privilegiada da cidade. Apartamentos de três

amplios quartos, com uma sala de banho. No setor social, salas de estar, íntima e de visitas com dependência de empregada completa e uma ampla sacada que acompanha toda a extensão do apartamento na fachada principal.

No segundo bloco os apartamentos residenciais eram divididos em plantas de pavimento tipo que se modificavam do 1º ao 6º, do 7º ao 11º e do 12º ao 25º andar. Construído inicialmente com mais de cem apartamentos variando em três tipos de plantas, entre apartamentos de dois e três quartos. Os apartamentos de dois quartos contavam com uma pequena saleta, sala de jantar, sala de visitas, dois quartos, um banheiro amplo, copa, cozinha e dependência de empregada completa, variando entre 84.04 m<sup>2</sup> e 98.25m<sup>2</sup>. Os apartamentos de três quartos situados na esquina da Avenida Nossa Senhora de Nazaré mediam 119.93 m<sup>2</sup> e contavam com um programa semelhante, somados de uma “sala de jantar íntima” e áreas não muito mais amplas.

No 26º pavimento já não havia apartamentos, apenas o terraço, ocupado parcialmente pelo Restaurante Terrace e suas dependências assim como a casa de máquinas dos elevadores. Hoje a sala de transmissão da Rádio Mix FM ocupa parte do espaço ocupado pelo restaurante no passado. Pode-se afirmar que a vista mais privilegiada de Belém estava ali localizada, tendo um amplo campo de visão de aproximadamente 360º da cidade. Tornou-se assim um ponto turístico de Belém.

O terceiro e último bloco possui os apartamentos menores, do tipo *kitchenette* e dois quartos, variando entre 31.24 m<sup>2</sup> e 96.45 m<sup>2</sup>. Inicialmente totalizariam 22 apartamentos e lojas no térreo, sendo executados 64 apartamentos.

A análise das plantas do edifício demonstra que sua clientela encontrava-se ainda indefinida, apresentando apartamentos de diferentes tamanhos, formas e programas, inclusive no mesmo andar, o que além de facilitar o aproveitamento máximo do lote sugere a experimentação de soluções variadas, na busca de atender às expectativas ainda desconhecidas de um novo mercado, aumentando assim as possibilidades de venda e locação. Os apartamentos foram projetados para atender exclusivamente o uso residencial, entretanto foi possível indentificar que diversas unidades foram compradas, alugadas e modificadas para atender o uso comercial: escritórios de advocacia, contabilidade, sede de empresas e salões de beleza. Tais alterações podem indicar ainda a resistência da população em morar em edifícios verticalizados.

Segundo Lemos (1978) o melhor investimento seria a construção de edifícios bem aceitos pela sociedade da época, que ainda primavam pelas tais referências europeias de morar. Isso se traduz na construção de edifícios de apartamentos com uma plástica modernista, ou mesmo *Art Déco*, e interiores basicamente convencionais (VILLA, 2010).

A maior incidência entre os edifícios de apartamentos nos anos de 1940 foi a da planta reduzida da tipologia burguesa oitocentista com um programa básico de sala, dormitórios (2 ou 3), banheiro e cozinha, apresentando, na maioria dos casos, cômodos de empregados - dormitório e banheiro -, e entradas separadas para as áreas social e de serviços. Esta organização espacial, que pode ser considerada uma tipologia, de certa forma começou a se repetir mais intensamente nesta década, porém, foi ao longo das décadas de 1950 e 1960 que se tornou mais recorrente, para chegar aos anos 1970, já completamente consolidada (VILLA, 2010).

Nota-se que o projeto dos apartamentos é setorizado - excluindo desta análise a tipologia de *kitchenettes* -, uma preocupação típica das casas de famílias abastadas da época. Os setores social, serviço e íntimo são bem delimitados, dentre eles, sendo o centro da casa o setor social, onde as salas amplas de interligam e possuem poucas divisões entre si. Outro aspecto a ser destacado é o isolamento entre as áreas de serviço e áreas de atividades sociais. Isso demonstra a contradição vontade de apresentar à sociedade um edifício que fosse símbolo do processo de modernização, que entretanto, ainda apresentava íntima conexão ao modelo de habitação tradicional.

Os ambientes próximos às fachadas principais eram destinados ao uso social ou íntimo, voltados para as sacadas ou janelas maiores, enquanto os cômodos dos fundos das unidades eram voltados para o serviço e permanência de empregados.

Vale lembrar que os primeiros arranha-céus no Brasil tinham péssima resolução de planta, pelo ineditismo da tipologia, destinado a usuários de bom padrão econômico – quando ainda a casa e jardim eram valores altamente considerados num ambiente arquitetonicamente conservador (SEGAWA, 1997, p. 55, *apud*, CHAVES, 2016, p. 5).

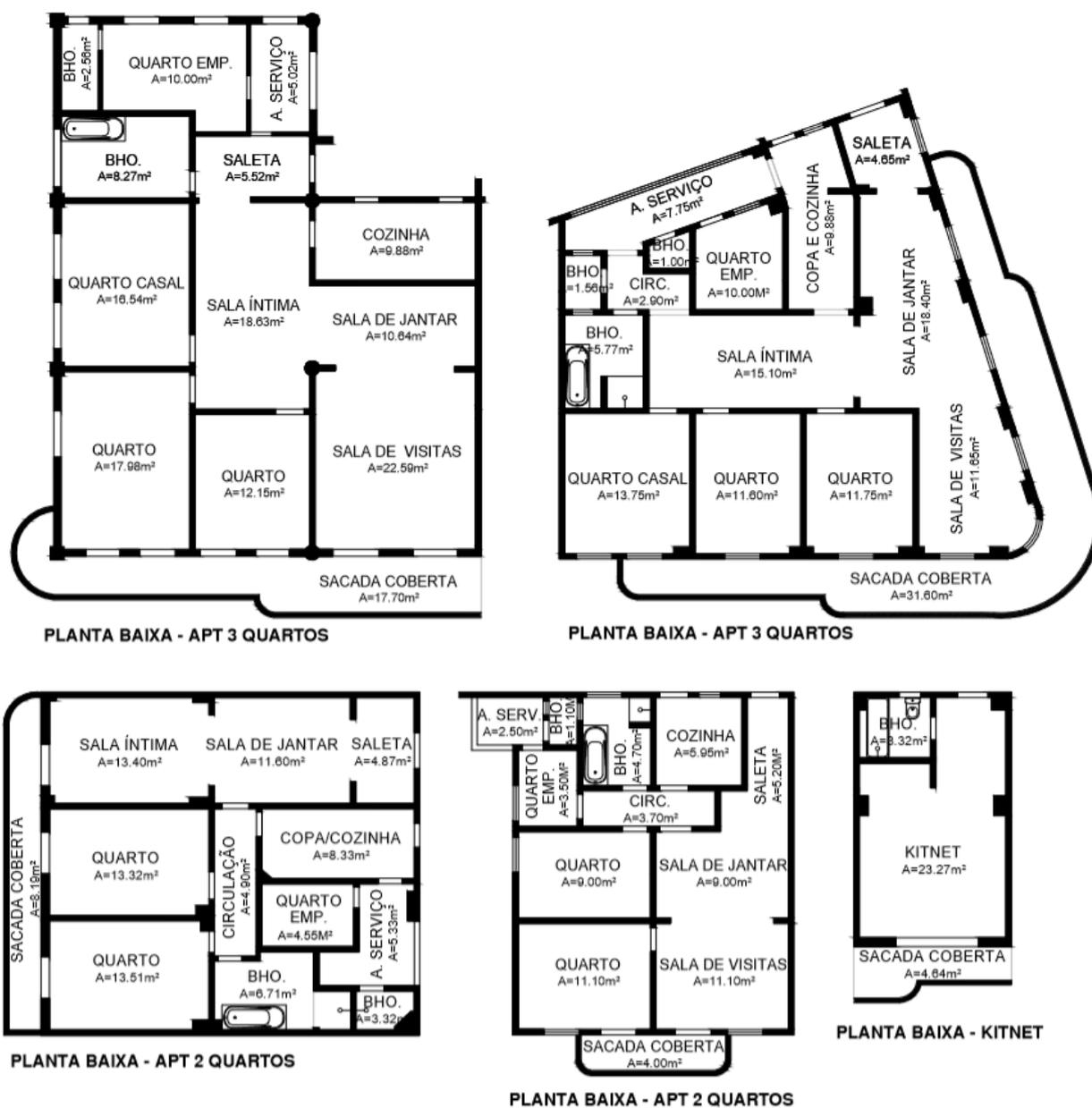


Figura 05: Redesenho das plantas originais do conjunto.

Fonte: Elaborada pela autora.

Os apartamentos projetados para atender o padrão mais alto deveriam parecer às casas isoladas dos mais abastados, o palacete. Deveriam ter o máximo conforto aliado ao mínimo de promiscuidade. “Precisava-se alardear que o apartamento era casa de família, casa de respeito. Moradia completa, com copa e cozinha, salas de jantar e de visitas, e com acomodações para a criadagem, principalmente” (LEMONS, 1978 *apud* VILLA, 2010).

Os apartamentos maiores não tinham circulações definidas, as saletas ou salas

Íntimas faziam o papel de conectar os diferentes setores, já os apartamentos menores possuíam circulações pequenas e compactas, talvez por possuir um número menor de ambientes que pudessem realizar essa mesma função.

Observa-se ainda a existência de apenas um banheiro social amplo para todo o imóvel, possuindo em todos os casos, incluindo as *kitchenettes*, uma banheira, ambiente esse conhecido anteriormente por “sala de banho”. Os quartos e salas receberam piso em tacos de madeira do tipo acapu, pau amarelo ou sucupira. As áreas molhadas, assim como a varanda e as circulações foram instaladas pastilhas em forma de mosaico.

Uma solução que se fez presente nos edifícios modernos foi a possibilidade de flexibilidade espacial. Entretanto, em Belém, os primeiros edifícios construídos entre as décadas de 1940 e 1960 em quase todos os casos, apesar da estrutura em concreto armado, as paredes ainda eram construídas em alvenaria de tijolos, apoiadas em vigas, que, por sua vez, descarregavam suas cargas nos pilares. Por fim, pilares e paredes coincidiam no mesmo alinhamento e as possibilidades de alteração da planta praticamente se anulavam.

O Estilo Internacional advém de uma nova valorização das funções da coluna, dos elementos de vedação e do teto, baseada no conceito de que a estrutura, que possui função de suportar um edifício, deve ser separada de qualquer outra função não-estrutural. Estrutura essa que deve ser revelada, erguida em meio a um espaço aberto do edifício. Por consequência, as paredes transformam-se em painéis de livre disposição, caracterizando a "planta livre" e a "fachada livre", princípios enunciados pela primeira vez por Le Corbusier, em 1926, já comentados anteriormente (MARQUARDT, 2005, p. 22).

A concepção estrutural desenvolvida no Edifício Manuel Pinto da Silva mantém os pilares embutidos nas alvenarias, lajes projetadas com vigas aparentes e paredes em alvenaria servindo apenas como elemento de vedação, o que permite afirmar que foi construído ainda segundo as técnicas tradicionais, sem qualquer preocupação de configurar plantas-livres. Embora o resultado plástico externo o assemelhe à linguagem do modernismo.

É interessante destacar também as grandes sacadas com quinas sinuosas que ressaltam a inserção urbana do volume, se assemelham à função dos brises-soleil ou “quebra-luzes”, funcionando como um ambiente que ameniza a temperatura e melhora a ventilação. O brise-soleil foi muito usado na arquitetura brasileira das mais variadas

maneiras desde o modernismo. Nota-se ao analisar as plantas, a preocupação de Feliciano com o conforto térmico dos apartamentos, dispondo de esquadrias amplas, quase sempre com venezianas, dispostas de forma á facilitar a ventilação cruzada nas unidades.

Em sua composição formal, o ritmo constante por motivos, entre outros, de tipificação dos tipos de plantas, ou seja, a usual repetição de elementos semelhantes marca as fachadas principais dos blocos. Gorelik (1999, p. 63) define de “classicizantes” as fachadas contínuas, que remetem a simetria imposta nos antigos templos gregos. As esquadrias de madeira e vidro utilizadas nas fachadas seguem um padrão nos três blocos, de duas ou quatro folhas de abrir, todas com venezianas.

As fachadas laterais possuem poucas aberturas, sendo praticamente “cegas”, característica presente em algumas obras de Vilanova Artigas, como por exemplo o Edifício Louveira, inaugurado em 1950 em São Paulo.

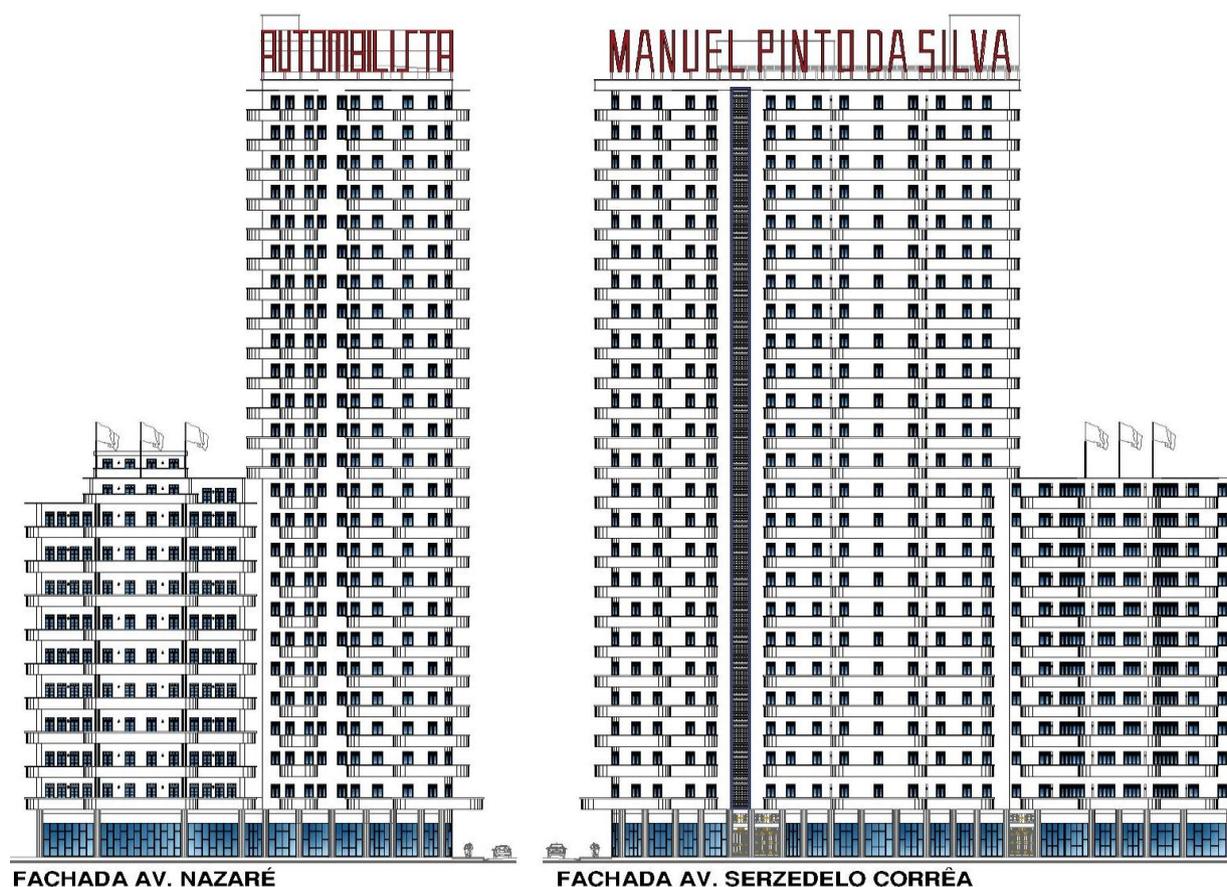


Figura 06: Redesenho das fachadas principais em 2D.

Fonte: Elaborada pela autora.

Para Frampton (1997) a exposição ocorrida na Alemanha em 1927 foi a primeira manifestação internacional do modo de construir usando o branco, com volumes prismáticos e cobertura horizontal. A partir de então surgiram projetos que se destacavam externamente pelas paredes brancas, lisas e sem ornamentação, como por exemplo, a Villa Savoye, considerada um dos ícones maiores da arquitetura moderna no século XX, construída na França, em 1928. Le Corbusier defendia que todos os edifícios deviam ser brancos (MAHFUZ, 2019, *online*), criticando a ornamentação nas fachadas.

Os três blocos do edifício apresentam as paredes externas, assim como as esquadrias de madeira e vidro pintadas na cor branca, sem mais detalhes ornamentais. No pavimento térreo, existe uma ampla área com transparência marcada pelos pilares circulares robustos e fechamentos em esquadria de ferro e vidro. Essa maior relação com o espaço externo, que no edifício recém-construído era bem mais explícita, se dá propositalmente pela presença das lojas instaladas no local. No restante do Edifício o elemento de transparência foi substituído pelo uso do concreto e da alvenaria.



Figura 07: Redesenho das fachadas principais em 3D.  
Fonte: Elaborada pela autora.

Na cobertura é possível identificar o terraço (sem jardim), construído em forma de laje horizontal com impermeabilização, em contraposição aos telhados inclinados das

construções tradicionais, característica marcante dessa “nova arquitetura” (BENEVOLO, 1979).

Browne (1996) corrobora acerca da análise da arquitetura moderna, segundo o autor, entre os diferentes tipos de desenhos, as plantas baixas ocupam o lugar de destaque, pois demonstram a essência da intenção do projetista. Aponta ainda que as obras de Le Corbusier foram muito influentes e cita como exemplo os temas centrais na análise de plantas modernistas: planta livre, fluidez espacial, integração interior/exterior, contraste entre opostos, abertos versus fechado e expandido versus compacto. Sugere uma “sequência de raciocínio” na leitura de plantas.

O Edifício apresenta alguns elementos que se correspondem com a estética moderna: a valorização das linhas puras, volumes de geometria simples, a preocupação com o conforto, o uso do concreto armado, fachadas brancas, cobertura em forma de laje horizontal com impermeabilização e o uso do vidro.

## **A TÉCNICA E SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS: LIMITES E INOVAÇÕES NA AMAZÔNIA.**

Deve-se lembrar que, no período em questão, a produção brasileira de cimento era insuficiente para atender à demanda da construção civil que só crescia, o que encareceu o seu custo e dificultava a sua compra, sendo necessário importar o material de outros estados e até mesmo de outros países.

Os jornais locais divulgavam as constantes dificuldades encontradas nas construções de Edifícios altos em Belém, seja pela falta de mão de obra especializada e de materiais apropriados ou pela própria dificuldade de comercializar essa nova tipologia de moradia.

Além das dificuldades materiais, que encontram entre nós empreendedores deste vulto, pela falta de materiais e mão de obra, venceu ainda aquela prodigiosa companhia imobiliária outro obstáculo, conseguiu introduzir em Belém o sistema de condomínios que muitos julgavam impraticável em Belém (A Província do Pará, 12 de dezembro de 1949, p. 8).

No meio de poucos capitais disponíveis, sem mão de obra especializada e importações difíceis, o conjunto do Edifício Manuel Pinto da Silva viria a ocupar uma “área

construída de 30.000 m<sup>2</sup> e um investimento que se aproximaria de 500 milhões de cruzeiros, considerando o prédio, como o maior investimento imobiliário do norte do País” (Folha do Norte, 17 de abril de 1960, p. 12). E assim foi recebido inicialmente o projeto, com incredulidade pela população.

O orçamento do seu edifício era quase igual a receita orçamentária do próprio Estado, na época. O despeito de todos mesmo com os seus êxitos anteriores, de seu crédito ilimitado como homem realizador, ninguém queria arriscar tanto. E as dificuldades começaram e se multiplicaram. Imperturbavelmente, porém, ele resolveu assumir sozinho a responsabilidade e os riscos. E começou sua obra, sem um minuto de excitação ou desânimo. Jogou tudo no empreendimento, e por várias vezes se viu a beira da falência, rodeado pela incompreensão, mas a proporção que as pilastras se alteavam, voltava a confiança, o apoio moral do povo e dos outros capitalistas (Última hora, 8 de julho de 1961 p. 4, Rio de Janeiro)

O custeio utilizado para a construção veio inicialmente de recursos próprios da empresa Manuel Pinto da Silva S/A, responsável pela construção e comercialização dos apartamentos. Foi feita de forma intensiva a comercialização dos apartamentos através de publicidade na imprensa local, para atração de venda de apartamentos, aluguel e sublocação das lojas.

Quase 10 anos durou a sua luta. Hoje cercado de respeitos públicos, orgulhosamente, mas com a simplicidade de sempre recebe os visitantes em seu gabinete refrigerado, para dizer que é um homem satisfeito e que sua maior vitória foi ver seu exemplo imitado e seu edifício já cercado por andaimes esqueletos de outros edifícios que surgem rapidamente, criando um bairro moderníssimo no coração mesmo da cidade morena (Última hora, 8 de julho de 1961 p. 4, Rio de Janeiro).

O Edifício foi construído com o método mais tradicional no Brasil, ou seja, a estrutura em concreto armado e os fechamentos em alvenaria de vedação por blocos cerâmicos, os revestimentos de fachadas foram feitos com argamassa composta por cimento, areia e saibro, produzida em obra, com acabamento em pintura na cor branca.

As fundações foram construídas por camadas de concreto sobre as quais sentaram os radiers das sapatas dos montantes das estruturas. Esses foram ligados por cintas e vigas. As paredes divisórias do primeiro pavimento foram construídas sobre vigas apoiadas nos montantes. Toda a estrutura em concreto armado foi “calculada de acordo com as prescrições do código de obras da Prefeitura e baseada nas normas brasileiras”. Os reservatórios superior e subterrâneo ambos com capacidade para 30.000 litros e 100.000 litros respectivamente foram construídos em concreto armado, rebocado e impermeabilizado de acordo com o caderno de especificações de encargos

da segunda etapa da obra.

As portas de entrada dos apartamentos foram entregues em freijó ou em cedro e folheadas com embuia. As portas internas seguiram o mesmo padrão, com exceção das portas dos banheiros e cozinha, que receberam pintura nas suas faces. As portas das varandas também foram entregues em freijó, com espessura de 3 cm e caixilhos internos para receber os vidros. Os portões das entradas são em ferro batido em duas folhas, seguindo o mesmo padrão para todas as portarias. Nas áreas de serviços e banheiros foram utilizados basculantes em madeira e vidro com espessura dupla, opacos ou do tipo martelado.

Todas as salas e quartos foram pavimentados com tacos de acapú, pau amarelo ou sucupira, de 0,08 m x 0,24 m. Foram utilizados pastilhas ou cerâmica Portland CCB em todos os pisos dos banheiros e "halls" dos elevadores principais. Os pisos das varandas, copas e cozinhas foi utilizado com cerâmica São Caetano ou pastilhas. Os pisos das varandas de serviço, lojas, entrada de serviço, levaram ladrilhos hidráulicos e/ou Pastilha. Todos os banheiros, sanitários das lojas, copas e cozinhas, levaram azulejos brancos nacionais até a altura de 10 fiadas e mais meio-boleado.

Em reportagem para o jornal "A Província do Pará", Feliciano Seixas, apresentava alguns dos diferenciais construtivos do primeiro bloco do conjunto para aquele período:

O Edifício Manuel Pinto da Silva é todo construído em concreto armado, isto é um conjunto de colunas e vigamento contínuo, seus seis pilares centrais, são, pode-se dizer, os pilares de maior carga construídos em Belém, capazes de suportar quatrocentas toneladas, a taxa de transmissão ao terreno, é, nas colunas de maior carga, de um centímetro quadrado. Possuirá também o maior vão livre construído em prédio de grande porte em Belém, com cerca de 10 metros, bem como sua sacada se projeta sobre a rua com três metros e vinte e cinco centímetros, sendo, pode-se dizer a maior sacada já construída no norte do Brasil (...) (A Província do Pará, 24 de fevereiro de 1949, p. 8).

Outros diferenciais acerca do primeiro bloco recém-inaugurado foram citados em reportagem para o jornal A Província do Pará em 27 de dezembro de 1951, p. 6 como:

Foram utilizadas as melhores ferragens do Brasil, fabricadas pela La Fonte. O salão térreo e áreas molhadas estarão revestidos com pastilhas de porcelana, o conjunto quando concluído será servido de quatro elevadores da marca "SWISS" líder de mercado a nível nacional, o salão térreo com 700 metros quadrados cujo pé direito será de 6,30 metros terá fechamento externo feito em cristal, o que proporciona uma "perfeita visibilidade de todas as dependências do mesmo", a iluminação externa do edifício construído é toda indireta, "proporcionando uma vista deslumbrante" da cidade.

Nesse período o sistema de geração de energia elétrica na capital era limitado, com constantes interrupções no serviço de fornecimento de energia, o que causaria sérios problemas aos moradores de um prédio de 26 andares (CHAVES, 2011, p. 71). Visando esse e outros problemas de infraestrutura urbana, o prédio foi construído com tubo e incinerador de lixo, estação própria de força e luz, com capacidade geradora de 450 KW, poço artesiano, cisterna e reservatórios elevados.

No 26º pavimento do bloco mais alto funcionou o Restaurante Terrace e suas dependências assim como a casa de máquinas dos elevadores. Pode-se afirmar que a vista mais privilegiada de Belém estava ali localizada, tendo um amplo campo de visão de aproximadamente 360º da cidade. Tornou-se assim, como se pode ver abaixo em um dos anúncios do restaurante, publicado no Guia turístico do Pará, um ponto turístico de Belém.



Figura 08: Anúncio publicado no Guia turístico do Pará no ano de 1967.

Fonte: Guia turístico do Pará, em UFPA 2.0.

O Restaurante de propriedade de Maria Moura Pinto da Silva tinha menu de pratos regionais e internacionais, afirmava ser “a melhor cozinha de Belém”, frequentado pela alta sociedade belenense, ia mais além da função de restaurante e mirante da cidade, recebendo também eventos privados.

No Terrace do Edifício Manuel Pinto da Silva aconteceu ontem um elegante show desfile. Foram mostradas as últimas novidades em roupas de réveillon e penteados, usaram a passarela: Jacemira Pinto, Carol Gaby e Edinete Macedo. Em meio ao desfile, apresentação dos cantores: Eloy Iglesias, Walter Bandeira e Gedy Lee (Diário do Pará, 20 de dezembro de 1987, D-3).

O autor do projeto arquitetônico comenta em notícia publicada em um dos jornais locais acerca do lançamento do projeto e de sua luta em conjunto com o proprietário para que o Edifício possuísse um cinema, que seria o maior da região norte, capaz de comportar até mil e seiscentos espectadores. Apresenta em seguida as características arquitetônicas do cinema que estaria localizado no térreo do Edifício, utilizando o Cinema Olympia como comparativo.

Estive pessoalmente com o Sr. Edgar Ribeiro, representante da Empresa São Luiz, Ltda., e o proprietário do Edifício, Sr. Manuel Pinto da Silva, algumas conferências com a finalidade de introduzirmos no projeto do referido Edifício um cinema para mil e seiscentos espectadores, incluindo-se a plateia e o balcão. Preliminarmente acordados neste ponto, iniciei imediatamente a transformação do projeto e consegui, depois de um mês de trabalho consecutivo, encaixar um cinema no primeiro andar do Edifício com subidas e descidas por rampas independentes, absolutamente dentro das normas mais avançadas para salas de espetáculos. Para se ter uma ideia, do que seria esse salão de projeções, basta dizer, que ele teria de largura, o dobro do atual Cinema Olímpia e mais um metro, e pela sua atual profundidade de trinta e cinco metros (A Província do Pará, 24 de fevereiro de 1949, p. 8)

A altura do bloco mais alto chamava a atenção de todo o centro da cidade, medindo aproximadamente 108 metros de altura, inserido em um contexto histórico onde os poucos edifícios existentes da cidade não passavam de 12 pavimentos de altura, o bloco mais alto dominava imponentemente a paisagem urbana. Por muitos anos foi Edifício mais alto do norte do Brasil. Na fotografia abaixo (figura 09) é possível perceber parte dos bairros Reduto e Nazaré, onde as construções baixas e o lotes vazios dominavam a paisagem, fazendo com que o conjunto se destacasse imponente no cenário urbano.



Figura 09: Vista aérea do Edifício em 1959.  
Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Os construtores tinham consciência de que haviam realizado algo com um significado tão grandioso que ultrapassava os limites da história das construções do Pará. A certeza de que eles tinham consciência do longo alcance obtido com seu trabalho advém não apenas da iniciativa deles de divulgarem a quantidade de cada material com o qual haviam lidado, no anúncio da inauguração do prédio, a altura do prédio foi comparada não com as alturas de outras edificações semelhantes do Pará, do Brasil, ou mesmo, do mundo, mas, com as alturas de todas as grandes estruturas construídas pelo homem, até aquela data. Para que não restasse nenhuma dúvida, no texto do anúncio, o empresário Manuel Pinto da Silva declarou: ele estava entregando a Belém - não um dos mais altos prédios já edificados -, mas “uma das mais altas construções do mundo” (COIMBRA, 2011).

Como pode-se observar na relação abaixo, segundo a mesma, o Edifício estaria em décimo quinto lugar e seria o terceiro maior edifício do Brasil, atrás apenas do Banco do Estado de São Paulo e do Banco do Brasil, ambos em São Paulo, fato esse que fazia chamar atenção para uma cidade localizada do Norte do Brasil, longe do eixo de desenvolvimento Sul-Sudeste.

Pode parecer incrível, mas o Brasil possui algum dos maiores edifícios do mundo como se vê pela seguinte relação.

Empire State Building, New York, 381 metros;  
 Chrysler Building, New York, 319 metros;  
 Torre Eiffel, Paris, 320 m;  
 Torre de Radio-Koen 1, agawusterhouse, 283 m;  
 Rockefeller Center, New York, 259 m,  
 Bank Of Manhattan, New York, 255 m;  
 Woolworth Building, New York, 241 m;  
 Museu Nacional de Turim, Turim, 164 m;  
 Banco do Estado de São Paulo, São Paulo, 161 m;  
 Mosteiro de Ulm, Ulmer Münster, 161 m;  
 Catedral da Colônia Alemanha, Colônia, 156 m;  
 Banco do Brasil, São Paulo, 145 m;  
 Pirâmide de Quéops, Egito, 137 m;  
 Catedral de São Paulo, Londres, 111m;  
**Edifício Manuel Pinto da Silva, Belém do Pará, 108 m;**  
 Edifício Martinelli, São Paulo, 105 m;  
 e Estação D Pedro II, Rio de Janeiro, 100 m.  
 (Tribuna (Rio de Janeiro), 17 de julho de 1964. 2 Caderno, p. 5, *grifo nosso*)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das características mais positivas da arquitetura modernista brasileira foi o domínio da tecnologia construtiva do concreto armado. Feliciano Seixas enfatiza em uma entrevista para o jornal A Província do Pará, em 1 de janeiro de 1950 (p. 3) que o Edifício Manuel Pinto da Silva “é todo construído em concreto armado”, “seus seis pilares centrais, são, pode-se dizer, os pilares de maior carga construídos em Belém”, possuindo também o “maior vão livre construído em prédio de grande porte em Belém, com cerca de 10 metros”, bem como suas sacadas se projetam para a rua com três metros e vinte e cinco centímetros, sendo, pode-se dizer a maior sacada já construída no norte do Brasil”, tais afirmações defendem quão grandioso e inovador viria a ser aquele Edifício.

A incorporação de elementos de proteção ao sol, ou de soluções arquitetônicas que favorecem a circulação de ar para amenizar o calor, legitimaram o modernismo nos trópicos. As largas sacadas, vão dar às obras modernas no Brasil características diferenciadas das obras do modernismo na Europa. Embora exteriormente a volumetria pura e curva do edifício fosse considerada como uma grande inovação no contexto local, interiormente, os apartamentos continuavam excessivamente compartimentados, buscando adaptar os modernos arranha-céus a “grupos sociais ainda acostumados ao ecletismo dos elegantes e espaçosos palacetes, chalets e bungalows construídos em lotes generosos que na primeira metade do século XX davam o tom das moradias das classes médias e altas” (CHAVES, 2011, p. 71).

Observa-se que o Edifício modificou o *skyline* da cidade, implantando o “arranha-céu” na paisagem, onde os seus três blocos de concreto armado destacaram-se orgulhosamente entre o casario rasteiro aos seus pés. Se até então os maiores edifícios não ultrapassavam os 12 pavimentos, o Edifício mais que dobrava esse gabarito. Contribuindo assim para a construção da imagem de cidade moderna que o governo de Belém pretendia alcançar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVOLO, L. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BROWNE, E. **Ler plantas e aprender arquitetura**. In: Revista Projeto Design. São Paulo: n. 198, jul. 1996.

CHAVES, C. C. de S. P. **Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém**. Vitruvius, 2008.

CHAVES, C. C. de S. P. **Modernização, inventividade e mimetismo na arquitetura residencial em Belém entre as décadas de 1930 e 1960**. Revista Risco: revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, São Paulo, n. 4, p.145-163, fev. 2008.

CHAVES, C. C. de S. P.; SILVA, G. V. **Antagonismos e afinidades: arte e arquitetura em Belém entre as décadas de 40 e 60**. 9º seminário docomomo brasil, Brasília, jun. 2011.

CHAVES, T. A. P. V. **Isto não é para nós? Um estudo sobre a verticalização e modernidade em Belém entre as décadas de 1940 e 1950**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

CHAVES, C. C. de S. P. **La Arquitectura em Belém, 1930-1970: uma modernización dispersa com lenguajes cambiantes**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona – Barcelona. 2004.

COIMBRA, O. **77 anos do CREA - PA**. Os 4 séculos de exercício das suas profissões. Belém, PA: CREA-PA, 2011.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GASTÓN, C.; ROVIRA, T. **El Proyecto moderno**. Pautas de Investigación. Barcelona: Ediciones UPC, 2007.

GORELIK, A. Prefácio e Introdução em: **Modernidades de Provincia: Estado y Arquitectura en La Ciudad de Santa Fe, 1935-1943**, En: Luis Müller. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé. 2011.

GORELIK, Adrián. **O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização**. In: MIRANDA, Wander Melo (Ed.). Narrativas da modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MAHFUZ, E. **Le Corbusier e a atualização das abóbadas**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/19.217/7248>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

MARQUARDT, S. **A estrutura independente e a arquitetura moderna brasileira**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MELLO, F. de A. **A verticalização em Belém do Pará: um estudo das transformações urbanas e arquitetônicas em edifícios residenciais multifamiliares**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MIRANDA C. S. et.al. **Uma Formação em curso: esboços da graduação em Arquitetura e Urbanismo** - Belém: UFPA, 2015.

OLIVEIRA, J. M. G. C. de. **Produção e apropriação do espaço urbano: a verticalização de Belém**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), FFLCH/USP, São Paulo, 1992.

PENTEADO, A. R. **Belém: estudo de geografia urbana**. Vol I. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

PENTEADO, A. R. **Belém: estudo de geografia urbana**. Vol II. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

RIBEIRO, R. F.; CHAVES. C. C. de S. P. **O Edifício Manuel Pinto da Silva como ideal de modernidade**. III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia – SAMA. Belém, 2018.  
SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1997.

SILVA. J. C. B. **Edifício Manuel Pinto da Silva: uma intervenção no patrimônio de Belém**. Monografia; Especialização em Patrimônio Histórico e Cultural - Universidade Federal do Pará. 2010.

VILLA, S. B. **Um breve olhar sobre os apartamentos de Rino Levi: Produção imobiliária, inovação e a promoção modernista de edifícios coletivos verticalizados na cidade de São Paulo**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 120.07, Vitruvius, jun. 2010.

## JORNAIS

**A Província do Pará.** *O mais alto edifício de Belém! Está o engenheiro Feliciano Seixas construindo à Praça da República o “Edifício Manoel Pinto da Silva”.* 24 de fevereiro de 1949, p. 8

**A Província do Pará.** *A filosofia na evolução da Arquitetura.* 23 de dezembro de 1949, p. 4.

**A Província do Pará.** *O Manuel Pinto da Silva.* 1 de janeiro de 1950, p. 3.

**A Província do Pará.** *Monumental construção enriquecendo a urbanística da capital paraense.* 27 de dezembro de 1951, p. 6-7

**A província do Pará.** *Anúncio de venda das garagens do Edifício.* 23 de dezembro de 1969, p.3

**Diário do Pará.** *Umás & outras.* 20 de dezembro de 1987, D-3.

**Folha do Norte.** *Ranking das construções mais altas do mundo.* 17 de abril de 1960, p. 12.

**Folha do Norte.** *Anúncio do Escritório Feliciano Seixas.* 7 de abril de 1960, p. 5.

**Jornal do Commercio.** *Os novos architectos.* 4 de janeiro de 1938, p. 8.

**Tribuna.** *Cartas.* 17 de julho de 1964. 2 Caderno, p. 5.

**Última hora.** *O homem que construiu sozinho um arranha-céu. Manuel Pinto da Silva – o pioneiro.* 8 de julho de 1961, p. 4. (Rio de Janeiro).

# **NARRATIVAS FOTOGRÁFICAS DA MODERNIZAÇÃO: O ÁLBUM DA FAMÍLIA PINTO DA SILVA**

**RIBEIRO, REBECA. (1); CHAVES, CELMA (2).**

1. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Pará (PPGAU-UFGPA) (2019), Especialista em Gerenciamento de Obras, Qualidade e Desempenho da Construção (IPOG) (2018) e Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade da Amazônia (2015).
2. Doutora em Teoria e História da Arquitetura pela Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona/Universidade Politècnica da Catalunya (2005), Docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFGPA.

## **RESUMO**

A relação entre a fotografia e construção de narrativas da modernização na história de Belém ainda é um campo aberto para estudos e pesquisas. Utilizando como fonte primária os álbuns de fotografias da família Pinto da Silva, em conjunto com a pesquisa bibliográfica e documental, este artigo visa demonstrar que os elementos, detalhes, enquadramentos e personagens presentes nas cenas registradas, mais que simples capturas de um momento familiar e histórico, buscavam transmitir a imagem de uma cidade moderna e progressista, embora nem sempre em consonância com a realidade vista naquele momento. Propõe-se então uma metodologia que busca tecer uma narrativa através da interpretação das intenções subjacentes contidas nas imagens selecionadas.

**Palavras-chave:** Belém; Fotografia; Modernidade.

## INTRODUÇÃO

A fotografia, no século XIX trouxe novas possibilidades de produção de informação e conhecimento, servindo como instrumento de apoio à pesquisa e como forma de expressão artística (KOSSOY, 2002). Conforme a fotografia foi se popularizando, começam a surgir imagens que mostram o espaço urbano e rural, assim as cidades vêm sendo tratadas como objetos privilegiados pelos fotógrafos. Relacionar arquitetura e memória implica em buscar métodos que auxiliem essa análise de interação entre o homem e o edifício, envolvendo fenômenos e acontecimentos passados, como lançamentos, inaugurações, eventos do cotidiano que possibilitam a interpretação dessas “tramas históricas” (VEYNE, 1992).

A história – “forma científica da memória coletiva” (Le Goff, 2003, p. 426) – é resultado de uma construção, sendo que os materiais que a imortalizam são o documento e o monumento. Daí a importância de valorizarmos todos os tipos de materiais históricos como documento, independente do registro escrito (Le Goff, 2003). De acordo com o autor, a maior revolução da memória está no século XX, com o aparecimento da espetacular “memória eletrônica”. A fotografia foi se firmando como documento dentro de um contexto ao qual Le Goff (2003, p. 531) se refere como “revolução documental”. Esse alargamento do conteúdo do documento intensificou o interesse da história por temas que não mais se apoiavam nos grandes acontecimentos da humanidade, mas sim na memória coletiva.

Para Didi-Huberman (2003), a fotografia proporcionou inegável eficácia às disciplinas do saber que dela se apropriaram. É através de uma arqueologia da imagem na era de sua reprodutibilidade técnica que Georges Didi-Huberman vai procurar se aproximar de uma certa potência paradoxal da fotografia, em sua relação com os saberes, a imagem fotográfica permite abrir o campo da história da arte e reivindicar uma nova relação entre o saber e as imagens (SILVA, 2014).

Didi-Huberman descreveu como um “paradoxo da evidência espetacular” ou um “paradoxo da semelhança fotográfica” (DIDI-HUBERMAN, 2003b, p. 59 *apud* SILVA, 2014). É sempre creditado um valor de verdade à fotografia: não a de um significado, mas a evidência da existência de seu referente, como afirmam os defensores de um paradigma indiciário. “E desta forma, sempre nos fornece algum sentido”. Porém, “é

essa sua exatidão?”, questiona o autor (DIDI-HUBERMAN, 2003b p. 61). O autor define a fotografia como uma prática de facticidade. “Facticidade é a dupla qualidade daquilo que é de fato (irrefutável, mesmo que contingente) e daquilo que é artificial” (SILVA, 2014).

Enquanto documento, as fotografias “são especialmente valiosas, como evidência da cultura material do passado, pois as imagens revelam ou implicam a respeito de ideias, atitudes e mentalidades em diferentes períodos” (BURKE, 2017, p. 123). Essas imagens são importantes na “reconstrução da cultura cotidiana de pessoas comuns, sua forma de habitação” e de vestir-se, além disso, é importante para visualizar as “paisagens” de cidades, pois desaparecidos os cenários, personagens e vestígios da cultura material, sobrevivem, quando possível, os documentos.

A fotografia é uma fonte histórica, como um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente. Assim as imagens que contenham um reconhecido valor documentário são importantes pois representam um meio de conhecimento da cena passada, portanto, uma possibilidade de resgate da memória do homem e do seu entorno sociocultural. Trata-se da fotografia enquanto instrumento de pesquisa, prestando-se descoberta, análise e interpretação da vida histórica (KOSSOY, 2012).

O documento, seja ele escrito ou não, resulta de uma produção ou montagem, consciente ou inconsciente da história por uma determinada época e sociedade que o produziu. Segundo nos diz Le Goff (2003, p. 548) é como uma roupagem, uma montagem, que pode ou não ter uma aparência enganadora, sendo assim preciso analisar esses documentos a partir de uma reflexão crítica. Para o autor a fotografia está entre os grandes documentos para se fazer história, por consistir de provas de que algo aconteceu.

A fotografia produzida no passado também pode ser considerada um monumento, pois, como destaca Le Goff (2003, p. 537-538), todo documento reflete “o esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente determinada imagem de si próprias”.

Toda interpretação, seja ela textual ou visual traz consigo a subjetividade do autor, a

fotografia não se torna uma verdade absoluta, ela também é passível de uma aparência enganadora, o que Burke (2017) chama de uma “visão pintada”. O esforço nessa análise dos vários significados que uma fotografia antiga pode carregar amplia-se em uma dimensão epistemológica quando a interpretação se torna instrumento de conhecimento e pesquisa. Antes de tentar ler imagens “entre as linhas”, e de usá-las como evidência histórica, é prudente começar a compreendê-las pelo seu sentido. Panofsky insistia na ideia de que imagens são parte de toda uma cultura e não podem ser compreendidas sem um conhecimento daquela cultura. Para interpretar a mensagem, é necessário familiarizar-se com os códigos culturais, da mesma forma, sem um conhecimento razoável da cultura clássica nós não conseguimos ler um grande número de pinturas ocidentais, reconhecer referências a incidentes da mitologia grega ou, digamos, da história romana (BURKE, 2017, p. 59).

Nenhuma imagem é capaz de ser o espelho de todo o real, nenhuma imagem é absoluta. Ela será sempre parcial e passível de diversas interpretações. Didi-Huberman (2003, *apud* SILVA, 2014), afirma que “uma imagem é feita para ser olhada por outro”. Pesquisar através de imagens implica em um trabalho de investigação minuciosa e detalhada com o objetivo de uma reflexão crítica. As imagens, assim como os textos necessitam ser lidas nas “entrelinhas, observando os detalhes pequenos, mas significativos incluindo ausências significativas usando-os como pistas para informações que os produtores de imagens não sabiam que eles sabiam, ou para suposições que eles não estavam conscientes de possuir.” (BURKE, 2017, p. 282).

Imagens oferecem evidências sobre a organização e o cenário de acontecimentos grandes ou pequenos, toda imagem conta uma história, montada ou não, cabe ao historiador interpretá-la. A imagem é, portanto, uma importante ferramenta quando fornece informações sobre os objetos, pessoas, determinada época ou acontecimento que possui fontes escassas de informação.

As fotografias, como todos os documentos, monumentos e objetos produzidos pelo homem, têm atrás de si uma história, como já foi dito antes. O que se propõe neste momento é a utilizar as fotografias como método para a construção desta historiografia, possibilitando assim uma aproximação maior com a realidade, pois as imagens e a memória de quem viveu no período de construção do edifício podem fornecer interpretações preciosas e únicas para o desenvolvimento da pesquisa.

## AS FOTOGRAFIAS E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Concebida inicialmente como espelho do real, a fotografia foi revestida de um caráter documental, sendo chamada a dar conta das profundas e rápidas transformações pelas quais passavam as grandes cidades. Era comum as administrações municipais contratarem fotógrafos a fim de registrar bairros inteiros que sofreriam reformas urbanas (POSSAMAI, 2008, p. 68).

Para dar lugar à cidade de feições modernas, o passado colonial era removido, a partir do alargamento de ruas e da consequente demolição dos casarios e dos sobrados. Foi nesse ambiente que os fotógrafos buscaram referenciais de um imaginário de modernidade que surgiam com as modificações provocadas pelas reformas instauradas pelo governo.

A exemplo de outras cidades brasileiras, Belém durante as primeiras décadas do século XX, possuía imagens fotográficas que a projetavam com um visual tido como moderno. Assim, amplas avenidas, altas edificações, monumentos, automóveis, iluminação elétrica, os bondes e as praças remodeladas foram fotografados a partir de opções formais que comportam os sentidos desejados, de certa forma ocultando o que não deveria ser mostrado, o casario rasteiro predominante na cidade, os alagamentos, as ruas sujas e os terrenos vazios.

O conjunto dessas imagens, reunidas em álbuns da cidade e relatórios municipais, mostra a nova paisagem urbana dos espaços modernizados em detalhes e que permite ser analisado como testemunho objetivo das modificações físicas ocorridas durante o período (PEREIRA, 2006, p. 38)

Pode se perceber que era necessário propagar a imagem de uma nova mentalidade que se formava em relação ao “progresso”, refletida através das reformas urbanas. A fotografia, com as diferentes finalidades – comerciais, políticas, institucionais, entre outras – representou, entre o final do século XIX e início do XX, um dos mecanismos principais de divulgação através dos álbuns de cidade, de cartões postais, da imprensa, em especial, das revistas ilustradas da época (PEREIRA, 2006, p. 89).

Observando a antiga Avenida 15 de Agosto - atual Avenida Presidente Vargas - como

uma das mais importantes da cidade, onde se localizavam os melhores hotéis, cinemas, teatros e estabelecimentos comerciais, os governantes entenderam esse espaço como o ideal para representar um microcosmo de cidade moderna. A tentativa de modernizar-se se expressava nas notícias veiculadas nos jornais exaltando as fotografias das novas construções e nos anúncios da imprensa representavam a imagem de uma cidade ordenada.

O edifício de apartamentos, a partir da década de 1940 veiculava uma imagem de progresso e avanço técnico, em que o crescimento vertical e a nova forma de morar criaram um imaginário de modernidade. O público que passou a habitar os apartamentos modernos era elitizado e novas necessidades caracterizavam seu modo de morar. Tudo era novo, o espaço e a tecnologia, em um grupo social que tinha a intenção de acompanhar a modernidade.

A verticalização na construção começara a se intensificar mostrando-se como o caminho do desenvolvimento e progresso, ao mesmo tempo em que condicionava a cidade a partir disso o estado de “moderna”. Assim, a difusão de práticas, materiais e tecnologias inovadoras, das quais o arranha-céu é exemplo, poderia ser considerada fenômeno efetivamente modernista. A cidade é como um ateliê para os fotógrafos, além disso, é um discurso imagético representando uma dimensão simbólica das transformações. O olhar e o próprio sentido da cidade são apresentados de formas diferenciadas para a elite, os trabalhadores, os artistas e os fotógrafos (PEREIRA, 2006, p. 175).

A realidade econômica de Belém durante a década de 1930 era difícil, as administrações municipal e estadual se empenhavam em tornar a imagem da cidade mais agradável e promoveria então as primeiras iniciativas de transformações, com o objetivo de diferenciar a nova ordem política das gestões anteriores. Destaca-se nesse contexto, a Avenida 15 de Agosto (atual Avenida Presidente Vargas).

Foi desde a então Avenida 15 de Agosto que a cidade passara a ser "vitrine das modernas tendências arquitetônicas" (CHAVES, 2008, p. 4, *online*). É em sua extensão que se pode observar a evolução de uma arquitetura intimamente ligada à nova diretriz política de modernização que o governo central estabelece em todo o país, através da construção das novas sedes das instituições públicas. Foi também

nessa Avenida, que empresários e comerciantes instalaram suas empresas, incentivados pelas medidas tomadas pelo poder público para torná-la mais atraente e adequada aos novos edifícios que ali surgiriam. O incentivo mais importante para que a Avenida fosse tomada de modernas tendências arquitetônicas foi dado pelo governo municipal, ao facilitar a aquisição de seus terrenos pelos comerciantes e instituições que pretendiam ali construir.

Durante a década de 1940, sedes governamentais como consulados, agências bancárias e órgãos públicos ainda se instalavam nos edifícios construídos na fase da economia da borracha. A sede dos Correios e o Edifício dos Comerciários (uso misto) foram inaugurados em 1940 e a sede da empresa Booth Line em 1945. Posteriormente foram construídos na Avenida dois edifícios de uso misto e de grande porte, o Importadora em 1954, e Palácio do Rádio em 1956, dois anos mais tarde foi inaugurado o edifício do IAPI, hoje Edifício INAMPS (CHAVES, 2016, p. 8).

Ali havia ainda a principal praça da cidade, a Praça da República, a área circunvizinha concentrava a maior quantidade de entretenimento, como o Teatro da Paz, o terrasse do Grande Hotel, a Cervejaria Paraense, o Café da Paz, a Mercearia Vesúvio entre outros. Essas construções e outras tornavam a Avenida em um centro econômico e cultural, da cidade.



Figura 01: Avenida 15 de Agosto (Atual Avenida Presidente Vargas) entre as décadas de 1940 e 1950.  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A fotografia acima apresenta um panorama da antiga Avenida 15 de Agosto, hoje Avenida Presidente Vargas, com destaque para os edifícios altos e predominantemente comerciais. Nela, a ideia de modernidade é nítida. O ângulo da fotografia prioriza o túnel formado pelos edifícios, reforçando a ideia de uma cidade vertical. A ideia de passar essa feição imponente é apresentada em vistas horizontais, onde aquele contexto é sempre valorizado. No entanto, essa era a única Avenida verticalizada de Belém. Todos os poucos arranha-céus existentes se localizavam nessa. Fora do ângulo fotografado a referência imagética certamente seria de uma cidade predominantemente horizontal.

As fotografias das edificações adquirem autonomia em relação aos seus referentes, transformando-se em atrativos simbólicos, a despeito da situação da edificação em si. Na sua produção se utilizam artifícios formais que valorizam as características arquitetônicas, proporcionando uma visualidade que o edifício in loco, pela sua grandiosidade, não possibilitaria (POSSAMAI, 2008, p. 76).

O crescimento vertical que marcou o processo de urbanização ao longo do século XX não visou apenas a otimização dos investimentos imobiliários, mas também a representação simbólica da modernização urbana, por meio do uso da imagem do "arranha-céu". Possamai (2008, p. 76) corrobora que principalmente os edifícios de altura elevada poderiam aparecer "isolados e descontextualizados" em fotografias urbanas, dando maior relevo a sua visão. São imagens que isolam edifícios do seu contexto urbano, tornando-se referência simbólica nos álbuns fotográficos.

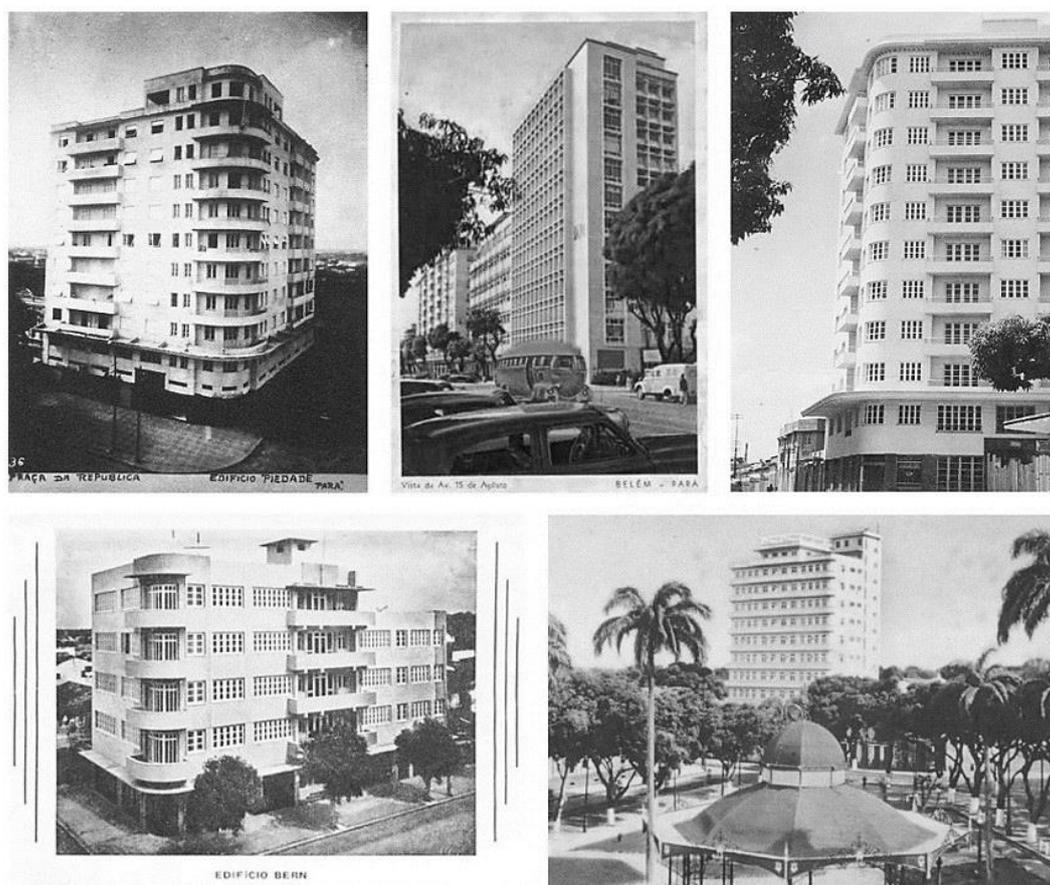


Figura 02: Cartões Postais da Cidade de Belém ao longo da antiga Avenida 15 de Agosto (Atual Avenida Presidente Vargas) entre as décadas de 1940 e 1950.

Fontes: Blog Fragmentos de Belém, Blog Lexicar, Blog Fragmentos de Belém, Mercado Livre e acervo da Família Pinto da Silva respectivamente.

Diferentemente das imagens anteriores, nota-se que boa parte dos edifícios construídos ao longo da antiga Avenida 15 de Agosto foram fotografados na vertical e isoladamente do seu contexto, valorizando-o como uma unidade morfológica. Esses edifícios, se apreciados em seu contexto tornariam visível talvez o que se desejou ocultar, possivelmente baixos casarios ainda com características coloniais ao redor, ruas sujas, sem pavimentação ou terrenos vazios.

Os jornais da época anunciavam as obras desses edifícios em matérias como “A modernização de Belém” onde fotografias isoladas dos edifícios já construídos ou ainda em construção ilustravam o progresso da cidade.

Verdadeiros arranha-céus começaram erguer-se recentemente em diversos pontos da cidade, debruçados sobre o telhado do casario antigo que ainda remarca uma época passada e relembra a nossa formação histórica. Com seus soberbos edifícios, o centro de Belém já apresenta características de metrópole. Considerada a capital da Amazônia, não há negar que somente agora com essas grandiosas massas de

concreto, vai Belém assumindo realmente a posição geográfica já lhe conferira. Em sua faina quotidiana, nos seus vai-e-vens constantes pelas nossas ruas, praças e avenidas, a população não se apercebe do crescimento e desenvolvimento da nossa capital, e certamente há de se surpreender diante das fotografias que ilustram essa página e que fixam a majestosidade de alguns edifícios de nossa capital [sic] (A província do Pará, 21 de fevereiro de 1948, p. 5).

A partir dessas observações, pode-se considerar que as imagens desses edifícios isolados tiveram como o objetivo representar visualmente uma tendência em direção à modernidade urbana, por se constituírem como um símbolo do imaginário moderno. Essa modernização não estava restrita apenas a melhorias urbanas, incluía as representações culturais de modernismo, expressas pelo modo de vida da população. Outros alvos dos fotógrafos nesse período foram os automóveis e os bondes, sejam estacionados ou circulando, assim como o movimento intenso de pessoas, estavam presentes em grande parte das fotografias divulgadas da cidade. Tudo isso provocava um pensamento rumo ao progresso que oferecia à população da época a certeza de que vivia um ritmo de cidade moderna.

Para modernizar a via, além da demolição do seu precedente, era necessário abrigar as transformações no modo de vida das pessoas, ou seja, a modernidade deveria vir junto com a modernização. A modernização expressa na verticalização e a modernidade expressa na transformação cultural da população. (Morhy; Lima, 2018, p. 25)

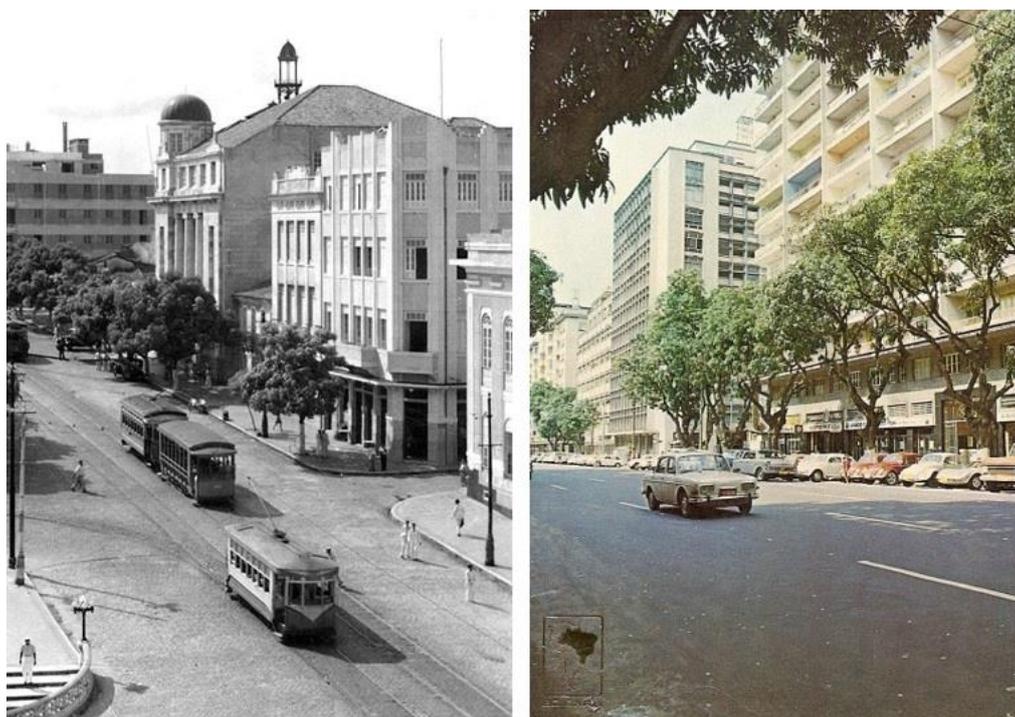


Figura 03: Avenida 15 de Agosto (Atual Avenida Presidente Vargas) nas décadas de 1940 e 1960.

Fonte: Acervo de Allen Morrison e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE respectivamente.

Nota-se na figura 3 que o ângulo das fotografias não foi voltado para o túnel dos edifícios, eles apareciam como consequência, em segundo plano, o foco agora estava voltado para os bondes elétricos ou para os automóveis, mesmo que em períodos distintos, demonstravam o mesmo interesse do fotógrafo. (BURKE, 2017, p. 37) afirma que essas fotografias ou documentos precisam ser contextualizados porém isso nem sempre é fácil.

As cidades eram as paisagens mais frequentes dos cartões-postais, principalmente as que cresciam e se tornavam modernas, entretanto, percebe-se no postal acima que esse “novo” modo de vida também era retratado e divulgado, era de interesse do governo que Belém atingisse ou chegasse perto do *status* das grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo.

A partir da década de 1940 os carros passaram a proporcionar o ar de uma nova condição socioeconômica, bem como contribuíram para a segregação entre os grupos sociais, uma vez que os grupos mais abastados passaram a adotar o veículo como o principal meio de transporte, enquanto os bondes ainda existentes conduziam quem não podia custear um carro particular na época.



Figura 04: Avenida 15 de Agosto (Atual Avenida Presidente Vargas) na década de 1950.  
Fonte: Instituto Moreira Salles - IMS.

Nota-se na fotografia acima as calçadas largas, no canto inferior esquerdo da imagem percebe-se uma quantidade considerável de pedestres caminhando, o que poderia

demonstrar o ritmo de uma cidade acelerada. As mangueiras ainda pequenas em frente ao Edifício Palácio do Rádio indicam que esse visual é recente. Os edifícios altos compõem a imagem da cidade em evolução, esses edifícios em sua maioria, não disponibilizavam vagas de garagem, a via pública passou a ser a única opção de estacionamento, ponto esse que o fotógrafo fez questão de valorizar, o Dodge Kingsway ano 1951 estacionado abaixo das mangueiras, enquanto outros veículos circulavam pela Avenida.

Através das fotografias apresentava-se o ideal de cidade moderna, visualmente, pelo espaço urbano remodelado, pelas altas edificações e por novos hábitos sociais, tais como, a presença das pessoas nas ruas, nos cafés, nos cinemas, no teatro e nas livrarias. Essa modernidade, entretanto, era vista ou até mesmo sentida majoritariamente naquele contexto, nos bairros fronteiros a realidade era outra, o que Burke (2017) chama de “ilusões sociais”. Uma cidade predominantemente horizontal, com diversas áreas alagadas, carente de infraestrutura, de abastecimento de água, energia elétrica e saneamento básico.

Na figura 5, ao fundo da primeira fotografia percebe-se o túnel dos edifícios construídos ao longo da Avenida Presidente Vargas e no canto superior esquerdo o Reservatório Paes Carvalho. Na segunda fotografia observa-se a visão aérea de parte do Bairro do Reduto com o Porto de Belém ao fundo. Nota-se os bairros ainda carentes de infraestrutura, com casario predominantemente rasteiro, a presença de fábricas e vilas operárias e ausência de arborização. Percebe-se um contexto antagônico do visto na antiga Avenida 15 de Agosto no mesmo período.



Figura 05: Vista aérea de Belém na década de 1950.  
Fonte: Instituto Moreira Salles – IMS

Os grupos sociais das camadas pobres que circulavam pela cidade não eram os temas principais das fotografias selecionadas nos instrumentos de propagandas. Essa espécie de antagonismo indica características importantes sobre o que foi a promessa de modernidade na cidade de Belém.

O que pode ser desconsiderado é que as fotografias fizeram parte dos mecanismos de propaganda que atendiam aos interesses do governo e parte de um determinado segmento da sociedade belenense. De acordo com Burke (2017) “os retratos registram, não tanto a realidade social, mas ilusões sociais, não a vida comum, mas performances”, cabe ao pesquisador ter a preocupação de observar, nesses registros fotográficos, o que está “visível” e o que está “oculto”.

### VISÕES DA MODERNIDADE: O EDIFÍCIO MANUEL PINTO DA SILVA.

Presente em grande parte dos cartões postais da cidade entre as décadas de 1940 e 1960 está Edifício Manuel Pinto da Silva, um dos mais famosos edifícios construídos na capital. Sua localização estratégica, no final da antiga Avenida 15 de Agosto, por trás do teatro mais importante de Belém, o Teatro da Paz, o fazia impossível de ser indiferente aos olhos dos transeuntes e de fotógrafos.



Figura 06: Postal da cidade com o primeiro bloco do Edifício Manuel Pinto da Silva na década de 1950.

Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

No postal acima aparece parcialmente a Praça da República com o destaque entre as mangueiras para o recém construído primeiro bloco do edifício, inaugurado em 25 de dezembro de 1951 com doze pavimentos e projetado pelo Arquiteto e Engenheiro paraense Feliciano Seixas. Percebe-se na fotografia que não existiam edifícios ao seu redor, talvez a intenção do fotografo fosse a de demonstrar sua grandiosidade nesse contexto, reinando absoluto na paisagem. Ao lado do edifício ainda se encontrava a Casa Outeiro, um Edifício eclético com função comercial, conhecido no centro da cidade, onde comercializava-se “secos e molhados”, de vinhos finos e licores a gêneros alimentícios, anunciados em suas fachadas.

Nesse contexto o Edifício Manuel Pinto da Silva une o que foi tradição com o moderno edifício em altura, um símbolo de progresso. Suas amplas sacadas com quinas sinuosas ressaltam a inserção urbana do volume, amenizando o calor e protegendo da insolação. Em sua composição formal, o ritmo constante, ou seja, a usual repetição de elementos semelhantes marca a fachada principal do bloco.



Figura 07: Fachada da loja situada no térreo do Edifício “A automobilista”.  
Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

A fotografia acima apresenta a fachada da loja “A automobilista” de propriedade do

mesmo dono do Edifício, o português Manuel Pinto da Silva. A loja comercializava veículos da marca Studebaker, Simca, Mack, tratores, motores, máquinas agrícolas, peças e acessórios para carros, caminhões e ônibus, maquinários e ferramentas para oficinas mecânicas, materiais elétricos, eletrodomésticos e afins. Na calçada larga estão em exposição alguns tratores da loja, nota-se à frente deles que as mangueiras haviam sido plantadas recentemente. A presença de lojas de automóveis importados também fazia parte do contexto do progresso, os anúncios de jornais da época adjetivavam esses carros como “verdadeiramente revolucionários” e com “linhas moderníssimas” (A província do Pará, 18 de maio de 1951, p. 7)

A construção do segundo bloco, o mais alto do conjunto, iniciou logo em seguida, no ano de 1953, conforme consta no caderno de registro de obras do Conselho Regional de Engenharia - CREA. Passaram-se nove anos entre a inauguração do primeiro e os outros dois blocos. Os três blocos do conjunto foram inaugurados no dia 17 de abril de 1960, exatamente quatro dias antes da conclusão de Brasília, inaugurada no dia 21.

A altura do prédio chamava atenção de todo o centro da cidade, medindo aproximadamente 108 metros de altura, inserido em um contexto histórico onde os poucos edifícios existentes da cidade não passavam de 12 pavimentos, o bloco mais alto dominava imponentemente a paisagem urbana (RIBEIRO, CHAVES, 2018). A partir de então, o conjunto passou a fazer parte do cartão postal mais famoso da cidade, visto por diferentes ângulos.



Figura 08: Cartões postais da Praça da República em Belém.  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O cartão-postal foi um meio de comunicação ajustado a essas necessidades de rapidez de divulgação das imagens. Surgiu na Europa e logo ganhou popularidade, atraindo também a atenção dos artistas, entre eles os fotógrafos que perceberam através desse meio uma forma de vincular seus trabalhos e levá-los ao grande público. Para Kossoy (2002, p. 82), esse tipo de fotografia, feita no mundo todo, levava a uma leitura direcionada das cidades. Possivelmente nos postais acima a intenção do

fotografo seria o apresentar a Praça da República e seus monumentos. O Edifício aparece em segundo plano, porém ganha destaque pela sua altura quase sempre no centro da imagem. Os postais acima têm em comum espaços sem pessoas, o que pressupõe as contradições sentidas com a modernização suscita nas cidades, cuja presença intensa de pessoas dita o dinamismo de cidades em evolução.

O Edifício transformou de uma vez por todas o *skyline* da cidade, implantando o “arranha-céu” na paisagem da Amazônia. O posicionamento mais comum escolhido pelos fotógrafos era a sua vista em diagonal, onde se podia capturar a maior parte de suas duas fachadas principais, realçando sua monumentalidade.

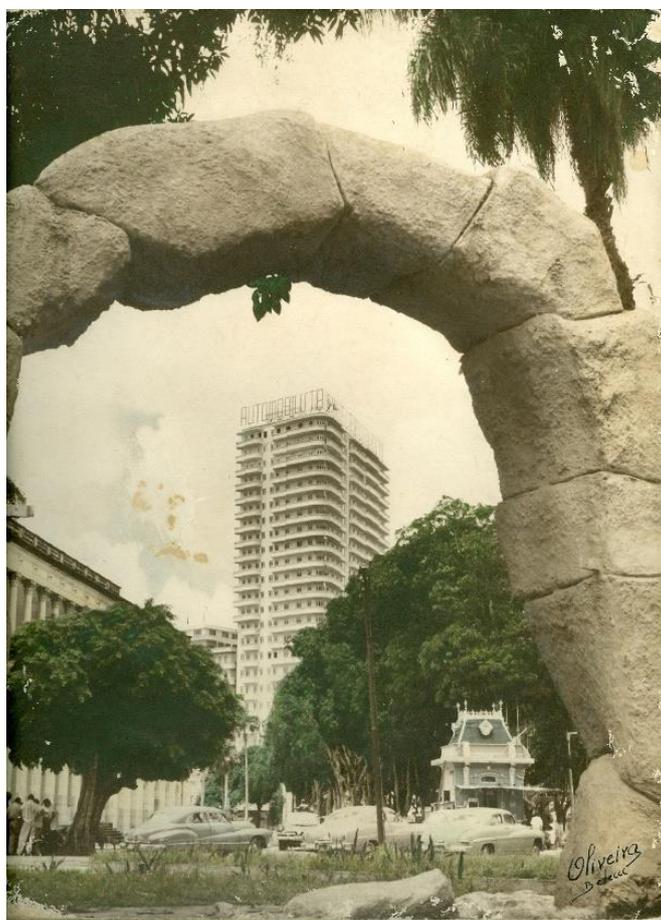


Figura 09: Fotografia da Praça da República em Belém com o Edifício ao fundo.  
Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Na figura acima (09), o Edifício foi centralizado propositalmente entre os arcos da Praça. O Teatro da Paz encontra-se no canto esquerdo, ao lado direito o Bar do Parque. Nota-se a presença considerável de veículos e pessoas, a incorporação desses elementos em movimento no espaço urbano dá dinamismo à imagem,

representando fotograficamente um dos principais atributos do urbanismo moderno, o dinamismo.

O Edifício Manuel Pinto da Silva foi por muitos anos o Edifício mais alto do norte do Brasil. No anúncio do Jornal Folha do Norte, do dia 17 de abril de 1960, página 12, é publicada a lista e a respectivas alturas das “mais altas construções do mundo”, segundo esta lista o Edifício Manuel Pinto seria o décimo sexto colocado no *ranking* das construções mais altas.

## **IDEAIS DE PROGRESSO NO ÁLBUM DA FAMÍLIA**

O álbum fotográfico é uma forma de arquivar imagens e de documentar, mas também é uma narrativa. Nesse sentido, os álbuns fotográficos familiares vão além de documentar e arquivar fotografias de membros de uma família, são narrativas que contam histórias (SILVA, 2008).

A Família Pinto da Silva ficou mais conhecida em Belém nos anos 1940, pois seu patriarca atuava em diversas áreas, como agricultor, empresário e construtor. Possuía a época as empresas: “Agroindustrial Benfica Ltda.”, “Serraria Mapinva”, “Granja Santo Amaro”, “A automobilista” e postos “Studebaker”. Obteve seu maior reconhecimento com a inauguração do maior edifício do norte do Brasil, o Edifício Manuel Pinto da Silva.

Pereira (2006, p. 30) descreve que em Belém foi comum papelarias e estúdios de fotografia divulgarem, além dos serviços fotográficos, a venda de álbuns, tanto para colecionar as próprias fotografias de família quanto de outras pessoas por interesse particular. O álbum em si, compõe na maior parte dos casos uma série narrativa e diante da perspectiva historiográfica, os álbuns podem ser utilizados como fontes documentais. Os álbuns da Família Pinto da Silva tiveram papel fundamental na elaboração deste artigo, continham fotografias inéditas de acontecimentos importantes que tornaram possível identificar atores envolvidos, narrar e datar eventos que envolveram a construção do Edifício Manuel Pinto da Silva.

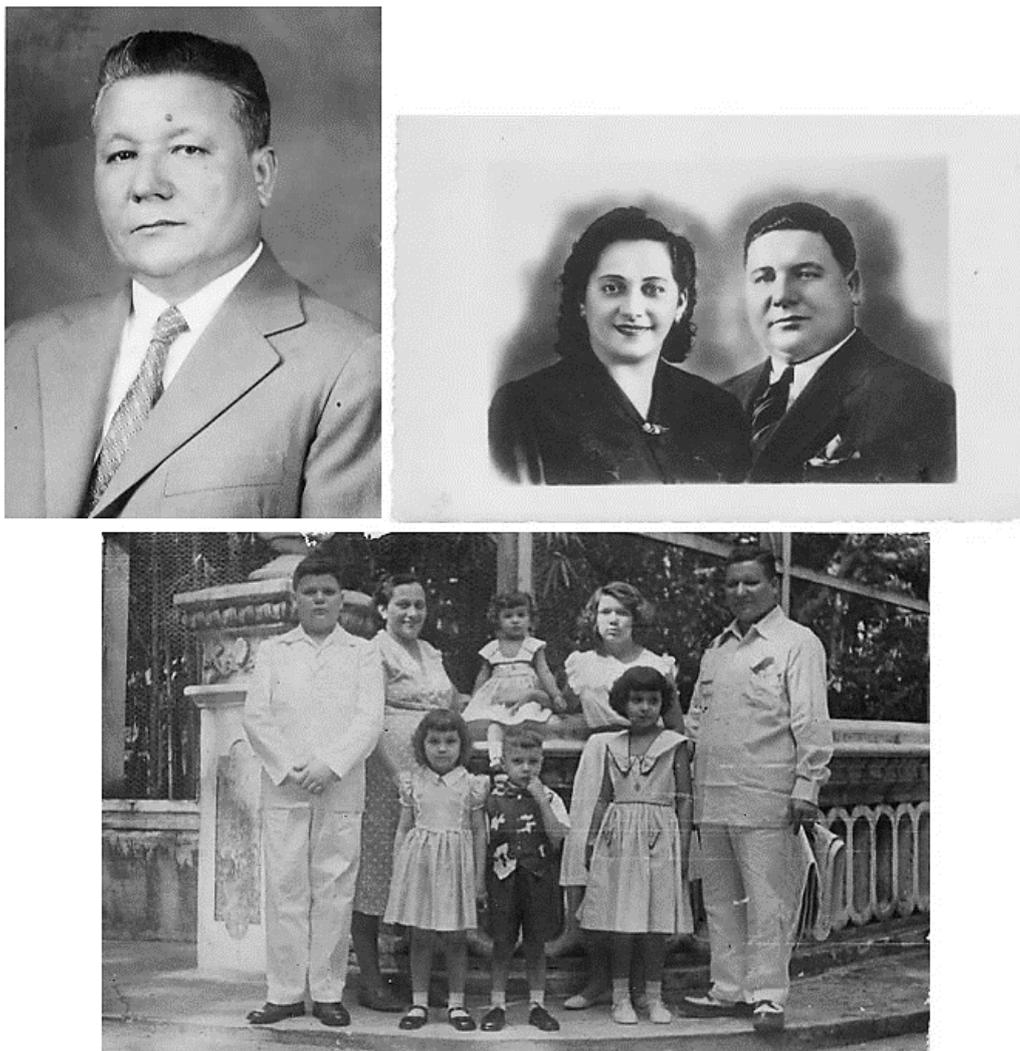


Figura 10: Retrato de Manuel Pinto da Silva, Maria Moura Pinto da Silva e seu esposo, Manuel Pinto da Silva e Parte da Família Pinto da Silva respectivamente.  
 Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Manuel foi um comerciante português, nascido na localidade Conselho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto, em Portugal em 1 de abril de 1914. Veio para Belém ainda pequeno, em 1928, com 13 anos de idade, acompanhado de seu Pai Camilo. Aqui cresceu, construiu seu patrimônio e família. Casou-se em 19 de setembro de 1940 com Maria Moura Pinto da Silva, paraense, nascida na cidade de Belém e aqui tiveram oito filhos: Anna Maria, Antônio Sérgio, Camilo, Eva Maria, Maria Lucia, Maria Helena, Manuel Jr. e Roberto.

Nas fotografias acima estão expressos os diversos papéis sociais identificados pela teatralização da pose e pela utilização de diversos recursos utilizados para valorizar determinada classe social mais abastada, como os trajés e acessórios finos, nota-se

na fotografia em família os sapatos bem lustrados, além de cabelos cuidadosamente penteados, o que transmite a ideia de que houve uma preparação cuidadosa para a produção do retrato, além dos cenários, enquadramentos e o plano de fundo de ambas. No canto direito da fotografia da família é possível identificar que Manuel segura um jornal, fato esse que se repete em outras fotografias do álbum e outras anunciadas nos jornais da época, talvez a intenção seja a de demonstrar um homem culto, atento às notícias e o comércio local. Em 1959 foi eleito o Comerciante do ano pela Associação Comercial do Pará – ACP.

A história da construção do Edifício se entrelaça com o cotidiano da família, hora aparecendo no fundo das fotografias, hora aparecendo como foco principal. Na fotografia abaixo, o fotografo captou uma cena em que Manuel Pinto está reunido em seu escritório tratando provavelmente de negócios considerados para ele importantes, por isso a presença do fotógrafo, parte da maquete original do edifício aparece ao fundo. Novamente a forma como a cena se apresenta passa a ideia da teatralização descrita acima.



Figura 11: Manuel Pinto em reunião no seu escritório.  
Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

A primeira inauguração do “monumental Edifício” (Revista Ilustração Brasileira, Ano XLIII, nº 201, janeiro de 1952 – Rio de Janeiro, p. 4) foi notícia nos jornais e revistas locais e de fora do Estado. O bloco inaugurado seria futuramente uma das menores partes do conjunto. As cerimônias de inauguração de edifícios e pontos comerciais

nesse período tinham algumas características similares: a presença de autoridades estaduais, municipais e eclesiásticas, a fita simbólica cortada por um representante do Estado, a bênção do prédio por servidores oficiais da igreja e a recepção aos convidados eram noticiadas nos jornais e rádios locais.



Figura 12: Momentos de inauguração do primeiro bloco do Edifício.  
Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

A fotografia acima apresenta primeiramente o Governador do Estado, Alexandre Zacarias de Assunção cortando a fita simbólica de inauguração do Edifício, acompanhado pelo seu lado esquerdo de Manuel Pinto da Silva e sua família. Ao fundo da cena é possível notar a enorme quantidade de pessoas que acompanhavam aquele acontecimento e os casarões existentes ao longo da Avenida Assis de Vasconcelos. Após o corte da fita simbólica, a comitiva e seus convidados entraram para iniciar a demonstração da obra e as bênçãos, usando o elevador, subiram até o pavimento mais alto, chegando até o terraço.

O Arcebispo Metropolitano de Belém iniciou a bênção do majestoso Edifício, começando do alto e, descendo as escadarias, uma por uma, passando por todas as dependências internas, até o rés-do-chão. Enquanto o senhor Arcebispo procedia a bênção, o senhor Governador do Estado, em companhia do Prefeito e do construtor, engenheiro Feliciano Seixas, percorria admirado todas as dependências do imponente e bem acabado edifício, dando a sua opinião pessoal pelo que observava. O senhor governador nessa oportunidade declarou aos presentes que o arquiteto e engenheiro construtor, senhor Feliciano Seixas é seu conhecido de Campo Grande em Mato Grosso, onde o general servia com o militar a época em que o arquiteto Seixas supervisionava as obras do Cine Teatro Vera Cruz (O Liberal, dia 26 de dezembro de 1951, p. 3).

A segunda cena que ocorre no topo do Edifício, apresenta o Arcebispo Metropolitano de Belém iniciando a bênção, a partir do terraço do Edifício, ao seu lado esquerdo, os senhores Feliciano Seixas, arquiteto e engenheiro responsável por parte da obra e Manuel P. da Silva. Percebe-se que boa parte dos integrantes da fotografia vestiam trajes finos e em tons claros e ainda que ambas as fotografias passavam a ideia de seriedade, respeito e religiosidade.

Retornando ao térreo do Edifício, foi o momento de inaugurar a loja matriz da “A Automobilista”, dessa vez, a fita simbólica foi cortada pelas mãos do Prefeito de Belém. A população atendeu aos convites para a inauguração do Edifício e compareceu em massa para assistir ao evento. Observa-se na figura 13 o grande número de pessoas “no auge do entusiasmo de que estavam possuídas” (A Província do Pará, 27 de dezembro de 1951, p. 7) presentes para a grande inauguração.

A cena abaixo ocorre no salão principal da A Automobilista, o foco principal da fotografia é a maquete original do edifício disposta em cima de uma mesa para que fosse possível ser vista por todos que ali estavam. Ao lado esquerdo, olhando para a maquete, vestido com paletó claro, encontra-se o arquiteto do Edifício, Feliciano Seixas (1913-1971). Nesse momento Manuel Pinto e ele promoveram os seus discursos de inauguração, concluindo por anunciar que dentro de seis meses iniciaria a obra do novo bloco, na esquina das Avenidas Nazaré e Serzedelo Correa, cuja construção duraria no máximo quatro anos.

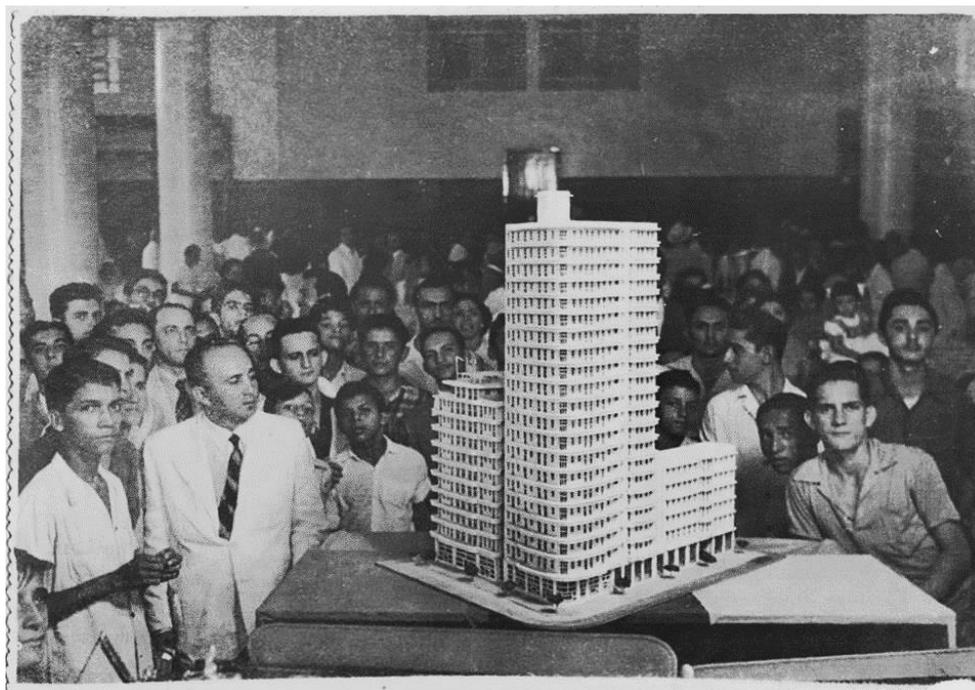


Figura 13: Feliciano Seixas apresentando aos convidados a maquete física do conjunto.  
Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

É possível notar o semblante de curiosidade e de espanto da população presente, talvez descrentes de que fosse possível a construção de um Edifício tão alto como esse naquele momento. A maquete em questão apresenta o projeto original do Edifício, onde o bloco mais alto teria vinte e dois pavimentos e o terceiro bloco, situado na Avenida Serzedelo Correa teria sete pavimentos, a mudança de projeto também é possível de ser identificada nas plantas e perspectivas originais do projeto. Ao final da cerimônia oficial foram servidos aos convidados frios e gelados em mesas dispostas no mesmo salão.

A segunda etapa da obra foi inaugurada no dia 17 de abril de 1960, onde foram entregues o bloco mais alto e o terceiro e último bloco. A cerimônia de inauguração dos dois últimos blocos ocorreu às 9 horas da manhã daquele domingo de páscoa. Conforme a tradição foram convidados os jornais da época, emissoras de rádio, autoridades e a população em geral para presenciar uma grande festa patrocinada pelo criador e idealizador Manuel Pinto da Silva.

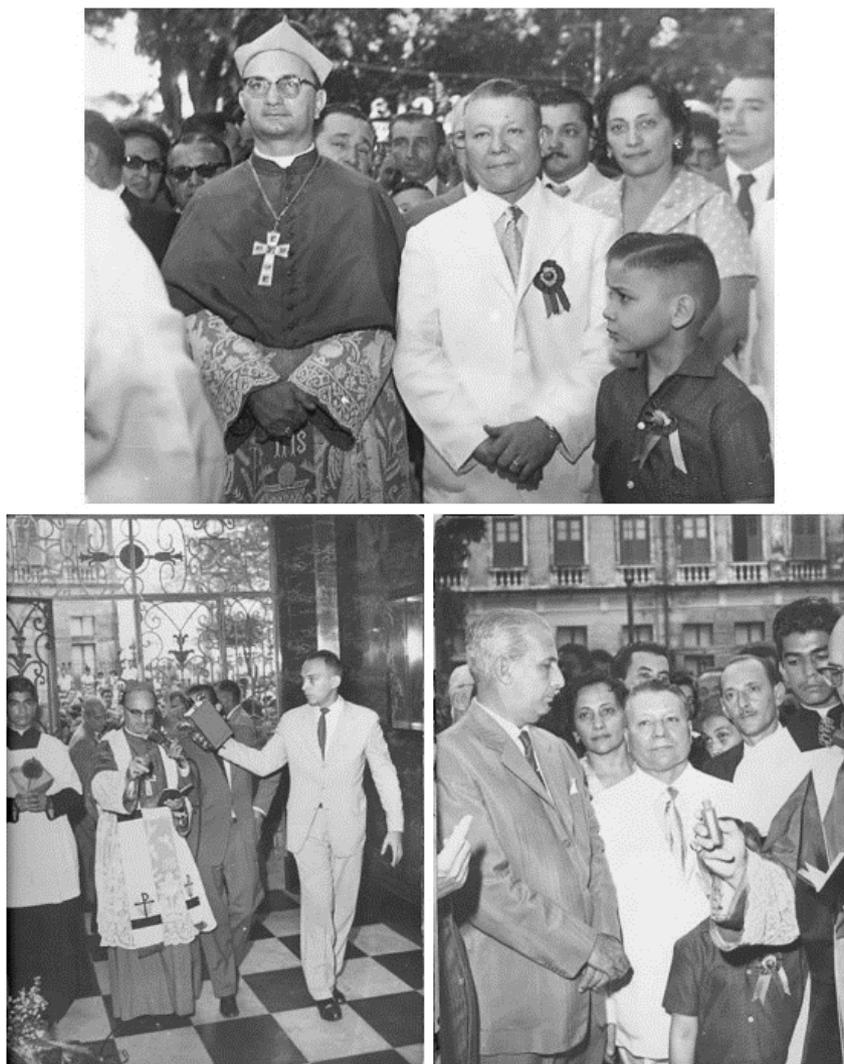


Figura 14: Diante do edifício concluído, o Arcebispo de Belém, Dom Alberto G. Ramos, Manuel P. da Silva, Maria Moura P. da Silva, Dionísio Bentes, Dom Alberto G. Ramos e familiares do empresário.  
 Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Ao fundo da figura 14 a população presenciando o acontecimento histórico. Ao fundo das fotografias tiradas na portaria do edifício nota-se o edifício que abrigou a sede do Jornal “A Província do Pará”, um edifício de características ecléticas projetado pelo Arquiteto Filinto Santoro, engenheiro italiano, construído em 1904 para sediar o jornal. O Arcebispo de Belém, Dom Alberto G. Ramos inicia nesse momento a benção do Edifício, um coquetel farto de comidas e bebidas foi servido aos convidados e autoridades no terraço, onde o proprietário discursou em transmissão ao vivo pelas rádios locais, tornando do conhecimento da população a inauguração final da obra.

Manuel Pinto apresentou seu discurso de agradecimento aos convidados presentes e falou sobre o seu contentamento de entregar o conjunto a cidade:

Agradecemos as Exmas. autoridades federais, estaduais, municipais e eclesiásticas as classes conservadoras aos nossos particulares amigos e a quantos nos honraram com suas presenças abrilhantando sobremodo esta solenidade que não é motivo de júbilo pessoal, mas de contentamento coletivo por que serve para demonstrar o que representa o Estado do Pará, como uma das unidades de grande significação na federação brasileira (Trecho do discurso do Senhor Manuel Pinto da Silva na inauguração final do edifício em 17 de abril de 1960).

É notável ao analisar as fotografias abaixo, os sorrisos e os olhares para outro ponto que não seja o da câmera, não se trata mais de uma cena estática, a feição de felicidade é facilmente percebida no rosto de Manuel Pinto e seus familiares.



Figura 15: Coquetel de inauguração do conjunto servido no terraço do bloco mais alto.  
Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

Percebe-se ao fundo da fotografia posicionada na vertical, a edificação que viria a dar lugar ao Restaurante Terrace na década seguinte e a estrutura dos letreiros luminosos e vermelhos de gás neon, um símbolo de modernidade visto nas grandes cidades brasileiras nesse período. Os letreiros com as escritas “A automobilista”, e “Manuel Pinto da Silva” foram acesos durante a noite, chamando mais atenção para o espigão, que reinava absoluto no centro da cidade. De longe, ele indicava a cidade, “transformando-se em farol para navegantes e aviadores” (Última hora, 8 de julho de 1961 p. 4, Rio de Janeiro). No canto esquerdo da mesma fotografia aparece uma pequena parte da enorme mesa posta aos convidados.

Depois de servido o coquetel aos convidados, no início da noite foi aberta a visitação ao público. O fato de anoitecer não afastou os curiosos que ainda passavam por lá. Em uma cidade “duplamente provinciana” (GORELIK, 2011), pois além de estar localizada

em um país do hemisfério sul, longe do centro difusor europeu, faz parte da região Norte do país, dentro do contexto amazônico, distante do desenvolvimento mais acelerado do eixo sul-sudeste brasileiro. A inauguração do Edifício seria uma festividade. As luzes dos apartamentos, das sacadas e dos salões foram acesas, fazendo ver, mesmo a noite o espigão de longe. As estátuas, mangueiras e luzes da cidade agora tinham que competir o olhar com o grandioso conjunto. Em reportagem publicada sobre a inauguração no Jornal Folha do Norte (19 de abril de 1960, p. 8), comenta-se acerca das filas de curiosos que se formaram para conhecer o conjunto.



Figura 16: Vista do Térreo do Edifício no dia de sua inauguração durante a noite.  
Fonte: Acervo da Família Pinto da Silva.

A fotografia acima apresenta uma visão parcial de duas de suas portarias originais, uma voltada para a Avenida Nazaré, próximo ao letreiro luminoso visto no canto inferior esquerdo, onde se adentrava ao Edifício por portão ao lado da Loja A Automobilista, portaria que hoje não existe mais. A segunda portaria social estava localizada no canto inferior direito da cena, através de portões de ferro trabalhados, o portão mais estreito era o acesso particular da Família Pinto da Silva, ali existia e ainda existe uma escada que dá acesso a parte do primeiro pavimento, onde a família morava no maior apartamento do conjunto, o portão ao lado, o mais largo, é até hoje a portaria social, onde a população em geral poderia subir através das escadas e de elevadores. Entretanto, o que chama a atenção nesta fotografia é a quantidade de pessoas passando por ali mesmo que de noite, era comum em Belém que as ruas se

esvaziassem nesse turno. As ruas e avenidas da cidade não possuíam iluminação capaz de deixar as vias iluminadas o suficiente e o comércio da cidade possivelmente estaria fechado nesse dia, pois se tratava de um feriado. Provavelmente a intenção do fotógrafo foi a de registrar essa cena difícil de ser vista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos documentos fotográficos produzidos entre 1940 e 1960 da cidade de Belém torna possível compreender e corroborar as transformações urbanas ocorridas em Belém, que até então eram utilizadas apenas como elemento ilustrativo, completando o texto. Com foco na construção do Edifício que foi por décadas um dos mais altos do Brasil, inovador e formalmente diferente dos demais, chamou a atenção para uma cidade localizada do Norte do Brasil, longe do Eixo de desenvolvimento Sul-Sudeste.

A fotografia, enquanto documento, preserva em si uma memória, personagens e fatos da nossa história. Burke (2017) atesta que as imagens, assim como textos e testemunhos orais, constituem-se numa forma importante de evidência histórica, elas registram atos de “testemunha ocular”. No contexto estudado, uma parte da cidade foi apresentada como moderna e em desenvolvimento, onde os problemas de infraestrutura passam despercebidos. Porém cabe ao pesquisador analisar e perceber outras imagens que não representam esse processo de modernização e higienização da cidade, as ruas sem calçamento, alagadas, sem arborização, o lixo e outros problemas comuns, que revelam os grupos sociais excluídos dessa “vitrine das modernas tendências arquitetônicas” (CHAVES, 2008, p. 4, *online*).

Os álbuns em si, compõem séries, articulam de forma ordenada os eventos de forma cronológica. Para Silva (2008) o álbum assume a função de arquivo, pois é capaz de armazenar fotografias e contar histórias. Através das fotografias selecionadas dos álbuns da Família Pinto da Silva nota-se como esses álbuns são verdadeiros “guardiões” de parte da história do Edifício Manuel Pinto da Silva e da evolução urbana da cidade de Belém, não apenas pela quantidade de fotografias, mas também pelo seu conteúdo, com fotografias amadoras, profissionais e em formato de cartão-postal. Direta ou indiretamente essas fotografias contam histórias ricas em detalhes. A Fotografia, enquanto documento, preserva em si uma memória dos cenários,

personagens e fatos da vida passada. Assim sendo, a análise dos documentos fotográficos da cidade de Belém, produzidos entre as décadas de 1940 e 1950, apresentou a fotografia como elemento importante na pesquisa histórica local em um momento em que se buscam novas abordagens na construção da historiografia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURKE, P. **Testemunha ocular: história e imagem**. EDUSC, São Paulo, 2017.
- CHAVES, C. C. de S. P. **Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém**. Vitruvius, 2008.
- CHAVES, C. C. de S. P. **Experiências do Moderno em Belém: construção, recepção e destruição**. V!RUS, São Carlos, n. 12, 2016.
- CHAVES, C. C. de S. P. **Modernização, inventividade e mimetismo na arquitetura residencial em Belém entre as décadas de 1930 e 1960**. Revista Risco: revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, São Paulo, n. 4, p.145-163, fev. 2008.
- CHAVES, C. C. de S. P.; RODRIGUES, R. B. D. A Construção da historiografia da Arquitetura Moderna na Amazônia: **estudo da arquitetura residencial em Belém**. In: 4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2015.
- GORELIK, A. Prefácio e Introdução em: **Modernidades de Provincia: Estado y Arquitectura en La Ciudad de Santa Fe, 1935-1943**, En: Luis Müller. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé. 2011.
- KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 4ª Edição, 2012.
- LE GOFF, J. **História e memória**. SP Editora da UNICAMP, Campinas, 2003.
- MORHY, S. S.; LIMA, J. J. F. **Modernização e Destruição Arquitetônica do Bairro da Campina, Belém do Pará**. Revista Amazônia Moderna, Palmas, v.2, n.1, p.20-39, abr.-set. 2018
- PEREIRA, R. C. **Paisagens urbanas: fotografia e modernidade na Cidade de Belém (1846-1908)**. Dissertação - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2006.
- POSSAMAI, Z. R. **Fotografia e cidade**. ArtCultura, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 67-77, jan.-jun. 2008.
- RIBEIRO, R. F.; CHAVES, C. C. de S. P. **O Edifício Manuel Pinto da Silva como ideal de modernidade**. III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia – SAMA. Belém, 2018.

SILVA, A. **Álbum de família: a imagem de nós mesmos**. Tradução: Sandra Martha Dolinsk. São Paulo, 2008.

SILVA, G. R. F. **Diante da fotografia**. Ética e estética do contato no pensamento de Georges Didi-Huberman. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Brasília, Editora UNB, 1992.

## JORNAIS E REVISTAS

**A província do Pará**. *A modernização de Belém*. 21 de fevereiro de 1948, p. 5).

**A província do Pará**. *Anúncio da loja “A Automobilista”*. 18 de maio de 1951, p. 7

**A Província do Pará**. *Monumental construção enriquecendo a urbanística da capital paraense*. 27 de dezembro de 1951, p. 6-7

**Folha do Norte**. *O acontecimento da semana foi a inauguração do maior edifício de nossa capital, o “Manuel Pinto da Silva”*. 19 de abril de 1960, p. 8

**Folha do Norte**. *Ranking das construções mais altas do mundo*. 17 de abril de 1960, p. 12.

**O Liberal**. *Enriquecido o patrimônio da cidade*. 26 de dezembro de 1951, p. 3.

**Revista Ilustração Brasileira**, Ano XLIII, nº 201, janeiro de 1952 – Rio de Janeiro.

**Última hora**. *O homem que construiu sozinho um arranha-céu. Manuel Pinto da Silva – o pioneiro*. 8 de julho de 1961, p. 4. (Rio de Janeiro).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A verticalização em Belém entre as décadas de 1930 e 1960 era tida como sinônimo de “modernização da cidade, de embelezamento, crescimento e prosperidade, de abandonar os sinais decadentes de seu período de estagnação” (CHAVES, 2016, p. 19).

As legislações que incentivaram a verticalização como ponto principal de uma nova vida moderna se contentaram a apenas uma Avenida e seu entorno, indício de que o próprio governo entendia as dificuldades de ser verticalizar a cidade. A vontade de construir modernamente apesar de tal “isolamento” superava as dificuldades e a adoção de um novo modo de construir em altura foi pouco a pouco se estabelecendo.

Observa-se que houve uma significativa substituição de edifícios ecléticos na Avenida por outros cada vez verticalizados e modernos, construídos com novidades técnicas e de materiais, incorporando o uso de elevadores, geradores de energia, incineradores de lixo e novas tipologias de plantas. Todos estes aspectos de um edifício de apartamentos eram inovadores para a época, especialmente reunidos em um único prédio, ainda na localização desejada pelas elites.

Os construtores que se propuseram a participar dessa empreitada se deparavam com dificuldades como: distância, barreiras topográficas, escassez, mão de obra qualificada, falta de material e ainda a rejeição inicial por parte da população em sair de suas casas para morar em edifícios altos, porém, ainda assim seguiam acreditando nessas transformações físicas e ideológicas da época.

A chegada dos primeiros arranha-céus em Belém revela uma particularidade importante sobre o estudo da modernidade, mesmo atendendo à inúmeros aspectos almejados pelo governo, se apresentou como uma releitura da tradicional habitação local e fica clara a relação íntima entre a arquitetura vertical com o tradicional, iniciando pelas portarias repletas de mármore, forros trabalhados, mobiliários coloniais e lustres de cristal indo até os apartamentos com resquícios de configurações ecléticas.

O trabalho desenvolvido contribui para a construção da historiografia da arquitetura moderna no contexto amazônico, a partir do estudo que compreende uma análise física e

histórica desse exemplar de referência moderna na Amazônia. As pesquisas realizadas possibilitaram um maior entendimento tanto acerca do Edifício Manuel Pinto da Silva - principal objeto de estudo deste trabalho - quanto em relação ao processo de modernização e verticalização ocorrido em Belém entre das décadas de 1940 e 1960.

Apesar de ser citado em artigos e publicações, foi possível observar que as obras existentes se encarregam principalmente de breves descrições do Edifício, sendo assim, ainda não havia sido tratado como um elemento central ou recebido uma análise mais aprofundada em trabalhos acadêmicos.

Outra questão enfrentada ao analisar o material bibliográfico existente e contrapor as informações encontradas foi a existência de lacunas e desencontros acerca de dados, coube então a este trabalho tanto ampliar, quanto esclarecer algumas questões, como a autoria dos projetos, as datas de inauguração, tipologias de apartamentos, entre outras.

O Edifício Manuel Pinto da Silva foi idealizado para ser o maior do Norte do Brasil e isso se concretizou, foi considerado entre as construções mais altas do mundo, se tornou orgulho da arquitetura paraense e a maior contribuição de iniciativa particular para o melhoramento e embelezamento de Belém, cujo “investimento foi avaliado em 500 milhões de cruzeiros” (A vanguarda, 18 de abril de 1960, p. 3).

O Edifício consagrou Belém como “cidade que progride, cidade que cresce, cidade que se expande e que sobe, cidade moderna, cidade do Brasil - ano de Brasília” (A Província do Pará, 17 de abril de 1960, p. 5).

Além de chamar atenção por sua imponência e altura, trouxe consigo inovações construtivas e tecnológicas não vistas ainda em Belém nas décadas de 1950 e 1960, como o maior vão livre já construído em um edifício de grande porte e as sacadas projetadas sobre a rua com cerca de três metros. Sua localização privilegiada ao final da antiga Avenida 15 de Agosto, por trás do Teatro da Paz e da Praça da República o fazia impossível de passar despercebido na paisagem.

É evidente que o conjunto sofreu e vem sofrendo desgastes ao longo do tempo, pois em seus quase 70 anos não passou por nenhuma reforma significativa, suas fachadas apresentam diversas manifestações patológicas: manchas de sujeira, infiltrações, vegetações parasitárias, fissuras, perda de reboco e corrosão. Somado a isso, existem as intervenções

realizadas nas fachadas pelos moradores e locatários como: fechamento e substituição das esquadrias originais, instalação de toldos fixos, antenas e aparelhos de ar condicionado e a aplicação de revestimentos diferentes. Também houve mudanças em seu pavimento térreo, onde foram instaladas placas e letreiros que poluem visualmente o ambiente, descaracterizando as linhas originais do edifício.

Acredita-se que esta produção possa contribuir para o seu reconhecimento e manutenção, visando resgatar e fortalecer o seu valor econômico e cultural que vem sendo desvalorizado e deteriorado com o passar dos anos.

## REFERÊNCIAS GERAIS

### FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES – FCPTN – CENTUR

#### A PROVÍNCIA DO PARÁ

##### 1947

**A Província do Pará.** *Menos de uma casa por dia, a média de construções em Belém.* 11 de abril de 1947, p. 8.

##### 1948

**A província do Pará.** *A modernização de Belém.* 21 de fevereiro de 1948, p. 5.

**A província do Pará.** *Engenheiro-Arquiteto Feliciano Seixas.* 24 de fevereiro de 1948, p. 7.

##### 1949

**A Província do Pará.** *Nota sobre o Edifício Piedade.* 12 de dezembro de 1949, p. 8.

**A Província do Pará.** *O mais alto edifício de Belém!* 24 de fevereiro de 1949, p. 8.

**A Província do Pará.** *A filosofia na evolução da Arquitetura.* 23 de dezembro de 1949, p. 4.

##### 1950

**A Província do Pará.** *O Manuel Pinto da Silva.* 1 de janeiro de 1950, p. 3.

##### 1951

**A Província do Pará.** *Voltou ao esplendor de outrora, restaurada e modernizada, a Bela Praça Batista Campos.* 03 de maio de 1951, p. 7.

**A província do Pará.** *Anúncio da loja “A Automobilista”.* 18 de maio de 1951, p. 7.

**A província do Pará.** *Edifício Manoel Pinto da Silva.* 23 de dezembro de 1951, p. 11.

**A Província do Pará.** *Monumental construção enriquecendo a urbanística da capital paraense.* 27 de dezembro de 1951, p. 6-7

##### 1957

**A Província do Pará.** *Novamente a sua disposição hoje magníficos apartamentos do Edifício Manuel Pinto da Silva.* 30 de fevereiro de 1957, p. 5.

## 1959

**A Província do Pará.** *Nota institucional de fim de ano das empresas de Manuel Pinto.* 25 de dezembro de 1959, p. 4.

**A província do Pará.** *Nota de adiamento da inauguração.* 20 de dezembro de 1959, p. 6.

## 1960

**A Província do Pará.** *Anúncio da loja “A Automobilista”.* 10 de junho de 1960, p. 2.

## 1961

**A Província do Pará.** *Avanço. Belém do Pará está ganhando novos edifícios.* 11 de janeiro de 1961, p. 1.

## 1969

**A província do Pará.** *Anúncio de venda das garagens do Edifício.* 23 de dezembro de 1969 p. 4.

## A VANGUARDA

### 1960

**A Vanguarda.** *Solenemente inaugurado ontem o edifício <<Manoel Pinto da Silva>>.* 18 de abril de 1960, n° 6.507.

## JORNAL DO COMMERCIO

### 1938

**Jornal do Commercio.** *Os novos architectos.* 4 de janeiro de 1938, p. 8.

## ESTADO DO PARÁ

### 1915

**Estado do Pará.** *Rotisserie Suisse.* 30 de novembro de 1915, p. 5.

**1916**

**Estado do Pará.** *Rotisserie Suisse*. 7 de fevereiro de 1916, p. 5.

## **DIÁRIO DO PARÁ**

**1985**

**Diário do Pará.** *Símbolo de expansão*. 16 de agosto de 1985, p. 5.

**1986**

**Diário do Pará.** *Registros ligeiros*. 10 de agosto de 1986, p. 5

**1987**

**Diário do Pará.** *O encanto da Tv*. 25 de outubro de 1987, A-5

## **FOLHA DO NORTE**

**1943**

**Folha do Norte.** *Magnífico edifício na 15 de Agosto*. 01 de janeiro de 1943, p. 3

**1950**

**Folha do Norte.** *Nota sobre a inauguração das novas “Lojas Mundial”*. 01 de maio de 1950, p. 26.

**1951**

**Folha do Norte.** *Características técnicas do moderno edifício*. 27 de dezembro de 1951, p. 1-2.

**1960**

**Folha do Norte.** *Ranking das construções mais altas do mundo*. 17 de abril de 1960, p. 12.

**Folha do Norte.** *O Manuel Pinto da Silva. A cidade cresce (vertical) dentro da cidade*. 17 de abril de 1960, p. 24.

**Folha do Norte.** *O acontecimento da semana foi a inauguração do maior edifício de nossa capital, o “Manuel Pinto da Silva”.* 19 de abril de 1960, p. 8

**Folha do Norte.** *Anúncio do Escritório Feliciano Seixas.* 7 de abril de 1960, p. 7.

## **O LIBERAL**

**1987**

**O Liberal,** *Artigo “As transformações pela qual a Avenida Nazaré passou” de Clovis Meira.* 7 de junho de 1987, p. 16

**1951**

**O Liberal.** *Ed. Manoel Pinto da Silva. Será inaugurada amanhã a moderna construção.* 24 de dezembro de 1951, p. 5.

**O Liberal.** *Enriquecido o patrimônio da cidade.* 26 de dezembro de 1951, p. 3.

**1989**

**O Liberal.** *Como eram os velhos cinemas de Belém.* 19 de março de 1989, caderno 2, p. 5.

## **HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – BIBLIOTECA NACIONAL - BN**

### **JORNAIS E REVISTAS FORA DO ESTADO**

**Revista Ilustração Brasileira.** *Monumental Edifício em Belém do Pará.* Ano XLIII, nº 201, janeiro de 1952, p. 4. (Rio de Janeiro).

**Última hora.** *O homem que construiu sozinho um arranha-céu. Manuel Pinto da Silva – o pioneiro.* 8 de julho de 1961, p. 4. (Rio de Janeiro).

**Tribuna.** *Nota com a relação dos maiores edifícios do mundo.* 17 de julho de 1964. 2 Caderno, p. 5. (Rio de Janeiro).

### **DISSERTAÇÕES E TESES**

### **ARTIGOS, PERIÓDICOS E ANAIS.**

AZEVEDO, M. H.; MOURA FILHA, M. B. **A fotografia como documento da história das cidades.** In: I Seminário nacional fontes documentais e pesquisa histórica: diálogos interdisciplinares. Campina Grande, 2009.

BRAGA, T. J. da S. **Guia do Estado do Pará.** Instituto Lauro Sodré, Belém, 1916.

CARVALHO, J. P. **A tipologia dos edifícios de apartamentos e sua relação com o tecido urbano da cidade. Um estudo de suas transformações nos últimos 40 anos.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

CHAVES. C. C. de S. P. *La Arquitectura em Belém, 1930-1970: uma modernización dispersa com lenguajes cambiantes.* Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona – Barcelona, 2004.

CHAVES, C. **Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém.** *Arquitextos*, São Paulo n. 094.06, ano 08, Vitruvius, mar. 2008. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.094/161>>.

CHAVES, T. A. P. V. **Verticalização e Modernidade em Belém: Um estudo a partir do cartão postal.** In: X Encontro Estadual de História - ANPUH - RS, 2010.

CHAVES, T. A. P. V. **Isto não é para nós? Um estudo sobre a verticalização e modernidade em Belém entre as décadas de 1940 e 1950.** Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

CHAVES, C. **Recepção, particularidades e limites da arquitetura modernista produzida em Belém.** In: Seminário Internacional Brasil-Argentina-México - 4º Encontro de estudos comparados em Arquitetura e Urbanismo nas Américas. Uberlândia, 2012.

CHAVES. C. C. de S. P.; LIMA I. K. M. **Moradias Modernistas em Belém (PA): Documentando um novo modo de vida.** In: Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2013.

CHAVES. C. C. de S. P.; SILVA, I. M. S. **Percurso da modernização: A arquitetura do Novo Centro na Avenida Presidente Vargas em Belém.** In: 3º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2013.

CHAVES. C.; DIAS. R. **A Construção da historiografia da Arquitetura Moderna na Amazônia: estudo da arquitetura residencial em Belém.** In: 4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2015.

CHAVES. C. C. de S. P.; MIRANDA. L. C. A. **Avenida Presidente Vargas: onde Belém foi mais moderna. Um estudo sobre a verticalização da Avenida Presidente Vargas.** In: I SAMA – Seminário de arquitetura moderna na Amazônia. Manaus, 2016.

CHAVES, T. A. P. V. **O plano de urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940**. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

COSTA S. L. Edifícios Multifamiliares em Belém, PA: **Processo De Projeto e Análises de Planta Baixa**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

DERENJI, J. da S. **Arquitetura Eclética no Pará**. In: FABRIS, Annateresa (org.).

Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

GALVAN, C. T. G; CARLOS, F. L. **Estudo bibliográfico sobre o processo de industrialização, a urbanização e o desenvolvimento da habitação no Brasil**. Monografia; (Aperfeiçoamento/Especialização em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2006.

LIMA, A. M. **Pelos trilhos dos bondes: cidade, modernidade e tensões sociais em Belém de 1869 a 1947**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

MELLO, F. de A. **A verticalização em Belém do Pará: um estudo das transformações urbanas e arquitetônicas em edifícios residenciais multifamiliares**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MORHY, S. S; LIMA, J. J. F; CHAVES, C. **A Modernização nos governos de Antônio Lemos (1902-1912) e Getúlio Vargas (1937-1945): a mudança cultural do local da moradia e seu reflexo no processo de degradação do Centro Histórico de Belém/PA**, 2017.

OLIVEIRA, J. M. G. C. de. **Produção e apropriação do espaço urbano: a verticalização de Belém**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), FFLCH/USP, São Paulo, 1992.

SARQUIS. G. B. et al. **A arquitetura como expressão da modernidade em Belém entre 1930 e 1964**. Cad. de Pós-Graduação em Arquit. e Urb. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, v. 3, n. 1, 2003.

SILVA. J. C. B. **Edifício Manuel Pinto da Silva: uma intervenção no patrimônio de Belém**. Monografia; Especialização em Patrimônio Histórico e Cultural - Universidade Federal do Pará, 2010.

SOUZA, M. A. **A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1994.

VIDAL, C. **Modernização, inventividade e mimetismo na arquitetura residencial em Belém entre as décadas de 1930 e 1960**. Revista Risco: revista de pesquisa em arquitetura e

urbanismo (online), São Paulo, n. 4, p. 145-163, fev. 2008. <  
<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i8p145-163>>.

VIDAL, C. N. C. P. **Experiências do Moderno em Belém: construção, recepção e destruição.** VIRUS, São Carlos, n. 12, 2016.

## LIVROS E CAPÍTULOS

ARGAN, G. C. **Projeto e destino.** Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Ed. Ática, p. 65-70, 2001.

BARONE, A. C. C. **Team 10: Arquitetura Como Crítica.** São Paulo: FADESP, 2002.

BELÉM DA SAUDADE: **A Memória da Belém do Início do Século em Cartões-postais.** 2. Ed. Belém: SECULT, 1998, 278 p.: il.

BURKE, P. **Testemunha ocular: história e imagem.** EDUSC, São Paulo, 2017.

COIMBRA, O. **77 anos do CREA - PA.** Os 4 séculos de exercício das suas profissões. Belém, PA: CREA - PA, 2011.

CRUZ, E. **Ruas de Belém.** Belém: Cejup, 1992.

GASTÓN, C.; ROVIRA, T. **El Proyecto moderno.** Pautas de Investigación. Barcelona: Ediciones UPC, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORELIK, A. **O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização.** In: MIRANDA, Wander Melo (Ed.). Narrativas da modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GORELIK, A. Prefácio e Introdução em: **Modernidades de Provincia: Estado y Arquitectura en La Ciudad de Santa Fe, 1935-1943,** En: Luis Müller. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé, 2011.

GROAT, L. e WANG, D. **Architectural Research Methods.** John Wiley & Sons, Inc. New York, 2002.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

KOSSOY, B. **Fotografia & História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 4ª Edição, 2012.

LE GOFF, J. **História e memória.** SP Editora da UNICAMP, Campinas, 2003.

- MAHFUZ, E da C. **Nada provém do nada**. São Paulo, Revista Projeto, n. 69, p. 89-95, 1984.
- MAHFUZ, E. **Le Corbusier e a atualização das abóbadas**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/19.217/7248>. Acesso em: 04 de abril de 2019.
- MARICATO, E. **Na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. In: Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.
- MEIRA FILHO, A. **Contribuição à história de Belém**. Imprensa Oficial do Estado, v. 1, 1973.
- MIRANDA C. S. et.al. **Uma Formação em curso: esboços da graduação em Arquitetura e Urbanismo** - Belém: UFPA, 2015.
- ORHY, S. S.; LIMA, J. J. F. **Modernização e Destruição Arquitetônica do Bairro da Campina, Belém/PA**. Revista Amazônia Moderna , v. 2, p. 20-39, 2018.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PENTEADO, A. R. **Belém: estudo de geografia urbana**. Vol I. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.
- PENTEADO, A. R. **Belém: estudo de geografia urbana**. Vol II. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.
- PIÑÓN, H. *El Proyecto como (Re) Construcción*. Barcelona: Ediciones UPC, 2005.
- POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- ROSSI, A. **A Arquitetura da Cidade (1966)** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SAMPAIO, M. R. A. (Org.). **A promoção privada de habitação econômica a arquitetura moderna, 1930-1964**. São Carlos: RiMa, 2002.
- SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- SOMEKH, N. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. 2ª edição, São Paulo, Editora Mackenzie e Romano Guerra, 2014.
- TOCANTINS, L. **Santa Maria de Belém do Grão-Pará: instantes e evocações da cidade**. 3ª edição revista e aumentada. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Editora UNB, Brasília, 1930.

VIDLER, A. **A terceira tipologia.** In: NESBITT, K. (Org.). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006.

WAISMAN, M. **O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos.** Parte 2. São Paulo: Perspectiva, 2013.

## MATERIAL ONLINE

Blog da FAU. **Cinema Olympia e Grande Hotel, 1920.** Disponível em: <<https://fauufpa.org/2011/09/23/cinema-olympia-1920/>> Acessado em: 05/04/2019.

Noronha Engenharia S.A. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.noronha.com/historico/historico.html>> acessado em: 03/09/2017.

BELÉM. Intendente Municipal (1898-1911 : A. J. de Lemos). **Álbum de Belém: 15 de novembro de 1902.** Disponível em: <[http://177.74.60.161/acervodigital\\_obrasraras/album/file/albumbelem/index.html](http://177.74.60.161/acervodigital_obrasraras/album/file/albumbelem/index.html)> acessado em: 12/02/2018.

PARÁ, Interventor Federal (1938-1942: J. C. Gama Malcher). **Álbum do Pará,** Belém. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-16-20-17-48/album-do-para-1939>> acessado em: 25/03/2018.